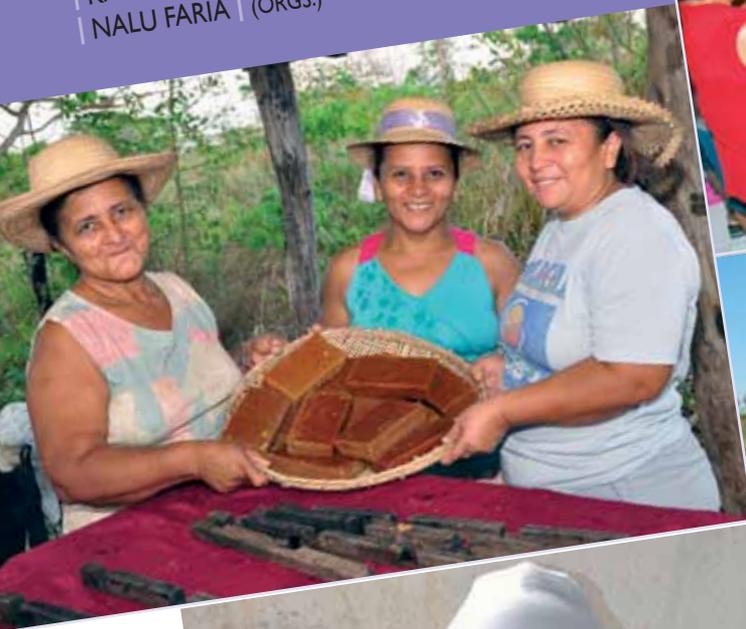


MULHERES RURAIS e Autonomia

FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA EFETIVAR POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

ANDREA BUTTO | CONCEIÇÃO DANTAS |
KARLA HORA | MIRIAM NOBRE |
NALU FARIA | (ORGS.)





CADERNO DE FORMAÇÃO

CREDITO

DO
DA
RU

REF
AG

ORGANIZADORAS

ANDREA BUTTO
CONCEIÇÃO DANTAS
KARLA HORA
MIRIAM NOBRE
NALU FARIA

AUTORAS

ANDREA BUTTO
CONCEIÇÃO DANTAS
ELISÂNGELA COSTA BEZERRA
KARLA HORA
MAYSA MOURÃO MIGUEL
MIRIAM NOBRE
NALU FARIA

MULHERES RURAIS E AUTONOMIA
FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA EFETIVAR POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Brasília, 2014

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO
Ministro do Desenvolvimento Agrário

LAUDEMIR ANDRÉ MULLER
Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI
Secretário de Agricultura Familiar

ANDREA BUTTO ZARZAR
Secretária de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

SÉRGIO ROBERTO LOPES
Secretário de Regularização Fundiária na Amazônica Legal

KARLA EMMANUELA RIBEIRO HORA
Diretora de Políticas para Mulheres Rurais

JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Copyright 2014 MDA
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

EQUIPE EDITORIAL
Edição, preparação e revisão dos textos: Alessandra Oshiro Ceregatti
Projeto gráfico: Moema Kuyumjian Design
Diagramação: Caco Bisol

Fotos: Jackson Angell e acervos da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e do Centro Feminista 8 de Março (CF8). Fotos da capa: da esquerda para a direita, em cima, estados de Rio Grande do Norte e Roraima e, embaixo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul

Publicação realizada em parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD), a SOF e o CF8.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mulheres rurais e autonomia : formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

ISBN: 978-85-8354-001-4

I. Políticas públicas – Mulher. II. Autonomia – Mulher – Meio rural. I. Políticas públicas – Mulher. II. Autonomia – Mulher – Meio rural. III. Butto, Andrea, ed. IV. Dantas, Conceição, ed. V. Hora, Karla, ed. VI. Nobre, Miriam, ed. VII. Faria, Nalu, ed. VIII. Título: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. IX. Butto, Andrea. X. Dantas, Conceição. XI. Bezerra, Elizângela Costa. XII. Hora, Karla. XIII. Miguel, Maysa Mourão. XIV. Nobre, Miriam. XV. Faria, Nalu.

CDU 331.1-055.2(1-22)
CDU 325.85-055.2(1-22)
CDU 631.158-055.2(1-22)

sumário

Apresentação **6**

Introdução **8**

CAPÍTULO 1

Políticas públicas para mulheres rurais no contexto
dos Territórios da Cidadania **14**

por Karla Hora e Andrea Butto

CAPÍTULO 2

Mobilização, articulação e formação nos
Territórios da Cidadania **46**

CAPÍTULO 3

Percepção das mulheres rurais e gestores
sobre a implementação das políticas públicas
para a igualdade de gênero **60**

CAPÍTULO 4

Estratégia metodológica: caminhos para a cidadania **84**

CAPÍTULO 5

Autonomia econômica das mulheres rurais
nos Territórios da Cidadania **100**

CAPÍTULO 6

Participação, acesso à renda e qualificação de políticas
para superar desigualdades entre mulheres e homens **114**

apresentação

“O Estado Brasileiro assumiu o compromisso de reduzir as desigualdades de gênero no nosso país reconhecendo as particularidades do meio rural. Para isto, desde 2003 vem implementando um conjunto de políticas e programas que buscam garantir direitos à cidadania e ao desenvolvimento econômico, bem como, promover a autonomia das mulheres do campo e da floresta.

Ao longo de dez anos (2003-2013) houve uma mudança significativa no marco operacional da política pública. Apesar disto, constatava-se grande ansiedade dos movimentos de mulheres na efetivação das mesmas. Visando superar os obstáculos que dificultavam o acesso das mulheres às políticas de desenvolvimento rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, realizou parcerias com duas organizações sociais de base feminista – a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e o Centro Feminista 8 de Março (CF8). Estas instituições desenvolveram um projeto integrado por um conjunto de atividades de formação, capacitação e articulação que possibilitaram maior participação e integração das organizações de mulheres nos territórios.

A estratégia de *formação e articulação para efetivação da política pública* amparada pela política de desenvolvimento territorial no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC) permitiu ter um diagnóstico da situação das mulheres rurais e das barreiras que dificultam seu acesso às políticas públicas, possibilitou articular demandas para atendimento por meio da política de assistência técnica e extensão rural e do programa de organização produtiva de mulheres e estimulou a auto-organização das

mulheres nos Comitês de Mulheres dos Colegiados Territoriais, fortalecendo seu papel na gestão da política pública.

A experiência é apresentada nesta publicação e revela importantes estratégias e metodologias para o trabalho com as mulheres rurais. São ações que, ao estimular processos que levam à autonomia das mulheres, enfrentam, no diálogo com as beneficiárias, agentes públicos e assessorias, questões históricas que reproduzem as relações desiguais entre mulheres e homens representadas pela divisão sexual do trabalho.

Trabalhar a educação popular por meio de ações de formação e articular os diferentes atores locais demonstra o potencial do projeto que, aliado com a perspectiva da abordagem territorial adotada pelo PTC, conseguiu efetivar Comitês de Mulheres em 80 dos 86 territórios abrangidos pelas atividades desenvolvidas. Além disso, o projeto promoveu um amplo processo de difusão das políticas públicas, facilitando maior condição de participação e tomada de decisão das mulheres na unidade de produção familiar e nos Colegiados Territoriais.

Esta publicação é a síntese de mais um esforço coletivo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) e do Núcleo de Estudos Agrários (NEAD), e organizações da sociedade civil – SOF e CF8 – em apresentar as estratégias para promoção da autonomia das mulheres no meio rural.

Desejo, a todas e todos, uma boa leitura!

Miguel Rossetto

Ministro do Desenvolvimento Agrário - MDA

introdução

“

A constituição de políticas públicas voltadas para as mulheres se deu em um período de luta pela democratização do país, em meados dos anos 1980, e de forte atuação por parte tanto do movimento feminista, quanto do de mulheres amplamente organizadas em movimentos de base contra a carestia ou em luta por creche. A relação com o Estado, sobretudo nos anos 1980 e 1990, era um ponto de debate e mesmo de tensão no interior do feminismo brasileiro (Godinho, 2007).

As políticas públicas para as mulheres desenvolvidas naquela época foram marcadas pelo estabelecimento de estruturas governamentais, por ações setoriais específicas, sobretudo nas áreas de saúde e violência, conferências e tratados firmados no âmbito da Organização das Nações Unidas. As visões críticas buscavam ir além e podem ser sintetizadas na formulação de Sonia Alvarez de que o Estado não é neutro do ponto de vista de gênero (Alvarez, 1988).

De lá para cá, as estruturas governamentais se institucionalizaram como estruturas de Estado. Passaram de conselhos a órgãos executores com orçamento próprio e com espaços de participação social onde o movimento de mulheres expressa suas visões com autonomia. O debate no feminismo sobre a relação com o Estado permanece. Sabemos que o enfrentamento das desigualdades de gênero de forma ativa e permanente pressupõe mudanças estruturais no sentido de refundar a democracia. Ainda mais porque o desafio é contínuo. Trata-se não apenas de acabar com as formas de desigualdade que são herança de um passado patriarcal, mas também com as novas formas que são criadas ou retomadas na atualização do patriarcado como resposta à crise capitalista. Ainda assim, há que se celebrar cada passo.

As políticas públicas para as mulheres rurais se situam no percurso das ações para reverter as desigualdades entre mulheres e homens, entre campo e cidade e, dentro do campo, entre os grandes empresários do agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Mais que isto, essas

políticas vão percebendo a diversidade das organizações sociais, culturais e econômicas de mulheres da floresta, quebradeiras de coco, ribeirinhas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, faxinalenses, e tantas identidades que se afirmam como sujeitos políticos na relação com a sociedade do entorno e o Estado. O que poderia parecer uma complicação, uma sobreposição de discriminações e exclusões, torna-se uma riqueza: são povos que reconstróem e articulam continuamente suas identidades coletivas em processos de luta. As mulheres que vivem no campo têm uma longa trajetória de luta e organização em movimentos autônomos e como parte de movimentos mistos em suas comunidades em todo o país e em âmbito internacional.

Ainda no auge do neoliberalismo, como resposta à pressão das organizações de trabalhadores rurais, são desenhadas políticas de apoio à agricultura familiar. As trabalhadoras rurais conquistam do Estado seu reconhecimento de que são agricultoras e, assim, acedem à Seguridade Social. A gestão democrático-popular iniciada há uma década abriu novas perspectivas e aumentou as expectativas. Desde então, foram criadas e fortalecidas estruturas de governo voltadas às políticas para as mulheres, como a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que combina iniciativas desde a esfera governamental com respostas a demandas dos movimentos sociais. Esse processo de retro-alimentação permitiu a criação de políticas inovadoras e sua extensão para um enorme público.

Em 1996, os vários sindicatos de trabalhadores rurais do Espírito Santo começaram a organizar “Mutirões da Cidadania” para facilitar o acesso das trabalhadoras rurais à documentação (Siliprandi, 2000). Esta experiência inovadora foi sendo repercutida por outros movimentos, em outras regiões, e assumida por governos estaduais até tornar-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, em 2004. Entre 2004 e 2013, mais de um milhão de mulheres foram beneficiadas.

introdução

Há muitos anos, ONGs e movimentos sociais realizam intercâmbios entre agricultores, fomentam práticas agroecológicas e recuperam e constroem conhecimentos. No entanto, apenas 11% dos estabelecimentos agropecuários que têm mulheres como responsáveis receberam algum tipo de assistência. Dentre estes, em quase 54% a assistência técnica tem como origem os governos federal, estadual ou municipal e apenas 0,9%, ONGs (Nobre, 2012). Este é um indicador da importância em se consolidar políticas públicas que dialoguem com a experiência e as demandas de movimentos sociais e ONGs. Ao mesmo tempo, os desafios de construir políticas universais que incluam a um público ainda não organizado instigam os movimentos e ONGs a novas elaborações e sínteses.

Essa dialética bastante frutuosa tem se alimentado do feminismo e, ao mesmo tempo, contribuído para a incorporação de uma perspectiva feminista em setores do Estado, nos movimentos, ONGs, universidades e centros de pesquisa que atuam sobre a questão agrária e ambiental. Esta sinergia particular do momento histórico brasileiro tem nos permitido exercitar políticas públicas para as mulheres rurais que vão muito além das recomendadas pelo sistema das Nações Unidas e podem servir de referência em diálogos e processos de integração Sul-Sul.

Este momento particular está capturado no capítulo inicial desta publicação, “Políticas públicas para as mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania”. O texto, escrito por gestoras públicas responsáveis por tornar estas políticas realidade, pode ser lido como um balanço do que foi realizado nos últimos dez anos, sem perder a noção do muito que ainda há por se fazer. A partir da consideração de que o Estado não é neutro, passa-se a que o Estado deve ter uma ação consciente e políticas ativas para enfrentar as desigualdades de gênero. A vontade política deve permear toda a estrutura de Estado, inclusive mobilizando gestores responsáveis por sua operação em âmbito local.

Interessante notar que sua motivação como gestoras não era somente desenhar políticas, mas garantir o acesso, o que não é necessariamente o mesmo. Há que se considerar as limitações impostas às mulheres por uma sociedade patriarcal no âmbito da família, mas também institucionalizadas no aparelho de Estado. As gestoras se dis-

puseram a enfrentar a dicotomia entre público e privado e a encontrar saídas para as razões apontadas pelas mulheres rurais para sua não participação, como a falta de tempo e a oposição do marido. Nesse processo, trouxeram para o debate a responsabilidade do Estado em assegurar a efetivação das políticas criadas.

Localizar e superar os limites e barreiras ao acesso das mulheres às políticas públicas em suas comunidades motivou a DPMR a estabelecer convênios com duas organizações feministas, a SOF e o CF8, para atuação em 86 Territórios da Cidadania. Registrar esta experiência é uma das aspirações principais desta publicação. Os Territórios da Cidadania se propuseram a concretizar uma abordagem territorial de desenvolvimento que supera o enfoque setorial, articula políticas e pensa os espaços não apenas do ponto de vista da produção econômica, mas como espaços de vida. Revê a idéia de que desenvolvimento e progresso são necessariamente opostos ao rural, que seria símbolo do atraso. Eles abriram a possibilidade de ampliar o acesso às políticas para as mulheres rurais justamente em áreas onde se concentram setores mais fragilizados da agricultura familiar e camponesa.

Nesses territórios, as diferentes visões do que é o desenvolvimento rural são apresentadas e negociadas em instâncias paritárias entre Estado e sociedade civil, chamadas de Colegiados Territoriais. Uma possível lacuna nestes colegiados seria a ausência de setores da população que vive no campo, mas que não estão organizados ou que vivem em situação de extrema privação. Assim é que, logo no início do programa, percebeu-se que havia uma baixa participação das mulheres e de suas organizações nos mesmos. Outro risco era de que os colegiados definissem prioridades com base em propostas fragmentadas, importantes para aqueles que as demandavam, mas que não criavam condições mais amplas no âmbito regional para dinâmicas econômicas e sociais sustentáveis e geradoras de igualdade (Leite e Delgado, 2011). Por exemplo: é comum uma visão de desenvolvimento associada à criação de infraestruturas físicas e não de serviços ou de formas igualitárias de inter-relação entre as pessoas e delas com a natureza.

Combinando uma estratégia de formação e articulação, ou seja, de auto-organização das mulheres, o CF8 e a SOF, em parceria com a DPMR, assumiram o desafio de atuar nesse cenário para garantir que as mulheres tivessem, de fato, voz na definição dessas políticas e acesso às

introdução

mesmas. A estratégia foi construída em diálogo com organizações mistas e gestores nos espaços de construção dos planos de desenvolvimento para os territórios, mas também na execução combinada das políticas que fortalecem a organização produtiva das mulheres. Esta estratégia, suas ações e resultados são apresentadas no segundo capítulo “Mobilização, articulação e formação nos Territórios da Cidadania”. Tanto este capítulo quanto os seguintes têm como autoras integrantes da equipe do CF8 e da SOF responsáveis pela execução dos projetos, que são também ativistas do movimento de mulheres com experiência em formação feminista e em políticas públicas.

O terceiro capítulo, “Percepção das mulheres rurais e gestores sobre a implementação das políticas públicas para a igualdade de gênero”, analisa parte das questões levantadas pelo *Diagnóstico sobre a implementação das políticas públicas para a igualdade de gênero do MDA na reforma agrária e agricultura familiar* realizado no início do projeto. Esse mapeamento caracteriza os grupos produtivos de agricultoras familiares e assentadas, descreve a participação das mulheres nas instâncias dos Territórios da Cidadania e a visão das entrevistadas sobre o grau de implementação das políticas para as mulheres do MDA.

A percepção e a experiência das mulheres rurais como ponto de partida é constitutiva da metodologia do CF8 e da SOF, descrita no capítulo quatro, “Estratégia metodológica: caminho para a cidadania”. Ali se recupera o processo realizado para constituir uma equipe com capacidade de escuta e empatia, que se propõe a fortalecer as mulheres rurais enquanto sujeitos políticos coletivos, que têm consciência da opressão sofrida e, ao mesmo tempo, de sua resistência, que se amplia na construção de alternativas.

A experiência dos projetos se desdobra no quinto capítulo “Autonomia econômica das mulheres nos Territórios da Cidadania”. Ele parte de uma análise da divisão sexual do trabalho no campo para descrever a desigual distribuição do tempo e dos espaços entre mulheres e homens no meio rural. Os usos e as exigências sobre o tempo mostram a disfuncionalidade da economia capitalista, movida pelo lucro, frente aos tempos e às lógicas da vida humana (Carrasco, 2003). Bordieu cita que o tempo

livre é um dos fatores que condiciona as possibilidades e desigualdades no acionar político (citado em Leite e Delgado, 2011). O espaço dos quintais é resgatado como lugar da produção para o autoconsumo, que reflete a melhoria da qualidade alimentar da própria família. Sua importância para a autonomia econômica das famílias também é destacada quando analisamos os circuitos curtos de comercialização, potencializados pela política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No conjunto, os textos recuperam as formas coletivas que as mulheres desenvolveram para enfrentar obstáculos como a falta de tempo e de dinheiro para participar dos Colegiados Territoriais e torná-los mais diversos e inclusivos. Nessas instâncias de gestão dos territórios, as propostas apresentadas pelas mulheres se referiam a grupos e coletivos com pouco acesso a outros recursos e tinham como resultado o bem-estar da comunidade, seja pelo incremento do autoconsumo, seja pelo aumento da renda monetária.

A criação de 80 Comitês Territoriais de Mulheres se destaca como um dos principais resultados da parceria estabelecida. O capítulo final “Participação, acesso à renda e qualificação de políticas para superar desigualdades entre mulheres e homens” traz algumas avaliações das participantes e responsáveis pela execução do convênio que mostram que a auto-organização das mulheres nesses comitês contribuiu para ampliar sua participação política nos Territórios da Cidadania, melhorar seus rendimentos e qualificar as políticas públicas do MDA.

Partir da percepção das trabalhadoras rurais sobre sua realidade expande a idéia do que se considera desenvolvimento, visibiliza como públicas questões que antes eram consideradas do âmbito privado e valoriza espaços e tempos das mulheres, tradicionalmente caracterizados como menos importantes.

A formação como estratégia não se resume às atividades assim denominadas mas se explicita em uma postura de trabalho que compreende as próprias mulheres como sujeitos de transformação de sua realidade. Por isso, a auto-organização das mulheres rurais nos territórios permanece não só como garantia de romper barreiras ao acesso às políticas públicas, mas também na sociedade e na família. As mulheres rurais vão tecendo este espaço de vida, de uma vida que vale a pena ser vivida. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana. Um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.) *A Produção do viver*. São Paulo: SOF, 2003.

GODINHO, Maria do Carmo. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na Prefeitura de São Paulo*. Tese de Doutorado, PUC SP, 2007.

LEITE, Sérgio; DELGADO, Nelson (org.) *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011.

NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In BUTTO, Andrea, DANTAS, Isolda e HORA, Karla. *As mulheres nas estatísticas agropecuárias*. Experiências em países do sul. Brasília: MDA, 2012.

SILIPRANDI, Emma. Ter documentos é um direito. In *Folha Feminista*, nº 12, SOF, São Paulo, 2000.

capítulo 1

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

por Karla Hora e Andrea Butto*

INTRODUÇÃO

Estado brasileiro, ao longo da última década, promoveu o desenvolvimento nacional a partir da retomada de sua capacidade de investir e planejar o país, e, como parte dessa iniciativa, constituiu uma agenda de *Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário* com igualdade entre mulheres e homens. A partir de uma abordagem territorial, a estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário superou a concepção do meio rural como algo residual ou atrasado em relação ao meio urbano. O rural passou a ser concebido como espaço de produção, de vida e de sustentabilidade ambiental. Reconheceram-se as distinções entre os diferentes segmentos da agricultura familiar e o papel ativo destas populações na superação dos entraves ao desenvolvimento e buscou-se atuar no combate às desigualdades de gênero, geração, raça e renda ainda presentes no Brasil.

Como parte desta estratégia, qualificaram-se programas já existentes e impulsionaram-se novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais. São ações que contemplam garantia dos direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional.

***Karla Hora**

Arquiteta-urbanista.
Professora Doutora da
Universidade Federal
de Goiás. Diretora de
Políticas para Mulheres
Rurais do Ministério do
Desenvolvimento Agrário.
karla.hora@mda.gov.br

Andrea Butto

Antropóloga. Professora da
Universidade Federal Rural
de Pernambuco. Secretária
de Desenvolvimento
Territorial do Ministério do
Desenvolvimento Agrário.
Andrea.zarzar@mda.gov.br



Grossos, Rio Grande do Norte

Espírito Santo



Santa Catarina



Upanema, Rio Grande do Norte

Para isso, o governo brasileiro organizou um novo desenho institucional com o intuito de enfrentar as raízes do patriarcado, historicamente presente nas políticas públicas. Criou-se a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), ligada diretamente à Presidência da República, com status de ministério e, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi designado um organismo de políticas para mulheres, vinculado à órgão diretivo do ministério – a secretaria executiva. A criação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR)¹ no MDA, com dotação orçamentária e equipe, foi fundamental para alavancar ações de promoção da igualdade no meio rural, reconhecendo-se as mulheres como sujeitos de direito.

Considerando esse cenário de mudanças, o artigo, que ora se apresenta, objetiva refletir sobre as estratégias adotadas para a redução das desigualdades de gênero no Programa Territórios da Cidadania, como parte da agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário e sua relação com as Políticas para Mulheres Rurais. Como síntese, ao final do texto, apresentam-se os principais resultados e desafios em termos de formulação e implantação das políticas para mulheres rurais.

1. A DPMR tem sua origem no Programa de Ações Afirmativas do MDA, criado em 2001. Em 2003, se transformou no Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE). Posteriormente tornou-se em Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), até chegar ao formato atual, como Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR).

capítulo 1

O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO E AS MULHERES RURAIS

Nos últimos dez anos, o Brasil constituiu uma nova agenda nas políticas públicas. A partir de uma reorientação da ação do Estado e um novo arranjo institucional atenderam-se demandas de grandes parcelas da sociedade brasileira que, até então, não acessavam direitos, valendo-se de um amplo processo de estímulo à participação social. Universalizaram-se direitos sociais e diminuíram-se desigualdades sociais e regionais, bem como, promoveram-se políticas articuladas entre as três esferas de governo.

Na economia, a transformação teve maior expressão no Produto Interno Bruto (PIB) que, além de aumentar em 29% entre 2001 e 2011, também apresentou uma evolução mais favorável na renda da população mais pobre, fato inegável quando observamos os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), realizada entre os anos de 2001 e 2011 (Brasil, 2013).

Segundo a pesquisa, no Nordeste, a renda do trabalho se expandiu em média 3,3% ao ano, acima do índice nacional de 2,1%. Associada à redução das desigualdades regionais, é importante observar que a renda dos mais pobres é a que mais cresce. Entre 2001 e 2011 a renda dos 20% mais pobres aumentou em um ritmo sete vezes maior do que a dos mais ricos. A população em situação de extrema pobreza passou de 14% em 2001 para 4,2% em 2011 e os dados relativos a 2012 indicam um patamar ainda menor, equivalente a 2,5 milhões de pessoas (Brasil, 2013).

A pobreza rural teve uma queda expressiva, com redução da taxa de 48,6%, em 2002, para 32%, em 2008, indicando a saída da pobreza de mais de quatro milhões de pessoas. A pobreza extrema também foi reduzida, passando de 19,9% para 11,7% no mesmo período (Brasil, 2013).

Entre 2003 e 2011, a renda média dos domicílios da agricultura familiar teve um crescimento real de 52%, enquanto a da população brasileira no período teve um crescimento real de 16%. Já o incremento da renda proveniente do trabalho agrícola foi de 47% (Brasil, 2013). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), *a renda cresceu mais nas pobres áreas rurais, 85,5% contra 40,5% das metrópoles e 57,5% das demais cidades* (Ipea, 2012, p.19).

As medidas adotadas para a valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda tiveram papel decisivo no aumento da renda das mulheres. Somam-se a isto as políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária, além das políticas específicas para as mulheres rurais que impactaram nas transformações em curso, dentre elas, a diminuição do trabalho não-remunerado e o aumento da renda no chamado trabalho por conta própria, equivalente a 18% entre 2003 e 2009².

Entre os anos 2000 e 2010 houve um incremento de 5,5% no rendimento médio mensal de todos os trabalhos, com maior expressão para aqueles realizados pelas mulheres, cujo aumento foi de 13,5% enquanto que o dos homens foi de 4,1%. Observa-se, também, melhoria no rendimento mensal das mulheres em relação ao dos homens que, em 2000, era de 67,7% aumentando para 73,8% em 2010 (IBGE, 2010).

Na agropecuária, a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração continua sendo mais elevada que a de homens, mas houve uma queda na ocupação do trabalho não-remunerado pelas mulheres. Em 1998, 36,7% mulheres com mais de 15 anos, dedicavam-se a atividades agrícola sem rendimentos no meio rural, enquanto em 2008 esse percentual cai para 28,5%.

A renda per capita média da população rural aumentou, proporcionalmente, mais do que a população urbana. Segundo Neri (2012), uma das fontes de maior ingresso foram os programas de transferência de renda. A maior presença das mulheres como titulares nas políticas públicas de transferência de renda tem possibilitado melhoria da sua condição socioeconômica.

No meio rural, as mulheres representavam menos da metade (48%)³ da população extremamente pobre em 2009, o que quer dizer que não são majoritárias entre a população nesta condição, mas o tipo de rendimento a que têm acesso se diferencia muito do auferido pelos homens. Apenas 5% da renda delas é proveniente de trabalhos agrícolas e a maior parte origina-se das transferências públicas dos programas sociais. Já os homens em situação de extrema pobreza no meio rural têm 85% da renda advinda da atividade agrícola. Por esse motivo, a transferência de recursos em nome das mulheres é uma medida muito importante para sua autonomia. O Estado brasileiro deve continuar perseguindo o acompanhamento desta medida com o estímulo a um maior acesso à renda agrícola.

As mulheres, também, têm assumido, cada vez mais, a responsabilidade no grupo familiar. Nas áreas rurais, a chefia familiar feminina passou de 14,6 % para 17,7% entre 2006 e 2010 (IBGE/PNAD, 2006 e IBGE/

2. O rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 ou mais anos aumentou, proporcionalmente, mais entre as mulheres do que entre os homens, embora eles continuem ganhando mais. Nos anos entre 2001 e 2009 o rendimento das mulheres aumentou 67% e entre os homens, 12%.

3. Estimativas a partir de dados da PNAD, 2009 (IBGE). Elaboração MDA

capítulo 1

Censo, 2010). Se, por um lado, isto se traduz em maior autonomia das mulheres, por outro, pode acarretar maior sobrecarga de trabalho. Por esse motivo esta medida precisa ser acompanhada do apoio à socialização do trabalho doméstico e de cuidados por parte do estado.

Além disso, o processo de masculinização da população rural em curso desde a década de 90 vem se alterando, à medida que os dados recentes indicam uma tendência à estabilidade da migração feminina do campo para a cidade. A proporção da população feminina em área rural era de 48,3% em 1991 e diminuiu para 47,6% em 2000. No período recente, registra-se a manutenção do percentual de 47,4% em 2010 (IBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010).

Pode-se supor que a relativa estabilidade da migração feminina rural-urbana esteja associada, de alguma forma, à maior incidência das políticas públicas, seja no combate à miséria extrema, seja nas políticas de inclusão produtiva nos últimos anos, nas quais as mulheres foram consideradas sujeitos na economia e, também, titulares em programas de proteção social.

Outra mudança importante no novo modelo de desenvolvimento, em curso, refere-se à ampliação da oferta de serviços públicos (saúde, saneamento, habitação, energia elétrica) que resulta da recuperação da capacidade de investir e planejar. Esta medida tem impacto positivo na vida das mulheres, à medida que elas são as mais afetadas pela baixa cobertura, tendo responsabilidade quase exclusiva no trabalho de cuidados da família. A ampliação destes serviços está associada à recuperação da capacidade de planejar e de investir, que tem maior expressão no programa de investimentos em infraestrutura do país: o PAC 2.

A taxa de investimentos do setor público cresceu em 51% no período de 2003 a 2012 e, como parte desse programa, expandiram-se não apenas investimentos em logística e energia, mas também em infraestrutura social e urbana, a exemplo do *Comunidade Cidadã, Minha casa Minha Vida, Água e Luz para Todos*, incluindo obras de saneamento, infraestrutura viária, equipamentos para estradas vicinais, educação, saúde dentre outros.

Importantíssimo destaque está na destinação dos investimentos no território nacional. À exceção da iniciação ao esporte, todos os investimentos voltados para a infraestrutura social e urbana, dentre os quais aqueles relacionados à habitação, creches e pré-escolas, unidades básica de saú-

de, pavimentação, saneamento, estradas vicinais e cidades digitais, estão dirigidos, também, para o chamado grupo três do programa, que inclui todos os municípios com até 50 mil habitantes, excluídos aqueles que se encontram nas regiões metropolitanas. Nos Territórios da Cidadania, os investimentos concluídos no PAC 2 entre os anos de 2011 e 2013 foram equivalentes a R\$ 1,59 bilhões de reais e outros R\$ 6,75 bilhões estão sendo executados. Nas obras concluídas, destaca-se a implantação de Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento, com 71,3 e 7,4 milhões respectivamente, seguida de obras de saneamento com 53,8 e 44,1 milhões em recursos hídricos e 28,4 milhões voltados para a água em áreas urbanas, além das estradas vicinais⁴.

Na promoção de políticas articuladas entre as três esferas de governo com participação social ressaltam-se os programas criados na chamada *Agenda Social* do governo Lula. No rural, o destaque cabe ao *Programa Territórios da Cidadania*, que inaugurou a integração de políticas públicas num arrojado plano de investimentos comuns aos Governos Federal, Estaduais e Municipais, e promoveu a efetivação de políticas num ambiente inovador de governança pública, que descrevemos a seguir.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: A SÍNTESE ENTRE DESENVOLVIMENTO, REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

No período anterior ao governo Lula, o rural estava marcado pela ideia de modernização e industrialização, e por este motivo havia uma ausência de políticas integradas e arrojadas de apoio à agricultura familiar. Além disso, o diálogo entre Estado e sociedade civil era quase inexistente e marcado por fortes conflitos de interesse. Até então, a política pública voltada para a agricultura familiar estava restrita ao crédito e à infraestrutura no âmbito do Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf), além do fundo de terras e um padrão de reforma agrária centrado na distribuição de terras, dissociada de uma ação de desenvolvimento dos assentamentos.

A partir de 2003 estabelece-se um caminho de reconhecimento da agricultura familiar por meio de um conjunto de políticas diferenciadas e, como parte dessa nova agenda, uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural. Um novo cenário se constitui a partir da elaboração de novas políticas e da qualificação de programas já existentes,

4. Fonte: Dados de Execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2 (SPI/MPOG, 2013).

capítulo 1

buscando uma ação integrada e combinada com a participação social e o enfrentamento das desigualdades, dentre as quais, as de gênero.

Cria-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão responsável no Ministério do Desenvolvimento Agrário pela constituição de uma agenda de articulação intersetorial, interfederativa e participativa, para promover o desenvolvimento rural tendo como referência prioritária as regiões de maior concentração da pobreza e da desigualdade. Áreas onde o público preferencial das políticas do ministério tinha maior presença.

A opção pela abordagem territorial se deve a um novo olhar sobre o rural brasileiro, que considera a inexistência de primazia do espaço físico-geográfico para promover o desenvolvimento rural. Adota-se a noção de território como uma construção social e, portanto, também política, além de um espaço em que a prática dos sujeitos sociais assume papel crucial na orientação do desenvolvimento. Esta opção incide de forma decisiva nas relações clientelistas e patrimonialistas ainda predominantes no campo.

A opção do Ministério do Desenvolvimento Agrário de inaugurar uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável a partir da abordagem territorial ganhará uma dimensão mais ampla e complexa com a chamada agenda social do segundo mandato do governo Lula.

Como parte da estratégia de integração, efetivação de políticas e fortalecimento da pactuação federativa e a participação social, cria-se o Programa Territórios da Cidadania. Dá-se início, assim, a um momento novo na história do país, rompe-se com o paradigma do rural como atraso e como apenas um espaço de produção de mercadorias, para afirmar o rural como espaço de vida, integrado a um projeto de desenvolvimento nacional justo e solidário e protagonizado por distintos setores sociais. Com mandato definido pela presidência da república, governos estaduais e municipais empreendem uma agenda pública de promoção do desenvolvimento rural, com o objetivo de superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, inclusive as de gênero, raça e etnia.

A percepção de um Brasil Rural Contemporâneo como espaço de vida tem expressão na concepção integrada do desenvolvimento dos seus três eixos de atuação – apoio a atividades produtivas; cidadania e direitos; infraestrutura – e na afirmação desse novo rural como projeto de nação que exige, portanto, o fortalecimento do pacto federativo

dessas políticas públicas e a sua associação com o aprofundamento da democracia participativa que tem expressão numa forma inovadora de gestão com participação social.

Vários diálogos com as mulheres já vinham ocorrendo na agenda do desenvolvimento territorial a partir de 2006, incluindo a construção de estratégias específicas que envolviam o apoio a processos de formação continuada sobre gestão social, processos produtivos e cidadania para mulheres, especialmente por meio da capacitação de conselheiros e conselheiras de colegiados estaduais, do apoio ao Programa de Documentação da Trabalhadora Rural e do apoio financeiro a projetos de investimentos para unidades produtivas e de comercialização nos territórios rurais para mulheres do campo. Porém, é nesse novo cenário criado pelo Programa Territórios da Cidadania que se constitui a agenda de *Políticas para Mulheres Rurais nos Territórios*, permitindo dar materialidade ao desenvolvimento rural com igualdade para as mulheres.

O Programa tem como instrumento de operacionalização uma Matriz de Ações, pela qual o governo federal promove suas ofertas de políticas públicas para os territórios a partir dos seus três eixos de atuação. As políticas públicas ofertadas se dirigem a toda a população mas, reconhecendo e buscando superar as desigualdades de gênero, o programa incorporou a oferta de políticas específicas para as mulheres em dois dos seus eixos de atuação: apoio a atividades produtivas e cidadania e direitos por meio da oferta de ações de assistência técnica e extensão rural, apoio à organização produtiva de mulheres rurais, além das ações voltadas à garantia de acesso à documentação civil e trabalhista e de prevenção e assistência às mulheres vítimas da violência no campo e na floresta.

A partir de um amplo trabalho de mobilização e articulação para efetivação das políticas públicas para as mulheres rurais, realizado nos Territórios da Cidadania em parceria com duas organizações não-governamentais, a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e o Centro Feminista 8 de Março (CF8), no período de 2009 a 2013, a agenda feminista passa a integrar o desenvolvimento territorial.

A parceria atuou, na época, em 86 dos 120 Territórios da Cidadania por meio do levantamento de demandas sobre políticas públicas; atividades de formação para que as mulheres acessassem a política pública; constituição de comitês de mulheres; e ampliação dos diálogos nos Colegiados Territoriais incorporando demandas das mulheres.

capítulo 1

Parte da experiência foi apresentada e debatida no I Encontro Nacional de Comitês de Mulheres, realizado em 2010. O referido encontro, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e a Diretoria de Políticas para as Mulheres, priorizou o debate sobre o processo de constituição e organização dos Comitês Territoriais de Mulheres e as estratégias desenvolvidas para o seu fortalecimento e a sua interface com as principais ações da política de desenvolvimento territorial - o planejamento, e o apoio à inclusão produtiva, por meio das bases de serviço e do Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviços – o Proinf. Além disto, estabeleceu-se a interface do fortalecimento destas instâncias territoriais com as políticas para as mulheres: organização produtiva, crédito, ATER, comercialização e o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural.

Anteriormente à parceria, constatou-se que várias organizações e grupos produtivos de mulheres rurais estavam participando dos Colegiados Territoriais mas apenas uma parte havia constituído comitês de mulheres. As mulheres denunciavam as resistências que encontravam à sua participação por parte dos homens das instâncias colegiadas. Resistência presente, também, entre os próprios assessores territoriais e estaduais. Como resultado da parceria entre a Diretoria de Políticas para as Mulheres e a SOF e o CF8, vários comitês foram constituídos e a auto-organização das mulheres foi fortalecida. Entretanto, vários obstáculos se fazem presentes, dificultando o protagonismo das demandas das mulheres nestes ambientes de promoção do desenvolvimento, levando ao ressentimento delas como resultado de seu baixo poder decisório.

Dentre as dificuldades que enfrentam para ter participação ativa, as mulheres elencam a escassez de informações sobre o cronograma das reuniões, a ausência da capacitação dos membros dos colegiados sobre relações de gênero, o escasso envolvimento das mulheres na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), a ausência de atendimento aos grupos produtivos de mulheres rurais nas bases de serviços, além da ausência de custeio para o deslocamento para as reuniões dos colegiados e da criação de espaços lúdicos para as crianças durante as agendas do território.

Paralelamente, elas apresentam os desafios que as distanciavam das políticas públicas ressaltando: inclusão na Declaração de Aptidão ao

Pronaf (DAP), ampliação do Pronaf Mulher e do Apoio Mulher, qualificação da demanda pelos serviços de ATER.

Sobre o Programa Territórios da Cidadania, afirma-se a necessidade de priorizar ações de infraestrutura voltadas para o fortalecimento da autonomia econômica, saúde da mulher, enfrentamento da violência contra as mulheres, creches no meio rural, além da inclusão das políticas para as mulheres em todos os ministérios.

Os resultados do encontro demandaram o fortalecimento de uma agenda de formação e capacitação continuada nas instâncias territoriais e a necessidade de integração da ação pública, oportunizando o acesso das mulheres a políticas estruturantes, dentre as quais cabe destacar: 1) a adoção de cotas/paridade na plenária do órgão colegiado e no núcleo diretivo; 2) garantia da capacitação continuada sobre gênero e desenvolvimento territorial; 3) garantia de condições mais adequadas para participação das mulheres nas instâncias colegiadas tais como: oferta de recreação infantil (atual “espaço criança”), horários compatíveis com a disponibilidade das mulheres; 4) participação na elaboração/revisão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e inclusão nos planos de ação territoriais; 5) necessidade de rever o regimento interno dos órgãos colegiados, de forma a ampliar a participação delas.

Para continuar a experiência possibilitada por essa parceria, o trabalho foi ampliado por meio dos organismos de políticas para mulheres dos governos estaduais no período de 2011-2013 e retomada do trabalho conjunto com as organizações da sociedade civil em 2013. O fortalecimento dos organismos de mulheres dos governos estaduais contribuiu para a articulação das mulheres nos territórios e também para a consolidação de uma agenda de atendimento das demandas das mulheres rurais pelos governos estaduais.

Em 2013, oito Estados (Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Sul) possuíam parceria com a DPMR para execução das seguintes ações: a) realização de gestão social, participativa e integrada das políticas públicas; b) qualificação de equipes técnicas em economia feminista e solidária e políticas; apoio à cidadania das mulheres; c) acesso à documentação civil, trabalhista e jurídica; d) apoio à formalização de grupos; e) apoio à gestão e comercialização; f) apoio à participação e gestão territorial; e efetivação do planejamento, gestão, avaliação e divulgação das ações do projeto. Essas parcerias atendem 36

capítulo 1

Territórios da Cidadania e 23 Territórios Rurais e de Identidade e beneficiam cerca de 55 mil mulheres rurais, com, aproximadamente, 14 milhões de reais destinados.

Embora muitos organismos ainda estejam se estruturando para atuar de forma articulada com programas em execução, com destaque para o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), há resultados bastante significativos, tais como: realização de atividades conjuntas com o PNDTR; atividades de formação sobre políticas públicas; estímulo à realização de Feiras Feministas de Economia Solidária, entre outros.

A DIMENSÃO DA IGUALDADE NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para tratar da articulação entre as relações de gênero e o desenvolvimento territorial é importante considerar que a noção de desenvolvimento territorial se trata de uma construção social - resultado de uma prática social onde interesses distintos entram em cena. Trata-se não apenas de interesses econômicos presentes nas relações entre classes sociais, mas também de interesses e demandas de diferentes segmentos sociais.

Diante disso, deve-se considerar o poder de coesão social que um território pode gerar e, ao mesmo tempo, o potencial integrador e o diálogo possível entre interesses diversos. Atores e atrizes entram em cena no ambiente de diálogo, de maneiras distintas, levando consigo o conflito social resultante de processos históricos de desigualdades. Ao incorporá-los no desenvolvimento rural, portanto, deve-se adotar estratégias específicas de promoção da igualdade em diferentes dimensões.

O problema não se resolve com o estímulo, apenas, à participação de diferentes atores/atrizes sociais, mas com a combinação entre maior protagonismo e promoção de políticas claramente orientadas para inclusão dos mais pobres e mais excluídos da política – as mulheres rurais. Para isto é fundamental considerar que as mulheres rurais não representam um bloco homogêneo, mas que incorporam outras desigualdades sociais, especialmente as de raça, etnia e geração.

Essa visão se diferencia daquela que atribui o principal desafio do desenvolvimento justo e igualitário ao campo da cultura. Cultura não é um ente abstrato, ela é resultado da prática social, portanto da ação concreta dos sujeitos sociais que, de maneira individual e coletiva, constroem referências de identidade. Esta construção não é passiva, mas resultado de cada uma das nossas práticas, mesmo que nem todas sejam conscientes.

É por isso que se pode entender os movimentos sociais de mulheres e a auto-organização das mulheres em ambientes mistos de organização da sociedade civil como elementos capazes de transformar relações na família contestando, por exemplo, a violência doméstica. Eles conseguiram, por exemplo, a inclusão das mulheres no movimento sindical como filiadas, superando a visão que as incluíam como esposas e filhas dos homens sindicalizados. À medida que tais movimentos e organizações de mulheres acumulam forças, eles conquistam espaços, internamente, nos demais movimentos sociais e vão transformando a agenda do desenvolvimento rural, integrando-se nos debates mais amplos e construindo alianças políticas na defesa dos seus direitos.

Essas novas práticas sociais foram capazes de impulsionar o Estado a elaborar políticas públicas voltadas para o acesso das mulheres à cidadania e à promoção da autonomia econômica com vistas à maior igualdade.

Considerando a articulação das relações de gênero com outras relações sociais e os contextos particulares, torna-se necessário, ainda, incluir a agenda feminista no debate sobre desenvolvimento rural sustentável.

É necessário considerar as distintas dimensões presentes na desigualdade que as mulheres vivenciam no campo. Se o desenvolvimento necessita ser pensado a partir das dimensões econômicas, sociais, políticas e ambiental, a reflexão sobre as relações de gênero necessita se integrar em todas estas dimensões.

Na dimensão econômica e ambiental é necessário considerar que, embora as mulheres sejam detentoras de conhecimentos mais profundos sobre os usos e propriedades dos elementos da natureza, elas têm menor acesso aos bens naturais e aos recursos financeiros e esse fator repercute na ausência de/ou menor acesso à terra e à renda. Sua inserção não-monetária as concentra em atividades voltadas para o autoconsumo e elas assumem de forma quase exclusiva o trabalho doméstico e de cuidados, o que se traduz em maior jornada de trabalho. Somam-se a isto, as condições precárias para a realização do trabalho doméstico – como, por exemplo, a escassez

capítulo 1

de água em suas residências e a necessidade de suprimento de lenha para atividades de preparo de alimentos – além da menor disponibilidade de tempo para atividades geradoras de renda monetária. Essa forma de inserção econômica produz uma representação do seu trabalho como atividade secundária e marginal, ao mesmo tempo em que, sem o trabalho delas, não é possível garantir a reprodução física e social da agricultura familiar. A análise desta condição revela-se na *dimensão simbólica da desigualdade*.

A combinação da dimensão política com a econômica constitui a centralidade da análise das mulheres no desenvolvimento. Para entender a exclusão econômica das mulheres torna-se necessário incorporar na análise os mecanismos políticos usualmente presentes na manutenção da sua subordinação. Instituições, tais como, a família, os espaços públicos e o Estado, são decisivas na reprodução da desigualdade existente entre mulheres e homens. Estas instituições estabelecem laços entre si formando uma poderosa barreira de entrada das mulheres no desenvolvimento de forma igualitária.

Essas instituições se entrelaçam na representação do papel de cada indivíduo na sociedade. Na família, os homens se legitimam como seu representante perante o mundo público e o Estado legitima esta representação por meio do chamado *Chefe de Família*. As mulheres só adquirem esta condição quando não contam com a figura masculina no grupo familiar – as chamadas *Mulheres Chefes de Família*. O Estado e os espaços públicos elaboram política pública e atuam considerando o que seriam as necessidades da *família* e não de *cada um dos indivíduos* independente da sua condição civil e familiar, reforçando a ideia de que as necessidades são iguais e que, relacionando-se com o “titular”, todos serão beneficiados.

Essa mesma visão prevalece nos espaços públicos, que não consideram as desigualdades econômicas e nem se incomodam com a privilegiada situação dos homens nas decisões e no acesso a bens e recursos. Isto ajuda a entender por que as mulheres estão menos representadas em espaços públicos e na sociedade civil e por que as suas demandas e necessidades não integram de forma satisfatória a agenda do desenvolvimento rural.

Para que as mulheres promovam e se beneficiem do desenvolvimento é necessário considerar a forma atual de inserção desigual e buscar transformá-la, promovendo uma inserção autônoma e sustentável. Isto implica

em garantir o acesso das mulheres aos bens naturais, aos recursos financeiros e aos serviços rurais, independente da sua condição civil, ou seja, sem a mediação dos homens. As mulheres devem ser consideradas agentes econômicos autônomos que trabalham de forma coletiva e familiar e necessitam ter suas necessidades respeitadas tanto pelo Estado, quanto pelos esposos/companheiros e demais organizações da sociedade civil, a exemplo da tomada de decisão sobre *o quê, onde e como produzir*.

EFETIVAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES NO MEIO RURAL

No período anterior ao governo Lula, inicia-se uma agenda em prol das políticas para as mulheres, em resposta à demanda política por igualdade que as trabalhadoras rurais empreenderam. Promoveram-se ações de capacitação fragmentadas e editaram-se portarias sem efeito prático na área de financiamento. No entanto, essas iniciativas não foram capazes de dialogar com a crescente luta das mulheres que se registra desde os anos 90.

A partir de 2003, a agenda de desenvolvimento rural sustentável e solidário, impulsionada pelo governo federal, dialogou com a da igualdade, reconhecendo que há processos históricos de desigualdades cujo resultado era que homens e mulheres não partiam do mesmo patamar para acessar as políticas públicas. No período de 2003-2010 foram implantados programas que objetivavam garantir cidadania e inclusão produtiva para as mulheres, tais como: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004); Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008).

No período subsequente, de 2011 a 2013, destaca-se a agenda de combate à miséria extrema com o Plano Brasil Sem Miséria, e as políticas públicas vão incorporando, cada vez mais, a transversalidade de gênero, com destaque para a efetivação de cotas de atendimento e de aplicação de recursos específicas para mulheres, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e das Chamadas Públicas para seleção de Prestadoras de Serviços de Assistência Técnica (Ater).

A construção de políticas públicas para mulheres rurais, portanto, parte de uma estratégia integrada de acesso à cidadania, promoção da autonomia

capítulo 1

econômica e participação social. No período que se segue, desde então, identifica-se nos últimos três Planos Plurianuais (PPAs) do governo federal ações específicas e transversais, no MDA, para mulheres rurais, sendo que as ações finalísticas executadas diretamente pela DPMR no período compreendido entre 2003-2013 resultaram num orçamento aproximado de mais de 300 milhões de reais. Os resultados obtidos são descritos a seguir.

MULHERES RURAIS COMO SUJEITOS DE DIREITOS Reconhecer as mulheres como beneficiárias diretas das políticas públicas, independente da sua condição civil, tornou-se a primeira ação de reorientação da política pública. As mulheres rurais foram incluídas nos diferentes cadastros e/ou formulários como *titulares* da política e não mais como *cônjuges*, a exemplo de mudanças realizadas nos procedimentos de inscrição e acesso à terra na reforma agrária e no registro da agricultura familiar - a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A dupla titularidade da terra e da DAP garantiu o direito das mulheres em serem protagonistas e beneficiárias diretas em diferentes programas e políticas, dentre eles, os de inclusão produtiva (Crédito, Ater, Programa de Aquisição de Alimentos e outros). As mulheres, também, passaram a ser titulares dos benefícios sociais (Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida) e de garantia de renda (Garantia Safra).

Os novos arranjos institucionais e o novo arcabouço normativo acompanharam uma prática cotidiana de diálogo e parcerias envolvendo os diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil para garantia e efetivação da política pública. A incorporação de metas específicas para mulheres rurais em diversos planos nacionais, com destaque para o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) e o Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), além das metas pactuadas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) e, mais recentemente, no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS)⁵, denotam esse novo desenho de diálogo que integra política específica e transversalidade das políticas públicas para mulheres rurais.

As mulheres rurais e suas organizações representativas, cada vez mais, foram participando dos espaços de gestão e monitoramento da política pú-

5. Documento do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário foi aprovado na II Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário realizada em Brasília no período de 14 a 18 de outubro de 2013.

blica. Essa estratégia foi reforçada com a criação de novos espaços de participação e controle social em âmbito federal, destacando-se: Comitê Gestor do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; Grupo de Trabalho de Gênero da Seção Nacional da Reunião Especializada da Agricultura Familiar; Subcomissão de Mulheres vinculada às instâncias de Gestão do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; Comitê de Gênero do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Os movimentos de mulheres, também, tiveram representação garantida em outros Grupos de Trabalho técnicos, tais como: Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Condráf; Grupo de Trabalho Operacional (GTO), que discutiu a chamada de ATER para Agroecologia; Grupo de Trabalho de Crédito e Agroecologia, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condráf); Fórum do Crédito, Comitê Brasileiro do Ano Internacional da Agricultura Familiar e Comitê de Reforma Agrária e Ordenamento Fundiário do Condráf, criado recentemente; dentre outros.

Destaca-se que a representação de organizações de mulheres no GTO possibilitou a concretização do primeiro edital público de seleção de serviços de prestadoras de ATER, em 2013, determinando o atendimento de 50% de mulheres entre o público beneficiário e aporte de 30% do total de recursos a ser contratado em atividades específicas para mulheres, antecedendo a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (II CNDRSS).

Assim, parte-se do pressuposto de que não há políticas neutras. Reconhece-se a permanência das relações patriarcais no campo e adota-se uma estratégia de superação, por parte do Estado. Constroem-se novos arranjos institucionais e qualificam-se as políticas públicas objetivando visibilizar e reconhecer as mulheres como sujeitas de direito e efetivar uma ação de garantia de proteção pelo Estado, que se verificará a seguir.

ACESSO À CIDADANIA Para proporcionar condições efetivas de acesso às políticas públicas, criou-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) em 2004⁶. O PNDTR visa promover a conscientização sobre a importância e uso dos documentos civis, jurídicos e trabalhistas, além de garantir a obtenção dos mesmos, emitindo-os de forma gratuita.

6. Esta ação envolve: a Delegacia Federal do MDA nos Estados; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio das Superintendências Regionais; a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM); o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS); Ministério da Justiça (MJ); as Secretarias de Segurança Pública (SSP) e os movimentos de mulheres, sendo: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB); Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Secretaria de Mulheres da Fetraf; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Setor de Gênero do MST; Setor de Gênero do MPA; representantes de mulheres dos: Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Movimento Nacional de Pescadores; Conselho Indígena da Amazônia Brasileira (Coiab); Conselho Nacional de Quilombolas (Conaq).

capítulo 1

De 2004 a 2013 o PNDTR realizou 5.537 mutirões itinerantes em 4.793 municípios, beneficiando um milhão e 220 mil mulheres rurais, emitindo 2 milhões e 438 mil documentos⁷.

O PNDTR é a porta de entrada das mulheres às políticas públicas. Cada vez mais o PNDTR tem se desafiado a qualificar e ampliar os seus serviços, ofertando atividades de formação, disponibilizando um “espaço criança” durante o atendimento e incorporando a emissão de documentos de inclusão produtiva e orientações para emissão de documentos contábeis e fiscais.

Aproximando-se dos 10 anos de existência do programa, coloca-se como desafio para o mesmo a ampliação do atendimento em áreas inacessíveis às unidades móveis. Para isto, o programa efetuou novas parcerias para o uso de unidades fluviais, que permitirão o deslocamento de equipes a comunidades ribeirinhas, antes não atendidas.

ACESSO À TERRA O II Plano Nacional de Reforma Agrária assumiu o desafio de superar a desigualdade entre mulheres e homens nos assentamentos rurais. Para isto, revisaram-se os normativos internos do Programa Nacional de Reforma Agrária, garantindo-se a inclusão efetiva das mulheres em todas as fases dos assentamentos.

O direito igualitário à terra para mulheres e homens foi garantido por meio da titulação conjunta e obrigatória, instituído pela Portaria nº 981, de outubro de 2003. Neste tema, coloca-se como desafio efetivar o direito à titulação conjunta às mulheres assentadas antes de 2003. Além disto, a Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007, alterou a sistemática de classificação para os(as) candidatos(as) à reforma agrária reconhecendo e priorizando mulheres chefes de família como beneficiárias potenciais do programa.

Na reforma agrária, em 2013, as mulheres representavam 72% dentre os titulares registrados (em 2003 elas eram 24%)⁸, sendo que as mulheres chefes de famílias já são 23% do público beneficiário em 2013 (em 2003 elas eram 13%).

Na política de acesso à terra por meio do Crédito Fundiário, os empreendimentos protagonizados por mulheres recebem valor adicional. A participação das mulheres aumentou de 13,6% em 2003 para 29% em

7. Fonte: MDA/DPMR/ PNDTR. Período de Tabulação: 2004 a dez/2013.

8. Fonte: Incra/ Sipa, atualizados em dezembro/2013, referente ao público atendido no ano e registrado na Relação de Beneficiários/as.

2012⁹. Ter direito à terra permite à mulher acessar outras políticas de desenvolvimento econômico, bem como ter reconhecido o trabalho produtivo que realizam.

ACESSO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA REFORMA AGRÁRIA Em relação às políticas de desenvolvimento econômico dos assentamentos, o Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) adotou diretrizes e orientações com enfoque de gênero para os trabalhos das equipes técnicas. Além da recomendação de atendimento das mulheres, as equipes devem ser compostas por técnicas mulheres e devem ser ofertados “espaço criança” em atividades coletivas e atividades específicas para mulheres. Dentre os/as assentados/as que recebiam ATER em 2013 e que possuíam DAP, 45% eram mulheres¹⁰.

Para o próximo período, o Incra propõe a revisão dos processos seletivos das prestadoras de ATER visando normatizar o atendimento de, no mínimo, 50% de mulheres no público beneficiário do serviço, bem como, a disponibilização de 30% dos recursos para atividades específicas com mulheres, dialogando com os resultados da II CNDRSS.

Em 2008, o Incra instituiu o Crédito Instalação Apoio Mulher, como uma oferta exclusiva de crédito para as mulheres organizadas em grupos produtivos visando reconhecer e valorizar o trabalho produtivo das mulheres na reforma agrária. Entre 2008 e 2013 foram celebrados mais de 18 mil contratos, com investimento aproximado de 46,6 milhões de reais¹¹.

Nas ações de apoio ao cooperativismo e associativismo e estímulo à agregação de valor aos produtos da reforma agrária, instituiu-se o Programa de Agroindustrialização na Reforma Agrária – Terra Forte, em 2013, com incentivos financeiros de mais de R\$ 500 mil por projeto. No edital de chamamento de projetos, atribuiu-se maior pontuação às propostas com maior participação de mulheres nos quadros diretivos ou associativos, estimulando o acesso delas às políticas de agregação de valor e geração de renda. Dentre os projetos classificados em 2013, 27,5% possuem mais de 30% de mulheres associadas e/ou em cargo de direção nas cooperativas. O perfil das agroindústrias com projetos aprovados demonstra maior participação das mulheres em atividades de beneficiamento de leite e frutas.

9. Fonte: Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

10. Fonte: Tabulação especial sobre Mulheres nas Políticas da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Mauro Delgrossi, fev/2014 sobre um universo de 187.249 beneficiários/as.

11. Fonte: Incra, atualizados outubro/2013 in: CASTRO, Mariana (Produto Consultoria, FAO/MDA, 2013).

capítulo 1

Ampliar ações de agregação de valor e apoiar a organização produtiva das mulheres na reforma agrária de forma integrada, embora tenha avançado, segue sendo um desafio. Parte disto pode estar associado à forma de operacionalização de alguns programas, cuja centralidade se estabelece no “lote” e/ou na família, como identificação do/a beneficiário da política. Reconhecer que a família não é um “bloco homogêneo” e que no lote há vários arranjos produtivos associados ao papel de cada um de seus membros é um desafio para as políticas de desenvolvimento na reforma agrária, com especial destaque para o arranjo operativo dos Serviços de ATER e do Programa de Apoio à Agroindustrialização.

Em ação recente, o Programa TerraSol, cujo objetivo é apoiar grupos produtivos na reforma agrária, está destinando 30% dos seus recursos para projetos específicos de mulheres a serem contratados em 2014. Esta importante iniciativa dialoga com a estratégia de valorizar a participação das mulheres na economia rural e seu sucesso será garantido por meio da inclusão de metas de atendimento pelos serviços de ATER/ATES.

Em 2013, diferentes procedimentos foram revisados na reforma agrária garantindo a titularidade das mulheres, tais como: a operacionalidade do crédito habitação, incluindo os assentamentos no *Programa Minha Casa Minha Vida*; intensificação da ação de busca ativa e inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A aprovação da Medida Provisória nº 636 do Crédito da Reforma Agrária, de 26 de dezembro de 2013, também, constituiu-se numa ação de destaque na reforma agrária, pois, ao propor um novo mecanismo de renegociação das dívidas na reforma agrária, possibilita a retomada do acesso ao crédito produtivo estimulando o desenvolvimento de novos arranjos produtivos e beneficiando, também, as mulheres.

Tais ações constituem-se em instrumentos importantes para visibilizar e garantir o protagonismo delas nas políticas em curso.

ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ESPECÍFICA PARA MULHERES A Política Nacional de ATER reconheceu e incorporou a política setorial de ATER para Mulheres, com objetivos de: fortalecer a organização produtiva das mulheres rurais; promover a agroecologia e a produção de base ecológica; ampliar o acesso às políticas públicas; apoiar a articulação em rede.

A ATER Setorial para Mulheres, em curso desde 2004, beneficiou mais de 56,4 mil mulheres, disponibilizando aproximadamente 32,3 milhões de reais entre 2004 e 2013¹². Destaca-se que 65% dos projetos apoiados focaram atividades voltadas para agroecologia no período 2004-2010. Com a Lei de ATER, a partir de 2010, as chamadas de ATER Mulheres beneficiaram mais de 9.180 mulheres com foco específico no fortalecimento da produção agroecológica.

Nas ações de ATER mistas, importantes conquistas foram efetivadas em 2013. A Chamada de ATER para Agroecologia, debatida pelo GTO, tornou obrigatório o atendimento de 50% de mulheres no público beneficiário; 30% de recursos para mulheres e oferta de “espaço criança”. Nas chamadas de ATER em curso, monitoradas pelo Sistema de Informação de ATER (Siater) desde 2010, as mulheres já são mais de 50% do público atendido¹³. Se se considerar, apenas, os serviços operados no âmbito do Brasil Sem Miséria, as mulheres já representam 60% do público beneficiário¹⁴.

Há uma mudança em curso nos serviços de ATER com maior atendimento das mulheres. A II CNDRSS aprovou, na sua plenária final, que 50%, no mínimo, do público beneficiário da ATER deve ser mulher. Além disto, os serviços devem investir 30% dos recursos em atividades específicas com mulheres e ofertar “espaço criança” para facilitar a participação das beneficiárias.

Paralelamente, diferentes desafios estão colocados, tais como: a qualificação das atividades específicas para mulheres e o monitoramento e avaliação do trabalho realizado, bem como o seu impacto no acesso de outras políticas, por exemplo de financiamento e comercialização. Necessita-se, também, avaliar qual o potencial gerado para formalização dos grupos produtivos de mulheres nas atividades de ATER. O novo marco de operacionalização das políticas de acesso aos mercados exige não só a formalização dos grupos produtivos, mas também, a adequação dos sistemas de produção e beneficiamento, tendo impacto excludente, entre as organizações produtivas de mulheres.

SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO À medida que as políticas públicas avançaram, foi-se evidenciando, cada vez mais, a necessidade de implantar mecanismos de socialização do trabalho doméstico e dos cuidados como essencial para promover a autonomia econômica das mulheres. Exemplifica isto a adoção de ações afirmativas, tais como: a

12. Fonte: Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

13. Fonte: Sistema de Informação da Ater (MDA/SAF/SIATER, 2013).

14. Fonte: Tabulação especial sobre Mulheres nas Políticas da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Mauro Delgrossi, fev/2014.

capítulo 1

oferta de atividades de recreação infantil (denominadas de “espaço criança”) nas ações coletivas da ATER ou durante os mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

APOIO À ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA: APOIO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO Diferentes ações foram estimuladas para o fortalecimento das atividades produtivas das mulheres. Em 2008, criou-se o Programa Interministerial de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)¹⁵ tendo como perspectiva a promoção da autonomia econômica, da soberania alimentar e da agroecologia. O programa é uma ação articulada e integrada com outros órgãos do governo federal.

No período de 2008 a 2013¹⁶ o programa beneficiou mais de 140 mil mulheres, investindo mais de 40 milhões de reais em ações de fomento à produção, agregação de valor, capacitação em política pública, apoio à participação em feiras locais. Dentre as ações do POPMR inclui-se o mapeamento e estímulo à organização de grupos produtivos de mulheres

Fortalecer e divulgar a produção das mulheres nas feiras nacionais da agricultura familiar bem como sua participação em Feiras de Economia Solidária também se constituiu em ação de êxito. Na Feira Nacional da Agricultura Familiar (Fenafr) de 2012, as mulheres expositoras representaram 52% dos participantes¹⁷. Dentre os empreendimentos, as mulheres saltaram de 1,4% para 12% entre as edições da Fenafr realizadas em 2004 e 2012.

Fortalecer os empreendimentos de economia solidária protagonizados pelas mulheres segue sendo desafio que não pode se restringir ao POPMR. Estabelecer cotas no público beneficiário e de aplicação de recursos, bem como incorporar metas específicas de atividades a serem desenvolvidas podem ser ações afirmativas a serem buscadas em todos os programas, a exemplo dos debates que problematizam os diferentes programas de apoio à agroindustrialização em curso para a agricultura familiar e reforma agrária.

ACESSO AO CRÉDITO PRODUTIVO A produção das mulheres também conta com apoio financeiro por meio do crédito Pronaf Mulher, criado em 2003. A instituição da dupla titularidade para a Declaração de Aptidão ao Pronaf facilitou o acesso das mulheres ao crédito. Em 2012, 68% das DAPs tinham dupla titularidade¹⁸.

15. Esta ação envolve: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM); o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a Companhia Nacional de Abastecimento; e os movimentos de mulheres, sendo: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB); Secretaria de Mulheres da Contag; Secretaria de Mulheres da Fetraf; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Setor de Gênero do MST; Setor de Gênero do MPA; representantes de mulheres dos: Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Movimento Nacional de Pescadores; Conselho Indígena da Amazônia Brasileira (Coiab); Conselho Nacional de Quilombolas (Conaq)

16. Fonte: Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

17. Fonte: Diretoria de Agregação de Valor - DEGRAV/SAF/MDA, 2012.

18. Dados do SIOP, 2013.

Desde o Plano Safra 2003/2004, o Pronaf vem ofertando ajustes visando ampliar o acesso das mulheres. No Plano Safra 2013/2014, o limite para acesso de recursos no Pronaf foi ampliado para até 150 mil. Inovação trazida para este Plano Safra foi a prioridade de destinação de financiamentos para a linha do Pronaf Mulher, por meio da metodologia do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30 mil.

O crédito específico para as mulheres já contratou mais de 42 mil operações desde sua criação, com investimentos aproximados de 360 milhões¹⁹. Embora continue sendo um desafio melhorar a participação delas no Pronaf Mulher, elas têm buscado financiamento em outras linhas. No microcrédito produtivo operado pelo Banco do Nordeste (BNB) por meio do *Agroamigo* – que é operado por meio da PNMPO, as mulheres representaram mais de 47% das operações na Safra 2012/2013.

Destaca-se que, na carteira ativa do BNB, as mulheres são 36% do total de contratos, ou seja, pouco mais de 480 mil contratos com mulheres (BNB, 2014). No Banco do Brasil, responsável por mais da metade da operação de crédito agrícola no país, as mulheres representam 15% do total de contratos (Banco do Brasil, 2014).

Outros esforços foram empreendidos na política pública visando empoderar as mulheres rurais no acesso ao crédito. Diferentes ações de capacitação e debate foram realizadas, organizaram-se as *Cirandas do Pronaf*, promoveram-se seminários sobre *Mulheres e o Crédito* e estimulou-se a participação das mulheres nas instâncias de gestão do Pronaf, tais como o Fórum do Crédito e as reuniões estaduais sobre os Planos Safra.

Além do crédito, em programas complementares de garantia de renda as mulheres foram reconhecidas em seu protagonismo no meio rural. No Programa Garantia Safra, por exemplo, a Resolução N° 1, de 2 de janeiro de 2013, instituiu a titularidade do benefício em nome da mulher, assegurando cada vez mais o protagonismo delas nas políticas públicas.

Em programas de combate à extrema pobreza, as mulheres também têm acesso a crédito não reembolsável, como é o exemplo do Fomento Brasil Sem Miséria, destinado a famílias que recebem ATER vinculado ao Programa Brasil Sem Miséria. O Fomento produtivo visa contribuir com o estímulo à produção voltado para a segurança alimentar familiar.

19. Fonte: Monitoramento do acesso a Pronaf Mulher pela DPRM, 2013. Consolidado de informações do BB, BASA, BNB para os anos safras 2003/4 a 2012/2013.

capítulo 1

AÇÕES DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO A participação das mulheres tem aumentado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Resolução Nº 44 de 16 de agosto de 2011 do Comitê Gestor do PAA estipulou que 5% da dotação orçamentária anual do PAA deve ser destinado a grupos de mulheres (ou grupos mistos com pelo menos 70% de mulheres). Além disso, a participação das mulheres deve ser de pelo menos 40% para as modalidades de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e Compra Direta Local com Doação Simultânea; e de 30% para as modalidades Formação de Estoques para a Agricultura Familiar e Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite.

Em 2012, elas representaram 29% do total de contratos efetivados²⁰, sendo que, nas operações realizadas pela Conab, as mulheres alcançaram 34% do total de contratos. Já, em 2013, quando a resolução passou a vigorar, as mulheres representaram 47% do total de contratos efetivados operados pela Conab, sendo que, na modalidade Compra com doação simultânea operada pela Conab, o percentual ultrapassou 50%.

Apesar disso, segue o desafio de qualificar e agregar valor aos produtos das mulheres; inseri-las em outros programas de comercialização – como o Programa Nacional de Educação Escolar (PNAE); adequar às normas de vigilância sanitária para a escala de atendimento dos grupos organizados de mulheres; possibilitar condições para formalização dos grupos produtivos em cooperativas e associações bem como a inserção do campo referente ao registro de *sexo* no sistema emissor da DAP jurídica.

PRODUÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS Repensar as políticas públicas com ações para mulheres demandou estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres rurais. Diferentes estudos foram apoiados no âmbito do Programa de Organização Produtiva, tais como: *ATER para Mulheres; Cirandas do Pronaf; Participação das Mulheres no PAA; Perfil dos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais; Mulheres Rurais no Mercosul; Estatísticas Rurais sob a perspectiva de gênero*. Além disso premiou-se e estimulou-se a produção de pesquisas no âmbito do *Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero*²¹. Em 2014, o Prêmio encontra-se na

20. Fonte: dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), abril/2013.

21. Disponíveis em: <http://portal.mda.gov.br/portal/dpmr/institucional/Publica%C3%A7%C3%B5es>.

sua 4ª edição e está destinado a reconhecer a produção acadêmica, relatos e memórias associados ao tema “Mulheres e Agroecologia”.

Em 2013, três estudos estão em curso visando analisar as políticas de ATER Crédito e identificar o cenário de demanda de documentação civil no âmbito do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Alguns desses estudos estarão disponíveis ainda em 2014 e contribuirão para qualificar, ainda mais, os instrumentos operacionais das políticas em análise.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA Implantado em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), um dos principais programas do governo federal no período recente, tem contribuído para elevar a renda e as condições de bem-estar da população em situação de extrema pobreza. O BSM é destinado a famílias cuja renda per capita é de R\$ 70,00, o que equivalia a 16,2 milhões de brasileiros e brasileiras nesta condição em 2010 (IBGE, Censo Demográfico, 2010). O Plano prevê o aumento de serviços e ações de sensibilização, mobilização e inclusão produtiva, que envolvem: documentação; energia elétrica; combate ao trabalho infantil; segurança alimentar e nutricional; apoio à população em situação de rua; educação infantil; saúde da família; Rede Cegonha; distribuição de medicamentos; tratamento dentário; exames de vista e óculos; assistência social e outros (Governo Federal, Plano Brasil Sem Miséria).

Para isto utiliza-se como estratégia a “busca ativa” e a inscrição de famílias no Cadastro Único (CadÚnico), possibilitando a inserção das famílias em diferentes programas e políticas públicas.

As mulheres correspondem a mais da metade do público-alvo do BSM. Importantes ações são destinadas para elas. No meio rural, destacam-se, programas já citados, tais como: Documentação da Trabalhadora Rural e Assistência Técnica. Aliado à estratégia de inclusão produtiva, também, foram qualificados os acessos no Programa de Aquisição de Alimentos e no Programa de Cisternas. Diferentes programas do BSM têm titularidade feminina, conforme já citado anteriormente, tais como: Bolsa Família e o Bolsa Verde. *Entre 2002 e 2012, a quantidade de brasileiros em situação de extrema pobreza reduziu a um ritmo de 10,4% ao ano – diminuição total de 63,3% no período de 10 anos, segundo estudo do Ipea*²².

22. Fonte: [http://www.sae.gov.br/site/?p=18421#ixzz2wj7xFZRsh](http://www.sae.gov.br/site/?p=18421#ixzz2wj7xFZRshhttp://www.sae.gov.br/site/?p=18421#ixzz2wj7xFZRsh)

capítulo 1

PRODUÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Dar visibilidade às mulheres rurais constituiu-se numa demanda e numa estratégia da política pública. Se, num primeiro momento, necessitava-se revelar *quem eram, como viviam e o que produziam* as mulheres rurais, num segundo momento a melhoria das estatísticas sob a perspectiva de gênero contribuiu para indicar cenários e tendências para atuação da política pública. Melhorias nas coletas de dados e nos procedimentos de pesquisas têm sido instituídas possibilitando, cada vez mais, captar *a forma de viver e produzir* das mulheres no meio rural.

Os debates oriundos para elaboração do questionário do Censo Agropecuário 2015/2016, por exemplo, divulgado pelo IBGE em janeiro de 2014, já demonstram a preocupação em incorporar questões que buscam captar tanto atividades específicas realizadas pelas mulheres rurais nos estabelecimentos rurais, quanto possibilitam análises futuras das variáveis do censo desagregadas por sexo, prosseguindo com avanços já incorporados no Censo Agropecuário 2005/2006.

Outras pesquisas estatísticas têm sido colocadas a campo, tais como, pesquisas sobre o “uso do tempo”, que buscam mensurar o tempo gasto por homens e mulheres em atividades domésticas e de cuidados, indicando que os diferentes trabalhos podem ser mensurados. A pesquisa de “uso do tempo” – ainda que em caráter amostral – demonstrou quão ocupadas estão as mulheres em relação aos homens. Se antes as estatísticas captavam menor participação delas no mundo do trabalho, a melhoria dos questionários possibilitou identificar que, entre a população ocupada, os homens trabalhavam 47,7 horas na semana, enquanto as mulheres trabalhavam 55,3 horas ao se incluir a vida doméstica (IPEA, 2011).

As Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNAD) têm incorporado possibilidades de análises com variáveis desagregadas por sexo em diferentes dimensões, ampliando-se a possibilidade de análise entre as realidades urbana e rural para todas as regiões do país.

Tais estatísticas se constituem numa base importante de mensuração do público e na criação de indicadores de atendimento da ação do Estado. Portanto, avançar na qualificação das estatísticas possibilita superar o

caráter androcêntrico de pensar as políticas públicas. Ou seja, a política pública pode se basear em dados estatísticos que possibilitam identificar mulheres e homens e situações distintas, contrapondo-se a tempos remotos no qual os programas e políticas pressupunham uma ação universalizante considerando um meio rural sem “*distinções de gênero*”.

AGENDA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL As políticas para mulheres promovidas no Brasil também têm importante interface com a agenda internacional de garantia de direitos para as mulheres. Experiência relevante refere-se aos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Gênero da Reunião Especializada da Agricultura Familiar – REAF – do Mercosul, desde 2005 com especial destaque para a criação do Programa Regional de Institucionalização de Políticas de Gênero no período de 2011 a 2013. Tal programa contribuiu para a troca de experiência no tema no Mercosul e produz estudos e informações sobre o acesso delas às políticas públicas, com especial atenção à Assistência Técnica e Extensão Rural.

Importante destacar que a cooperação internacional voltada para a integração solidária contribuiu para alavancar processos de estímulo à adoção e consolidação de políticas para mulheres nos níveis nacional e regional.

Na agenda internacional, a participação na Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribe (Celac) ganhará destaque em 2014, com a instituição do Grupo de Trabalho Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural que, em sua declaração de fundação, incorpora recomendações sobre igualdade de gênero. Este torna-se relevante num momento em que se celebra o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

No período anterior ao governo Lula, partia-se de um ambiente de diálogo entre Estado e sociedade civil centralizado e sem a pluralidade política existente no meio rural, representado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condraf). Este passou por um processo de reformulação em sua composição, alargaram-se suas atribuições

capítulo 1

e estimulou-se um amplo diálogo social com a promoção da Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em 2006, antecedendo a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento (CIRAD) e a I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS), em 2008, iniciando um novo momento das políticas de desenvolvimento rural.

Para ampliar a participação e o controle social das mulheres nas políticas públicas, ampliou-se o número de representantes mulheres no Condraf e incluiu-se maior número de organizações de mulheres na sua composição. Criou-se, paralelamente, o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – atualmente, Comitê Permanente de Políticas para as Mulheres – para aprofundar e debater o controle social das políticas sob a perspectiva de inclusão das mulheres e estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar políticas públicas setoriais.

Foram desenvolvidas, assim, ações de incentivo à participação de organizações de mulheres trabalhadoras rurais e inclusão de um módulo sobre gênero nas capacitações de conselheiros e conselheiras dos órgãos colegiados estaduais em curso.

A Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, mediante proposição da sociedade civil, aprovou a paridade entre homens e mulheres como critério de composição dos órgãos colegiados, além de diversas diretrizes voltadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Na promoção da I CNDRSS foi realizada a *Campanha “Igualdade com Paridade”* que foi responsável pela Plenária Setorial de Mulheres e pela adoção de cota mínima de 30% de mulheres nas delegações estaduais para a I Conferência Nacional. O resultado foi uma delegação composta por 44% de mulheres e a adoção de um conjunto de diretrizes que nortearam a elaboração da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Essas iniciativas ganharam reforço importante a partir dos desdobramentos da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada em 2013. Esta conferência garantiu participação de 50% mulheres entre os delegados e delegadas ao ser a primeira conferência nacional realizada com paridade de gênero. Como

resultado de um amplo debate que mobilizou mais de 40 mil pessoas e que possibilitou a rearticulação e mobilização das mulheres nos territórios, um conjunto de propostas aprovadas na Conferência demonstram uma transição no desenho da política pública da perspectiva das “cotas para mulheres” para a “participação com paridade”.

A participação das mulheres na II CNDRSS teve um simbolismo marcante na afirmação da autoestima delas e no reconhecimento e legitimidade da sua luta por direitos e por efetividade da política pública. Durante os quatro dias de debate houve atividades específicas com as mulheres, iniciando pela Plenária Nacional. Durante os trabalhos da II CNDRSS as mulheres apresentaram-se em marcha, organizaram e gritaram palavras de ordem, realizaram ato e apresentaram declaração no dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), marcaram presença durante o lançamento do Plano Brasil Agroecológico (realizado dentro da II CNDRSS) e tiveram protagonismo nos diferentes grupos de debates.

Resultados importantes são mostrados nas 100 propostas finais da Conferência que buscam garantir direitos às mulheres, como: 50% do público a ser atendido pela ATER; paridade entre homens e mulheres nas equipes técnicas; 50% de mulheres nos Colegiados Territoriais; paridade entre representação de homens e mulheres nos Conselhos. Outras propostas apontaram para a obrigatoriedade de 30% do crédito para as mulheres; 30% dos recursos dos projetos de ATER a serem destinados para mulheres; obrigatoriedade de recreação infantil em atividades coletivas de ATER e dos Colegiados; 30% de organizações de mulheres nos Colegiados. Reforçou-se e indicou-se a ampliação dos programas de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Todas essas proposições deverão compor o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e os planos estaduais e territoriais que deverão emergir do plano nacional.

No período recente, o Programa Territórios da Cidadania, teve atuação destacada na: a) a ampliação de ações e recursos destinados para as mulheres para a inclusão produtiva; b) a promoção da agenda da educação infantil e; c) a ampliação dos recursos de infraestrutura produtiva.

Na ampliação de ações na agenda da inclusão produtiva para as mulheres rurais, cabe um destaque especial às ações de assistência técnica e extensão rural destinadas à agroecologia. Para estas, foram adotados critérios como a paridade no público a ser atendido, um percentual

capítulo 1

de 30% de recursos para as mulheres, além da garantia da inclusão do espaço-criança durante as atividades a serem realizadas no marco de projetos envolvidos nos chamamentos públicos, além das ações voltadas à ampliação do acesso das mulheres ao Pronaf Mulher por meio do crédito orientado, que envolverá a partir de 2014 a gestão social nos territórios.

A educação infantil ganhou relevância nas demandas dos movimentos sociais de mulheres rurais no período recente. Os movimentos sociais têm associado a migração feminina à sobrecarga de trabalho das mulheres nos cuidados com as crianças menores e às barreiras criadas por essa tarefa à garantia de sua autonomia econômica. Assim, reafirma-se a importância dos equipamentos de educação infantil o mais próximo possível do local de moradia das crianças, evitando-se longos e extenuantes deslocamentos.

Em 2012 por consequência da Marcha das Margaridas e de outros movimentos sociais, como a Via Campesina, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial envolvendo o Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Educação do Campo e Coordenação de Educação Infantil, em parceria com o MDA, Incra, SPM e movimentos sociais de mulheres do campo. A ampliação da educação infantil requer a mobilização e o envolvimento de entes federados distintos e os municípios, que revelam dificuldades estruturais na manutenção de escolas e creches no campo face à baixa densidade demográfica.

Na Matriz de Ações 2013, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica e da Secretaria de Educação do Campo e Diversidade, incluiu como parte dos compromissos assumidos a construção de unidades de educação infantil, disponibilizadas pelo Programa Pró-Infância.

O terceiro destaque se refere às ações de apoio à infraestrutura produtiva que também trouxeram inovação importante realizada em 2013 para a promoção da autonomia econômica das mulheres rurais. A inclusão de meta específica em caráter obrigatório para as mulheres no projeto escolhido pelo território para atender às demandas de infraestrutura produtiva e comercial destinou 40% dos recursos ofertados para esta ação. Com isto, obteve-se um valor equivalente a R\$ 9 milhões e 450 mil reais em metas específicas para mulheres nos territórios.

AGENDA FUTURA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Pode-se afirmar que o contexto acima contribuiu para um resultado qualitativo que garante a sustentabilidade da intervenção realizada no estímulo à auto-organização das mulheres nos territórios por meio da criação de comitês de mulheres.

O programa Territórios da Cidadania efetivou uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável a partir de uma abordagem territorial, com envolvimento de agentes públicos e da sociedade civil desde os territórios até o nível nacional, e contribuiu para consolidar e efetivar políticas para mulheres que garantem cidadania e autonomia.

Tal programa buscou a inclusão produtiva e o acesso à cidadania para as mulheres, estimulou o desenvolvimento de metodologias específicas de gestão social, contribuiu para o fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres, das organizações de mulheres e dos movimentos sociais. O resultado, que indica a sustentabilidade destas ações, é expresso no rico processo de auto-organização das mulheres nos territórios, com a criação dos comitês de mulheres, nos projetos de organização produtiva e ATER e nos mutirões de documentação.

Em 2013, pelo menos 110 Comitês de Mulheres e organizações de mulheres foram identificados atuando nos Colegiados Territoriais, com diferentes níveis de organicidade. Ressalta-se que tais ações tiveram importantes vitórias no período recente, como a já mencionada realização da primeira conferência nacional com paridade de gênero e na instituição de paridade na eleição futura de órgãos colegiados de gestão social de política pública.

O Programa Territórios da Cidadania contribuiu para impactar favoravelmente as condições de vida das mulheres rurais num diálogo mútuo entre governo e sociedade, com ampla participação dos movimentos de mulheres, no fortalecimento à auto-organização e no reconhecimento das lutas das mulheres rurais no campo.

Esse trabalho será reforçado a partir de 2014 com a parceria celebrada entre a SDT, a DPMR e a SPM/PR em quase 80 territórios. Esta ação dar-se-á em articulação com os territórios que são objeto de ação dos governos estaduais e organizações não governamentais previstas nas parcerias realizadas pela DPMR, anteriormente relatadas e que foram

capítulo 1



I Mostra de Organização
Produtiva das Mulheres
Rurais no Brasil, Distrito
Federal, novembro de 2010

objeto de discussão no II Encontro Nacional de Comitês de Mulheres, realizado como parte da agenda de atividades do Dia Internacional das Mulheres, em março de 2014.

Mas os desafios ainda são muitos e persistentes. Ainda se diagnostica inúmeras barreiras que dificultam a efetividade da política pública. Incidir sobre os processos que perpetuam a divisão sexual do trabalho no meio rural requer uma ação de Estado cada vez mais articulada e integrada. Além disto, dentro das próprias organizações da sociedade civil as mulheres buscam consolidar seus espaços.

Apesar dos importantes avanços nos últimos anos, deve-se destacar que os novos arranjos são recentes e estão em fase de consolidação. Potencializar os instrumentos vigentes, incorporar novas ferramentas e efetivar procedimentos de monitoramento para inclusão, valorização, reconhecimento e promoção da autonomia das mulheres rurais são os aspectos determinantes na superação das desigualdades de gênero.

Por fim, na construção e efetivação de *Políticas para Mulheres Rurais*, reafirma-se o papel do Estado na promoção da autonomia das mulheres e na superação das desigualdades de gênero. ■

BRASIL, *Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro*. Organizado por: MPOG/MDS/MEC/MS. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Políticas para as trabalhadoras rurais: relatório de gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/Incrá*. – Brasília: MDA, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Diretoria de Políticas para Mulheres. *Políticas públicas para mulheres: balanço governo, 2013*. Mimeo.

BUTTO, Andrea. A importância da aborgadem territorial e suas implicações nas desigualdades. In: *Revista Eletrônica Fórum DRS*. Ano 2. Ed. 4. Março 2013. Disponível em: www.iicaforumdrs.org.br.

BUTTO, Andrea. Mulheres na Política de Desenvolvimento do Brasil Rural in BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Brasil Rural em debate: coletânea de artigos*. Coordenação de Nelson G. Delgado. Brasília:CONDRAF/MDA, 2010

BUTTO, Andrea. Mulheres no Desenvolvimento Territorial. In MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Nelson G. Delgado (org.). *A política de desenvolvimento do Brasil Rural*. Brasília, 2010.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192p.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (orgs). *As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. 220p.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla e DANTAS, Isolda. *Políticas públicas para mulheres rurais: uma história de 10 anos*. Brasília, 2013. Mimeo.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In MDA/NEAD. *Mulheres na Reforma Agrária*. Brasília: MDA, 2008. p.19-38.

DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Organização de Andrea Butto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 168p.

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. *Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul*. Artigo apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT9-Karla-Hora.pdf>.

IBGE, *Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE, *Censo Demográfico: 1991, 2000, 2010*.

IPEA. *A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*. Comunicado nº 155. Brasília, 2012.

IPEA. *Retrato das desigualdades*. Brasília, 2011, p.33.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

capítulo 2

MOBILIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E FORMAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2009 e 2013¹, a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPRM) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estabeleceu convênios com duas organizações não-governamentais – o Centro Feminista 8 de Março (CF8) e a Sempreviva Organização Feminista (SOF) – com vistas a ampliar e qualificar o acesso das mulheres assentadas e da agricultura familiar às políticas públicas do MDA e para fortalecê-las como sujeitos políticos, sociais e econômicos (*ver quadros 1 e 2*).

Mesmo frente à nova institucionalidade do Estado, existente desde 2003, e à ampla mobilização das mulheres de diversos setores políticos do campo e da floresta, o acesso destas às políticas públicas e sua presença nos espaços de discussão e definições sobre as mesmas continuava abaixo das expectativas. Havia a percepção de que isto acontecia em decorrência de um processo histórico de desigualdades entre mulheres e homens no meio rural, que se articula a outras formas de desigualdade (como raça e classe).

Assim, o ponto de partida do projeto desenvolvido foi a visão compartilhada entre a DPRM/MDA, a SOF e o CF8 sobre como se estruturam essas desigualdades e quais os aportes do feminismo, e em particular da economia feminista, para superá-las. Essa visão considera que é importante reconhecer e visibilizar uma série de atividades realizadas



Tocantins



Maranhão



Bahia

pelas mulheres - como o trabalho doméstico e de cuidados, a criação de pequenos animais, o plantio de hortaliças e plantas medicinais, entre outras. Tais atividades, que na divisão sexual do trabalho são atribuições praticamente exclusivas das mulheres, resultam na ampliação da jornada de trabalho delas e, com isso, limitam seu tempo para a participação em espaços coletivos de informação e definições de políticas públicas ou de acesso às mesmas.

Este reconhecimento aponta a necessidade de implementar políticas públicas que diminuam o esforço e o tempo empregado na consecução dessas tarefas (por exemplo, que facilitem o acesso à água e às fontes de energia), promovam sua valorização social (consideração do saber e das tecnologias desenvolvidas pelas mulheres) e garantam sua proteção (como a não restrição legal ao intercâmbio de sementes criolas). Ao

1. O projeto "Capacitação, monitoramento e articulação das políticas do MDA nos territórios da cidadania, fortalecendo as mulheres rurais como sujeitos políticos e sociais", foi executado no período de maio de 2009 a agosto de 2013 pela SOF; e o projeto "Mulheres e Autonomia: Fortalecendo o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos territórios da cidadania no Nordeste Brasileiro", executado pelo CF8, no período de maio de 2009 a março de 2011.

capítulo 2

mesmo tempo, implica em abrir às mulheres possibilidades restritas pela divisão sexual do trabalho, como o acesso à comercialização, à gestão do dinheiro e das decisões sobre investimento.

Nesse cenário, a DPRM/MDA, desde sua origem como Assessoria Especial para Promoção à Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), vem aliando o estímulo à participação e o controle social por parte das mulheres com a promoção de políticas orientadas a reverter desigualdades entre mulheres e homens no campo. A partir de 2008, esta estratégia se concretiza nos **Territórios da Cidadania**, onde se combinam políticas das várias instâncias de governo no apoio a atividades produtivas, de promoção da cidadania e de direitos, e de desenvolvimento de infraestrutura, aproximando-as do local de trabalho e moradia das mulheres. (*Ver box*)

Foi em 86 dos 120 Territórios da Cidadania existentes que se desenvolveram as atividades realizadas por meio dos convênios estabelecidos com a SOF e o CF8. Do ponto de vista destas organizações, além da preocupação sobre o acesso reduzido das mulheres às políticas públicas e da sua pouca participação nas dinâmicas territoriais, o projeto representou a possibilidade de contribuir para a formação de um maior número

O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Lançado pelo Governo Federal em 2008 e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Os Territórios da Cidadania (TC) reúnem municípios próximos, com características físicas em comum, em áreas historicamente aliadas das políticas públicas, com grande concentração de população que vive da agricultura familiar, assentada, quilombola, indígena ou pescadora. Para os TC são direcionadas ações originárias de 22 ministérios do Governo Federal. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção desse programa. Estas se viabilizam com o estabelecimento de compromissos coletivos e a consolidação de espaços institucionais de caráter territorial (conselhos, comitês, fóruns, colegiados, etc.) Tais espaços possibilitam o diálogo, a aprendizagem, a transparência e a democracia necessárias à construção de um ambiente favorável à integração, fundamental em um processo de desenvolvimento. O Programa também potencializa o diálogo entre órgãos públicos municipais, estaduais e federais e a sociedade civil, propondo a implementação da gestão pública de forma compartilhada para reduzir as desigualdades econômicas regionais e fazer chegar, efetivamente, os benefícios das políticas públicas às populações com maior vulnerabilidade social. Para tanto, considera preponderante o envolvimento dos sujeitos locais, cuja participação na gestão social dos territórios permite a democratização das definições e execução das políticas públicas e dos rumos por onde deve seguir o desenvolvimento territorial. A estrutura de gestão do Programa Territórios da Cidadania se organiza em torno a:

- Colegiados Territoriais (espaço de gestão em nível territorial), integrados por representantes da sociedade civil e do poder público que se organizam nas seguintes instâncias: Plenária, Núcleo Técnico e Núcleo Diretivo, responsável pela coordenação do colegiado)
- Comitê Articulador Estadual
- Comitê Gestor Nacional.

Quadro 1 CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO – CFB - Convênio MDA nº 701362/2008

Projeto “Mulheres e Autonomia: fortalecendo o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos Territórios da Cidadania no Nordeste Brasileiro”. Execução em 36 Territórios da Cidadania, localizados em 8 estados do Nordeste, com exceção do Maranhão.

ESTADO	REGIÃO	TERRITÓRIO DA CIDADANIA	Nº MUNICÍPIOS
ALAGOAS	NE	Do Alto Sertão, Do Litoral Norte, Do Médio Sertão	29
BAHIA	NE	Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sertão do São Francisco, Litoral Sul, Do Sisal, Semi-Árido Nordeste II	134
CEARÁ	NE	Inhamuns Crateús, Itapipoca, Sertão Central, Sertões de Canindé, Cariri	83
PARAÍBA	NE	Cariri Ocidental, Médio Sertão, Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul	73
PERNAMBUCO	NE	Itaparica, Sertão do Pajeú, Agreste Meridional, Mata Sul	72
PIAUI	NE	Carnaubais, Vale do Guaribas, Cocais, Vale do Canindé, Entre Rios, Serra da Capivara	142
RIO GRANDE DO NORTE	NE	Assu/Mossoró, Sertão do Apodi, Mato Grande, Seridó	71
SERGIPE	NE	Alto Sertão, Sertão Ocidental, Sul Sergipano	38

Quadro 2 SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA - Convênio MDA nº 700427/2008

Projeto “Capacitação, monitoramento e articulação das Políticas Públicas do MDA nos Territórios da Cidadania: fortalecendo as mulheres como sujeitos políticos e sociais”. Execução em 50 Territórios da Cidadania, localizados em 18 estados das regiões Centro-Oeste, Norte, Sudeste, Sul, além do Estado do Maranhão (no Nordeste).

ESTADO	REGIÃO	TERRITÓRIO DA CIDADANIA	Nº MUNICÍPIOS
AMAZONAS	NO	Manaus e Entorno, Baixo Amazonas	20
ACRE	NO	Alto Acre e Capixaba, Vale do Juruá	10
AMAPÁ	NO	Centro Oeste, Sul do Amapá	07
PARÁ	NO	Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense, Transamazônica, Baixo Tocantins, BR 163	89
RONDÔNIA	NO	Central (Ji-Paraná), Vale do Jamarí	22
RORAIMA	NO	Sul de Roraima, Terra Indígena Raposa Serra do Sol	08
TOCANTINS	NO	Bico do Papagaio, Jalapão	33
MARANHÃO	NE	Baixo Parnaíba, Cocais, Lençóis Maranhenses/Munin, Vale do Itapecuru, Baixada Ocidental, Campo e Lagos	86
MATO GROSSO	CO	Portal da Amazônia, Baixada Cuiabana	30
MATO GROSSO DO SUL	CO	Da Reforma, Grande Dourados, Cone Sul	31
GOIÁS E DISTRITO FEDERAL	CO	Vale do Rio Vermelho, Das Águas Emendadas (DF/GO/MG)	27
ESPÍRITO SANTO	SE	Norte, Caparaó	28
MINAS GERAIS	SE	Médio Jequitinhonha, Baixo Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Serra Geral, Vale do Mucuri, Alto Rio Pardo	112
RIO DE JANEIRO	SE	Norte, Noroeste	22
SÃO PAULO	SE	Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista	47
SANTA CATARINA	SU	Meio Oeste Constestado (Chapecozinho), Planalto Norte	43
RIO GRANDE DO SUL	SU	Zona Sul do estado, Médio Alto Uruguai	59
PARANÁ	SU	Cantuquiriguaçu	20

capítulo 2

de mulheres trabalhadoras rurais, muitas delas lideranças locais, em todo o país. O objetivo deste capítulo é fazer uma breve apresentação das estratégias dos projetos, do tipo de atividades realizadas ao longo desse processo e do público envolvido nelas.

ESTRATÉGIAS RUMO AO FORTALECIMENTO DAS MULHERES RURAIS

Ao longo de várias décadas de mobilização, as mulheres do campo e da floresta vêm construindo uma plataforma que combina pautas específicas das mulheres com mudanças estruturantes. Assim, suas agendas de reivindicações aliam temas como a reforma agrária e a crítica ao latifúndio à questão ambiental e gestão da água, à ampliação da infraestrutura no campo e à garantia de políticas públicas, tais como saúde e educação. Ao mesmo tempo, permanece a agenda contra a violência

PARCEIRAS NO COMBATE À DESIGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS



O **CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO (CF8)** é uma organização não-governamental (ONG), criada em março de 1993, com sede em Mossoró/RN e forte atuação no nordeste brasileiro. Integrante do movimento feminista internacional, tem o objetivo de impulsionar as transformações necessárias para a construção de uma sociedade mais igualitária entre homens e mulheres. Nesse sentido, tem acumulado experiência assessorando trabalhadoras rurais, especialmente no acesso a políticas públicas e na assistência técnica interdisciplinar de caráter feminista, bem como na assessoria a grupos de mulheres e de jovens rurais e urbanos. A experiência de formação e assessoria do CF8 tem visão teórica e política de caráter feminista, com predominância na educação popular e no fortalecimento da autonomia das mulheres e das organizações que elas integram.

Contatos:

Internet: www.cf8.org.br / cf8@cf8.org.br

Telefone: +55 84 3316-1537



A **SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF)**, é uma organização não governamental, fundada em 1963, com sede na cidade de São Paulo/SP e atuação nacional. Também integra o movimento feminista internacional. Sua razão de ser se expressa no tripé movimento social, transformação e feminismo. Suas ações consistem em apoiar e assessorar organizações de mulheres, movimentos sociais e órgãos de governamentais. Entre suas principais contribuições estão o trabalho educativo para as mulheres rurais, urbanas, negras, indígenas, jovens, lideranças, ativistas de base, técnicas e técnicos de ONGs e órgãos públicos. A experiência de formação da SOF tem visão teórica e política de caráter feminista, com foco no fortalecimento e na construção da autonomia das mulheres com ações coletivas.

Contatos:

Internet: www.sof.org.br / sof@sof.org.br

Telefone: +55 11 3819-3876

sexista e as reivindicações por igualdade entre mulheres e homens (Faria, 2009, p. 25).

Os dados oficiais demonstram² que o processo de mobilização, reivindicação e proposição de políticas públicas tem conseguido alterar a realidade das mulheres do campo e da floresta. A participação nas dinâmicas territoriais é condicionante para tais mudanças. Com vistas a ampliar essa participação e a qualificá-la, os projetos desenvolvidos pelo CF8 e pela SOF apresentaram como estratégias centrais a **formação** e a **auto-organização das mulheres (articulação)**. A formação amplia a consciência crítica das mulheres sobre sua realidade e cria espaços de reflexão e construção de propostas. Ela é o caminho para a auto-organização das mulheres que, a partir daí, se constituem como sujeitos políticos coletivos. Este processo é fortalecido pelo intercâmbio com outros grupos de mulheres, grupos mistos e com gestores, o que permite a articulação de propostas e ações comuns de enfrentamento às desigualdades. Essas duas estratégias centrais são complementadas pelas seguintes:

- a elaboração de um **diagnóstico** sobre a implementação das políticas públicas para a igualdade de gênero desde o ponto de vista dos atores locais, com a identificação dos avanços ocorridos e dos entraves existentes para o acesso a essas políticas;

- a **difusão** tanto das políticas existentes quanto da metodologia de trabalho com mulheres rurais para ampliação do acesso às políticas públicas no campo;

- o envolvimento de **gestores** locais em todo o processo, de maneira a construir ou fortalecer seu compromisso com a execução destas políticas.

As ações desenvolvidas foram realizadas por duas equipes (do CF8 e da SOF), compostas por sete coordenadoras e monitoras nacionais e 47 educadoras que acompanhavam, cada uma, em média, dois Territórios da Cidadania (TCs). As ações alcançaram um público total de 47.023 pessoas, dentre mulheres assentadas da reforma agrária, trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras artesanais e extrativistas, assim como gestores e gestoras das políticas públicas, assessores/as de organizações não-governamentais extensionistas da rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e técnicos/as da Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). As estratégias são descritas com mais detalhes a seguir.

². Sobre os dados ler Butto (2011); IPEA/2011.

capítulo 2

DIAGNÓSTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO DO MDA NA REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

As entrevistas realizadas para a elaboração do *Diagnóstico* foram a porta de entrada da equipe dos projetos nos Territórios da Cidadania. Feitas entre junho e outubro de 2009, elas permitiram às educadoras compartilhar os objetivos do projeto com as organizações de mulheres rurais, lideranças nas comunidades, bem como com assessores das redes de assistência técnica e gestores das políticas públicas em nível territorial. Além disso, essa etapa resultou na identificação de grupos produtivos de mulheres e de suas demandas. No total, foram realizadas 983 entrevistas nos 86 TCs abrangidos pelos projetos.

Os dados levantados pelo *Diagnóstico* confirmaram o que no início eram hipóteses sobre as razões do baixo acesso das mulheres às políticas públicas. Muitas dificuldades foram constatadas, sendo que as mais destacadas relacionaram-se à falta de informação e à condição familiar. Ao mesmo tempo, o *Diagnóstico* revelou inúmeros avanços, principalmente, na identificação das atividades produtivas que as mulheres desempenham, na consciência sobre a importância do seu trabalho na manutenção da unidade de produção e na efervescência de grupos produtivos em processo de auto-organização na última década.

As informações coletadas ajudaram a orientar as ações seguintes do projeto tanto no que diz respeito aos conteúdos como também em relação à mobilização de mulheres para participar das atividades de formação e articulação. Ao mesmo tempo, as entrevistas disseminaram informações que despertaram o interesse das mulheres rurais para o acesso às políticas públicas do MDA direcionadas a elas.

O capítulo 3 desta publicação descreve em detalhes os principais dados apontados pelo *Diagnóstico*, bem como resultados e lições aprendidas nesse processo.

FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO A formação feminista foi um dos pilares que orientaram a execução do trabalho desenvolvido nos Territórios da Cidadania. Ela foi o ponto de partida para todas as demais formações, inclusive as de caráter técnico. A formação feminista cria um

Quadro 3 CF8: TEMAS DE OFICINAS E SEMINÁRIOS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO

	QUANTIDADE
Oficinas “Gênero, reforma agrária e direito à terra, com ênfase no crédito especial para as mulheres da reforma agrária”	68
Oficinas sobre o programa de organização produtiva, assistência técnica, produção e comercialização	36
Oficinas sobre políticas territoriais e as relações de gênero	36
Seminários estaduais “Gênero, direito à terra e assistência técnica”	8
Seminários estaduais de formação (1º e 2º módulo) sobre políticas públicas e elaboração de projetos	7

Quadro 4 SOF: TEMAS DE OFICINAS E SEMINÁRIOS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO

	QUANTIDADE
Oficinas “Gênero e políticas públicas para mulheres rurais”	55
Oficinas de elaboração de projetos para grupos produtivos de mulheres	48
Oficinas “Políticas territoriais e a participação das mulheres”	56
Oficinas de formação de lideranças em políticas públicas e avaliação	42
Seminários estaduais “Políticas públicas para as mulheres na reforma agrária”	20
Oficinas de formação sobre crédito, organização produtiva, comercialização, PNDTR, assistência técnica, reforma agrária e gênero	35

espaço de reflexão e confiança entre as mulheres e, por isso, é um instrumento fundamental para fortalecê-las, ampliando sua consciência crítica e sua compreensão do contexto em que estão inseridas, e permitindo que elas possam expressar livremente suas necessidades. É importante também para que organizações mistas se desafiem a perceber como a desigualdade de gênero se manifesta em sua atuação e dinâmica interna (Faria, 2013).

Durante a execução do projeto, foram realizadas 411 atividades de formação com os seguintes temas: gênero e políticas públicas; gênero, reforma agrária e direito à terra; elaboração de projetos; políticas territoriais e formação de lideranças; crédito; programa de organização produtiva; assistência técnica e a nova Lei de ATER (*ver quadros 3 e 4*).

Nas atividades de formação, além da apresentação das políticas públicas direcionadas às mulheres trabalhadoras rurais e a importância de acessá-las, eram debatidas as relações de gênero no meio rural e as estratégias para uma maior participação das mulheres nos Territórios da Cidadania como, por exemplo, a articulação dos Comitês Territoriais de Mulheres.

Com as ações de formação, foi possível não apenas aprofundar o debate e ampliar as informações sobre as políticas públicas do MDA para

capítulo 2

a igualdade de gênero como também qualificar as demandas das mulheres. De posse de mais conhecimento, as mulheres rurais sentiram-se mais fortalecidas e preparadas para buscar seus direitos e acessar cada uma das diferentes políticas públicas e programas do MDA. Outro resultado das oficinas de formação foi o estabelecimento de uma rede permanente de trocas de experiência entre as mulheres.

ENVOLVIMENTO DAS E DOS GESTORES PÚBLICOS EM TODO O PROCESSO Na maioria das atividades dos convênios buscou-se envolver as e os gestores públicos de diferentes âmbitos. Esta estratégia permitiu confrontar o sexismo institucional, em particular no âmbito dos territórios, como também reduzir a distância entre gestores e sujeitos das políticas e os tempos entre a percepção dos limites e barreiras no acesso às políticas e a adoção de medidas para resolvê-los.

O contato direto entre as mulheres rurais e os/as gestores facilitou seu acesso às políticas. Ao perceberem que suas análises dos problemas eram levadas em conta e permitiam adequações nas políticas ou na sua execução, elas se sentiram mais fortes e confiantes para atuar nos espaços de participação social. Da parte dos/as gestores, verificou-se uma maior vontade política decorrente do compromisso que se construiu nos momentos de diálogo com as mulheres e que facilitavam a compreensão das políticas e posteriores encaminhamentos para concretizar o acesso.

MUTIRÃO DA CIDADANIA E AÇÕES EDUCATIVAS

As atividades de formação, juntamente com as reuniões de articulação dos Comitês Territoriais de Mulheres, cumpriram papel na divulgação das políticas públicas voltadas para as mulheres rurais. Um dos temas centrais de difusão se deu em torno ao Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR). Foram realizados diversos "Mutirões da Cidadania", que consistiam de campanhas nas quais diferentes órgãos públicos atuavam simultaneamente com o objetivo de emitir os documentos civis, trabalhistas e de acesso a direitos previdenciários necessários para as mulheres trabalhadoras rurais.

As formações desenvolvidas fortaleceram o PNDTR e permitiram construir uma estratégia de apoio à realização dos mutirões e de construção de novas linguagens para informar e debater as políticas públicas para as mulheres. É o caso, por exemplo, das peças teatrais, que divulgaram o programa de forma lúdica e com o envolvimento dos aspectos da emoção e da razão.

A presença das educadoras nas reuniões do Comitê Gestor Estadual do PNDTR foi importante para adequar o calendário dos mutirões e fortalecer o processo de mobilização. Ao mesmo tempo, instituíram junto às equipes que trabalharam nos mutirões maior compromisso de realizar a ação com uma perspectiva voltada para as mulheres, seja no aspecto de priorização no momento de emitir o documento, seja no respeito durante o atendimento.

Assim, todas as oficinas de formação tiveram a participação de gestores públicos que, na maioria, eram responsáveis pelas políticas públicas no Território da Cidadania. Dentre eles, podemos citar: as Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário (DFDA), as Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a rede pública de assistência técnica, as organizações não governamentais (ONG), os prestadores de Assistência Técnica Sócio Ambiental (ATES) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), os agentes financeiros executores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e os técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Um exemplo de resultado desta estratégia é que as mulheres rurais passaram a considerar as/os técnicas de ATER/ATES como ativos colaboradores na elaboração de projetos de apoio à organização produtiva. Em várias situações, estes logo se colocavam à disposição para fornecer esse auxílio e acompanhar os projetos.

FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS: A AUTO-ORGANIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

A participação social é um dos elementos constitutivos dos Territórios da Cidadania e toma forma em suas instâncias de gestão: Comitê Gestor Nacional, Comitê de Articulação Estadual e Colegiado Territorial (cuja instância de coordenação é o Núcleo Diretivo). O Colegiado Territorial é composto por representantes das três esferas de governo e da sociedade. Entre suas várias responsabilidades, está a elaboração ou aperfeiçoamento dos Planos de Desenvolvimento Territoriais, que definem as prioridades de investimento de recursos nos Territórios da Cidadania.

No intuito de garantir a participação de alguns sujeitos locais e segmentos da sociedade na dinâmica territorial, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) recomendou, por meio da Resolução Nº 52/2005, que as instâncias dos Colegiados Territoriais contemplassem, em sua composição, as questões de gênero, raça e etnia. Porém, no que diz respeito a gênero, logo na constituição desses colegiados em todo o país, era perceptível a baixa participação de mulheres e

capítulo 2

de organizações de mulheres. Esse fato foi confirmado pelas informações levantadas pelo *Diagnóstico*, que apontaram em 2009 a presença de apenas 25% de mulheres como integrantes dessa instância.

No âmbito do trabalho realizado pela SOF e o CF8, em parceria com a DPMR/MDA, a experiência acumulada no movimento feminista permitiu enfrentar o desafio de ampliar a participação das mulheres nas decisões sobre os territórios onde vivem e fortalecer suas iniciativas econômicas a partir de duas estratégias centradas na auto-organização das mulheres: a constituição de **Comitês Territoriais de Mulheres** e a identificação e o fortalecimento de **Grupos Produtivos de Mulheres**.

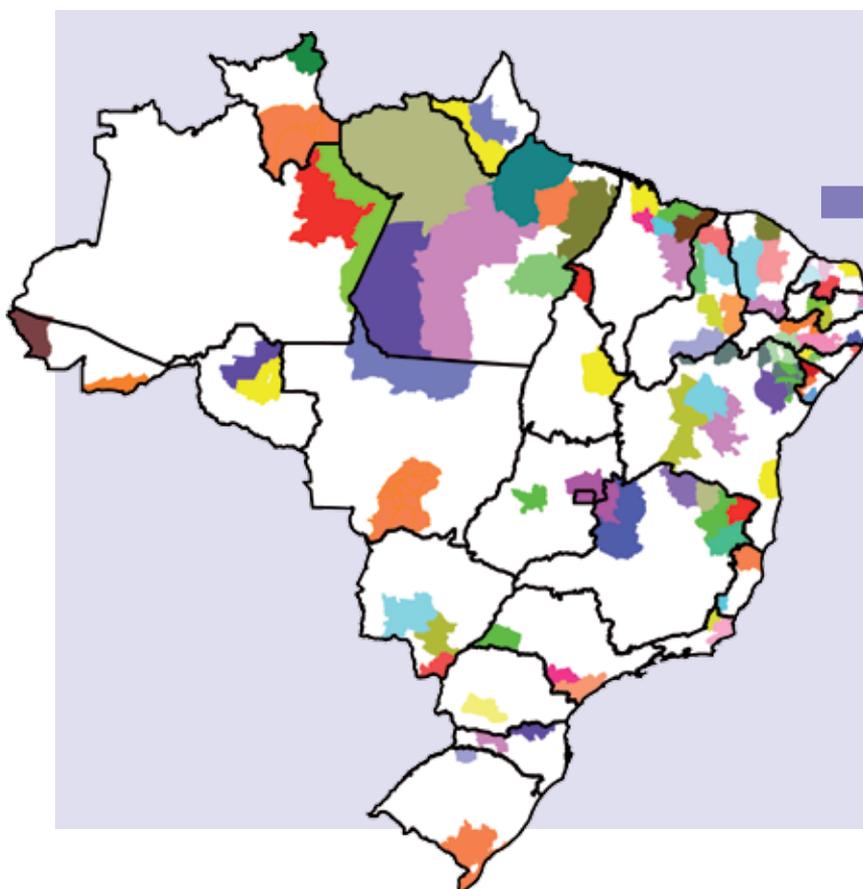
Comitês Territoriais de Mulheres

A proposta de formar os Comitês se fundamenta na idéia de criar espaços coletivos para as mulheres compreenderem as dinâmicas de funcionamento do território e influenciarem, com suas análises e propostas, as diferentes instâncias de gestão. Assim, os comitês não se propunham nem a ser novas instâncias, nem a sobrepor as dinâmicas já existentes e muito menos a apenas garantir uma participação quantitativa das mulheres.

Os Comitês incidiram sobre uma realidade na qual as mulheres estavam mais representadas nos espaços de decisão em âmbito local e iam diminuindo sua presença nos âmbitos superiores (como os Núcleos Diretivos dos Colegiados Territoriais e os espaços de gestão estaduais e nacional). O sucesso de sua atuação se materializa na incorporação da pauta das mulheres nas instâncias de decisão do colegiado.

O papel dos Comitês Territoriais de Mulheres é discutir, mobilizar e encaminhar as demandas apresentadas pelas mulheres rurais de um determinado território junto às suas instâncias de gestão. No período do projeto, foram formados 80 Comitês de Mulheres³ com graus de organização e participação diferentes entre eles. Alguns comitês não fazem parte da instância oficial do território, optando por atuar como um espaço de articulação das mulheres, sem representação instituída no Colegiado. Mas na maioria dos casos, os comitês foram propostos pelas próprias mulheres, que os constituíram como seu espaço de representação no

3. Nos Territórios da Cidadania em que a SOF atuou foram formados 44 Comitês e nos em que o CF8 atuou foram formados 36 Comitês.



**TERRITÓRIOS
DA CIDADANIA E
DESENVOLVIMENTO
RURAL**

O MDA integra suas políticas públicas ao Programa Territórios da Cidadania.

A SOF e CF8 trabalharam com grupos produtivos de mulheres nos 86 territórios coloridos no mapa

Colegiado Territorial. Sua composição é bastante aberta e, em muitos territórios, incluem tanto mulheres organizadas em coletivos (grupos, associações e/ou organizações autônomas de mulheres ou mistas, como sindicatos, por exemplo), quanto em caráter individual. Mesmo aquelas que ainda não participam de nenhuma organização mas que são interessadas em discutir temas como mulheres, Territórios da Cidadania e acesso às políticas públicas para mulheres rurais podem integrar os comitês. Estes não têm cargos eletivos ou representatividade formal. Em alguns casos, são compostos também por mulheres técnicas ou integrantes de governo responsáveis pela gestão das políticas públicas.

A construção dos comitês inaugurou uma dinâmica que permitiu aprofundar a formação feminista, o debate sobre as políticas públicas, a preparação para as plenárias do Colegiado Territorial, a participação nas atividades do território e a construção de estratégias para busca de recursos e projetos para os grupos produtivos de mulheres do território.

capítulo 2

Por meio dos comitês, as mulheres passaram a exercer sua cidadania, a atuar conscientemente para diminuir a desigualdade de gênero e a organizarem-se coletivamente nos Territórios da Cidadania.

A formação dos comitês foi um processo bastante discutido com as mulheres rurais. Alguns se constituíram após as primeiras oficinas de formação e outros, após as articulações em suas comunidades. Esse processo foi importante para que as mulheres se apropriassem das informações sobre as políticas públicas existentes e sobre o funcionamento das instâncias colegiadas e adquirissem segurança para participar dos espaços de tomada de decisões.

Ao longo do desenvolvimento das ações, os comitês de mulheres ganharam importância em nível federal e, em agosto de 2010, foi realizado o I Encontro Nacional de Comitês de Mulheres dos Colegiados Territoriais, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o DPRM. O evento institucionalizou a importância desta experiência e fortaleceu a necessidade de sua continuidade.

Grupos Produtivos de Mulheres

Como forma de visibilizar a contribuição econômica das mulheres e aumentar seus rendimentos econômicos e o incentivo à sua produção, beneficiamento e comercialização de forma coletiva, a DPRM vem estimulando os grupos mediante o Programa de Organização Produtiva. Este compreende chamadas públicas para apoio e fortalecimento dos grupos, estímulo e financiamento de Feiras de Economia Feminista e Solidária; incentivo à participação na Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Fenafra); produção de pesquisa, entre outros.

De forma complementar, as ações realizadas no âmbito do projeto buscaram identificar, fortalecer ou facilitar a formação de grupos produtivos como estratégia de auto-organização das mulheres. Entre 2009 e 2011, foram identificados 972 grupos produtivos⁴ de mulheres rurais nos 86 Territórios da Cidadania do projeto. O mapeamento desses grupos foi feito tanto por meio do diagnóstico inicial, quanto em reuniões de articulação, visitas de campo, oficinas de formação e seminários.

O mapeamento dos grupos se complementou com o levantamento das suas necessidades, entre as quais podemos citar: criação de estratégias

4. Foram identificados 480 grupos produtivos nos Territórios da Cidadania em que a SOF atuou e 492 nos territórios cobertos pelo CF8.

5. Foram aprovados 10 projetos nos Territórios da Cidadania em que a SOF atuou e 16 projetos nos Territórios da Cidadania em que o CF8 atuou.

para a melhoria de suas produções e aumento da comercialização de seus produtos; incentivo à formação de novas organizações produtivas com base na economia feminista e solidária e na agroecologia; difusão de informações sobre os programas de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); apoio à produção e comercialização; assistência técnica e acesso ao crédito. Pode-se afirmar que o aumento no número de grupos produtivos de mulheres é por si só um resultado importante das atividades de formação desenvolvidas em torno a esses temas.

Após este levantamento, foram realizadas 55 oficinas sobre elaboração de projetos nas quais, além de se abordar as etapas de preparação, foram apresentadas informações sobre estudos de viabilidade econômica, fontes de financiamento, modelos de projetos do MDA, editais de chamamento do Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (POPMR). Este trabalho resultou em 26 projetos⁵ aprovados para grupos produtivos no Edital “Apoio a Grupos Produtivos”, do POPMR, em 2010.

A pouca experiência em atividades produtivas e na organização coletiva da gestão foi uma das dificuldades apontadas pelos grupos. Outra foi sua fragilidade institucional uma vez que muitos deles eram informais. Algumas mulheres acreditam que precisam acumular uma experiência de trabalho comum antes de dar um passo rumo à formalização do grupo, já que isto implica em riscos como o endividamento. Nesse sentido, foram realizados intercâmbios para troca de experiências entre os grupos produtivos. Essas atividades foram fundamentais, pois resultaram na criação de uma rede permanente de intercâmbio de conhecimento e informação que ajudou a fortalecer as mulheres rurais nos territórios.

As ações do projeto também possibilitaram a ampliação do diálogo entre os grupos produtivos e a rede prestadora de serviço de assistência técnica, os agentes financeiros e com a assessoria técnica dos Territórios da Cidadania. Dar visibilidade ao trabalho produtivo realizado pelas mulheres rurais contribuiu para seu reconhecimento tanto por parte da comunidade, quanto pelos gestores públicos do território. Após as ações do projeto, muitos grupos passaram a acessar as políticas públicas e programas de comercialização do Governo Federal, bem como a participar de feiras locais e até nacionais. ■

FARIA, Nalu. La formación como instrumento para la construcción de un abordaje antipatriarcal. In NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *En busca de la igualdad. Textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2013.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). *Cirandas do Pronaf para mulheres*. Brasília: MDA/NEAD, 2005. (Nead Debate, 6).

SOF; CF8. *Diagnóstico sobre a implementação das políticas públicas para a igualdade de gênero do MDA na reforma agrária e agricultura familiar*. SOF Sempreviva Organização Feminista, Centro Feminista 8 de Março – CF8. São Paulo, 2010.

capítulo 3

PERCEPÇÃO DAS MULHERES RURAIS E GESTORES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

INTRODUÇÃO

Diagnóstico sobre a implementação das políticas públicas para a igualdade de gênero do MDA na reforma agrária e agricultura familiar foi desenvolvido entre os meses de junho e outubro de 2009 e foi realizado pela equipe SOF-CF8. O *Diagnóstico* procurou compreender como se dá o acesso das mulheres rurais às políticas públicas do MDA e quais são suas demandas e principais dificuldades. Ele foi importante também para levantar informações sobre o perfil socioeconômico das mulheres rurais. Como sua elaboração foi a primeira atividade de campo do projeto, tornou-se também uma porta de entrada para as educadoras nos Territórios das Cidadanias (TCs) onde atuavam e um momento para identificar e conhecer lideranças e gestores com quem trabalhariam durante toda a extensão dos convênios, além de auxiliar na compreensão do contexto local.

Embora a execução do projeto tenha ocorrido na forma de dois convênios distintos, o *Diagnóstico* foi realizado conjuntamente pelas duas entidades visando integrar os instrumentos e procedimentos para a coleta e análise de dados. Os debates conjuntos entre as equipes resultaram



Tibau, Rio Grande do Norte



Tocantins



Rio Grande do Sul

na definição de critérios para escolha de pessoas a serem entrevistadas, bem como de modelos diferenciados de questionários segundo a área de atuação de cada ator/atriz, contendo perguntas abertas e fechadas. O quadro de entrevistadas/os priorizou: mulheres lideranças e de base; mulheres de grupos produtivos; gestores e gestoras das políticas públicas do MDA para a igualdade de gênero no âmbito estadual e territorial; técnicos e técnicas de organizações não governamentais (ONGs) e extensionistas das entidades oficiais de ATER (Emater, Endagro, IPA, EBDA).

Um total de 983 entrevistas foram realizadas nos 86 TCs¹, das quais 510 eram com mulheres assentadas e da agricultura familiar, sendo a maioria lideranças de base. As assentadas incluíram aquelas que se auto-identificavam como tal, somadas às que indicavam o local de residência em assentamentos. As agricultoras familiares combinaram os seguintes grupos

¹ Para compreender o recorte amostral adotado e os procedimentos metodológicos empregados cf. Hora (2010). No entanto, destaca-se que foram aplicados diferentes questionários para os atores/atrizes selecionados, buscando-se revelar as especificidades de cada um em relação à política analisada. Nem todas as variáveis e opiniões serão apresentadas em razão da opção realizada neste artigo. Sabe-se que toda escolha implica, também, na produção de lacunas e ausências a serem supridas em outros textos e análises. A íntegra dos resultados pode ser vista em Hora (2010).

capítulo 3

autoidentificados: agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, atingidas por barragem, pescadoras artesanais, ribeirinhas, extrativistas, quebradeira de coco, lideranças, indígena, quilombola e outros. Além das lideranças de base, foram entrevistadas mulheres assentadas e da agricultura familiar integrantes de 212 grupos produtivos, dos quais 63 eram Grupos Produtivos de Mulheres Assentadas (GPM-A) e 149 eram Grupos Produtivos de Mulheres da Agricultura Familiar (GPM-AF).

O diagnóstico também entrevistou 261 gestores/as públicos. Em âmbito estadual foram entrevistadas 44 pessoas asseguradores/as do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e representantes da Rede Temática de ATER para mulheres. O diagnóstico procurou entrevistar pelo menos um/a articulador por estado, sendo que, em alguns, conseguiu-se conversar com vários.

Em âmbito territorial, foram entrevistadas 217 pessoas entre técnicos/as da Assistência e Assessoria Técnica (ATER /ATES) de ONGs e governo e gestores/as territoriais. O objetivo central destas entrevistas foi diagnosticar o conhecimento que tinham sobre as políticas públicas dirigidas às mulheres rurais e sobre a participação das mulheres nas instâncias territoriais.

Optou-se por não aplicar questionários ou realizar entrevistas com os agentes financeiros em virtude dos diversos âmbitos hierárquicos das instituições financeiras que necessitavam ser percorridos para garantir tanto a autorização para as entrevistas quanto para a liberação de dados e outras informações. Assim, as questões destinadas aos agentes financeiros foram colocadas ao longo do projeto, por meio de oficinas ou de reuniões específicas das mulheres do território com esses agentes, atividades para as quais as autorizações são concedidas em nível local.

As políticas analisadas referiam-se ao acesso à cidadania, reforma agrária e organização produtiva, levantando-se informações sobre: o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), a execução da titulação conjunta obrigatória, a aplicação do Crédito Instalação Modalidade Apoio Mulher e do Crédito Pronaf Mulher (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Mulher), a oferta dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à reforma agrária (ATES) e de Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER) e a inserção delas no Programa de Organização Produtiva (apoio à produção e comercialização).

Por fim, ressaltamos que o projeto SOF-CF8 foi organizado desde uma metodologia feminista de construção das mulheres rurais como sujeitos políticos e do conhecimento de maneira coletiva. Por isto, na apresentação dos resultados do *Diagnóstico* nos detemos sobre a construção dos instrumentos utilizados e o envolvimento das educadoras na mesma. Prosseguimos apresentando a percepção das mulheres assentadas e da agricultura familiar, bem como das e dos gestores públicos, sobre a participação social e política das mulheres, em particular, nas instâncias dos TCs. Logo depois, apresentamos a percepção dos diferentes atores/atrizes entrevistados quanto ao conhecimento, acesso, demandas e dificuldades em relação à implementação das políticas públicas de igualdade de gênero desenvolvidas pelo MDA. Na sequência, mostramos a caracterização dos grupos produtivos de mulheres nos assentamentos e na agricultura familiar devido à relevância destas informações para a organização das ações que tiveram como resultado a identificação e o fortalecimento dos mesmos. Por fim, ressaltamos algumas lições aprendidas que serão melhor desenvolvidas nos artigos subsequentes deste livro.

EDUCADORAS CONHECENDO O CONTEXTO DE SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para a SOF e o CF8 o *Diagnóstico* envolvia um processo de investigação e interação entre as educadoras populares – que aplicaram os questionários – e os/as próprios/as entrevistados/as, para conhecer a realidade local. Para isto, as educadoras deveriam estimular as mulheres a falarem sobre suas contribuições, dificuldades e demandas na implementação de políticas públicas para a igualdade de gênero, ouvindo e valorizando o que elas tinham a dizer. O ato de estimular, testemunhar e valorizar o que o “outro” tem a dizer permite criar laços de compromisso e solidariedade entre as educadoras e as mulheres entrevistadas. Este processo facilitou a inserção das educadoras nas diferentes localidades, bem como proporcionou o estabelecimento de uma rede diversificada de contatos envolvendo os diferentes atores/atrizes presentes nos Territórios da Cidadania.

Além disso, as atividades de elaboração dos questionários e de preparação do trabalho de campo foram organizadas como momentos de formação das próprias educadoras. Embora muitas já tivessem atuado com educação popular e políticas de gênero, nem todas dominavam o conteúdo

capítulo 3

de cada política em análise. Enquanto conheciam os detalhes das políticas públicas para mulheres, as educadoras se envolviam com o cotidiano do território e conseguiam traçar estratégias para o seguimento dos trabalhos. Como poucas tinham a experiência de aplicação de questionários e de realização de entrevistas, a ação tornou-se um exercício de “fazer aprendendo e aprender fazendo”.

O desenvolvimento do *Diagnóstico* apresentou as seguintes etapas: elaboração dos instrumentos; identificação de atores e atrizes a serem entrevistados; capacitação e orientação para utilização dos questionários; execução de pré-teste; readequação dos instrumentos de coleta de dados; execução final do trabalho de campo; digitação e tabulação dos dados; preparação de tabelas; apresentação de resultados.

As educadoras participaram de duas etapas de capacitação para a execução do *Diagnóstico* nos TCs. Na primeira, elas se familiarizaram com os roteiros de entrevistas e o questionário que foi aplicado na forma de pré-teste junto a 40 grupos produtivos de mulheres de diferentes TCs. Na segunda, as educadoras receberam o roteiro de entrevista para ser aplicado aos grupos, reformulado com as adequações sugeridas após o pré-teste. Foi nesta etapa, também, que elas tiveram acesso aos demais questionários.

Nos dois momentos, as educadoras receberam informações básicas sobre os conceitos e procedimentos para a realização de entrevistas (planejamento/preparo, metodologia de entrevista e registro). Aproveitaram também para testar entre si os demais questionários, com o objetivo de ter uma visão global dos instrumentos utilizados.

A orientação para os trabalhos de campo foi realizada pelas equipes de coordenação estadual e nacional da SOF e do CF8, que foram responsáveis pela capacitação das educadoras. Sua primeira atividade de campo foi obter junto aos/às gestores/as estaduais informações preliminares sobre os/ as atores/atrizes a serem abordados, para, posteriormente, proceder à realização das entrevistas propriamente ditas.

Nesse trabalho, as educadoras encontraram uma série de dificuldades tais como localizar as pessoas que seriam entrevistadas no território, compatibilizar as agendas das entrevistas com os prazos previstos nos projetos e também a acessibilidade do transporte em alguns locais nos territórios.

Apesar dos obstáculos, esse processo permitiu a construção do cenário que orientou todas as ações seguintes do projeto.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES RURAIS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Nas entrevistas realizadas com mulheres lideranças de base assentadas e da agricultura familiar verificou-se que sua participação se dava em um amplo espectro de organizações sociais. As associações foram o tipo de organização mais citada (em torno a 60%). A participação em movimentos de mulheres é nomeada por quase um quarto das entrevistadas. No entanto, ainda que muitas indiquem sua participação em movimento social e sindical, é reconhecida a intensa auto-organização das mulheres no interior destes movimentos, o que pode recobrir uma participação em lutas em defesa dos direitos das mulheres (Deere, 2004). As organizações de caráter econômico como grupos produtivos de mulheres e cooperativas foram as formas de participação e de inserção social menos citadas.

Entre os motivos citados para a participação estão: a importância do trabalho coletivo, o fortalecimento da luta das mulheres, o acesso às informações e ao financiamento, a confiança nas pessoas e/ou entidades do grupo, a facilidade para acessar a aposentadoria². A menção ao fortalecimento da luta das mulheres por 42% das assentadas e 53% das agricultoras familiares é mais uma evidência da hipótese acima mencionada de que as mulheres rurais identificam o movimento social e sindical como espaços para organizar a luta por justiça de gênero. Interessante destacar que apenas 11 mulheres assentadas indicaram não participar de grupos organizados, sendo os argumentos citados: *marido/companheiro/a não concorda; falta de tempo, não tem com quem deixar as crianças e/ou dependentes, não tem interesse, não confia neste tipo de organização.*

A consulta realizada junto aos grupos produtivos identificou um amplo leque de relações, ainda mais significativo para as assentadas, cuja participação em sindicatos ou em movimentos sociais é destacada. No caso das mulheres da agricultura familiar, a maior participação é em associações. A relação das participantes de GPM-A ou GPM-AF com redes e organizações produtivas de mulheres era baixa, sendo ligeiramente superior no caso da agricultura familiar. A ampliação do número de redes de

². Trata-se de uma questão de múltipla escolha.

capítulo 3

organização produtiva é um campo de construção relevante para responder aos desafios de formalização e qualificação dos grupos.

A participação nas instâncias dos Colegiados Territoriais foi identificada em 26,8% dos GPM-AF. Entre os GPM-A, 52,4% identificam a participação das mulheres nestas instâncias, mas 46,0% afirmam não ter nenhuma integrante participando desses colegiados³. Portanto, percebe-se que o alto grau de participação das mulheres rurais e a relação com outros atores sociais organizados não se reproduz automaticamente em sua presença nas instâncias dos TCs. Relatou-se também que as demandas e preocupações das mulheres não foram tomadas em conta na maioria dos Planos de Desenvolvimento Territorial elaborados pelos colegiados. Esta é uma indicação de que, mesmo sendo ativas participantes de movimentos sociais e sindicatos, os mesmos não tomam em conta a agenda das mulheres no cotidiano de seu trabalho. Muitas vezes se reproduz no interior destes movimentos uma divisão entre temas econômicos e de gestão territorial, considerados masculinos, e temas sociais, considerados femininos.

AS MULHERES RURAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES NOS COLEGIADOS TERRITORIAIS SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS/AS GESTORES TERRITORIAIS

Nos Colegiados Territoriais, o diagnóstico ouviu 62 Coordenadores/as de Núcleo Diretivo (CND) e 77 Assessores/as Territoriais (AT), totalizando 139 pessoas. A representação destes/as gestores/as é majoritariamente de homens. As mulheres são 32,5% dos AT e 33,9% dos CND.

Denota-se que os espaços sociais e institucionais criados pelo Programa Territórios da Cidadania ainda são, predominantemente, masculinos, embora se verifique, gradativamente, a inserção de mulheres. Com base nas respostas de coordenadores/s de núcleos e assessores territoriais de 43 TCs sobre o número de mulheres participantes, elas representavam aproximadamente 25% da composição do total de instâncias do Colegiado Territorial (Plenária, Núcleo Técnico e Núcleo Diretivo)⁴. Entre os representantes nos Núcleos Diretivos a presença das mulheres é ainda menor.

3. Os demais não responderam ou não souberam dizer.

4. Esta informação foi obtida analisando-se as respostas dos CND e AT que indicaram o total absoluto de homens e mulheres por TC. Foram 43 TCs identificados, localizados nas regiões: NE (19), N (9), S (2), CO (6), SE (7).

Tais distinções contribuem para verificar a presença de organizações de mulheres nas instâncias colegiadas e, por conseguinte, o atendimento de suas demandas. Pouco menos da metade (45%) dos/as gestores/as afirmam que há presença de organizações/instituições de mulheres. Pouquíssimos colegiados adotam estratégias de recreação infantil para participação das mulheres seja nas reuniões, seja nas assembleias. Dentre os/as gestores/as territoriais, 23% afirmam que os/as membros dos colegiados participaram de atividades de formação sobre gênero.

A pouca representatividade das mulheres nos colegiados reflete em sua baixa participação no processo de construção, implementação e revisão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)⁵. Mesmo que metade dos/as dos/as gestores/as territoriais identifiquem a participação de organizações de mulheres na definição dos PTDRS, esta deu-se principalmente em reuniões gerais e nas discussões do diagnóstico do território. Entre os temas trabalhados por elas nos PTDRS, os mais citados foram: documentação civil básica e apoio à organização produtiva e à comercialização.

Embora participem pouco das instâncias colegiadas, as mulheres estão presentes nos TC e são reconhecidas pelos gestores/as, uma vez que mais de 70% dos/as assessores territoriais e Coordenadores/as dos Núcleos Dirigentes conhecem grupos produtivos de mulheres nas suas localidades, mesmo que nem todos consigam afirmar onde elas estão. Iniciativas de apoio produtivo aos grupos foram identificadas por mais da metade dos/as coordenadores/as e assessores/as.

Na prática, as informações atestam que tanto as mulheres quanto os grupos produtivos de mulheres têm-se organizado nos territórios e interagido com diferentes organizações sociais, políticas e econômicas. Elas se fazem presente nos TCs a ponto de serem percebidas pelos/as gestores. Porém, esta percepção nem sempre se transforma em ação orientada para elas. Embora os/as gestores/as conheçam as políticas para mulheres rurais do MDA e muitos deles conheçam em detalhes os programas, não há reflexo deste conhecimento no nível de participação e atendimento das demandas das mulheres nos Colegiados Territoriais e nos PTDRS. Elas ainda são minoria nos colegiados e, mesmo identificando iniciativas de apoio para elas nos TC, o percentual de gestores/as que desconhecem tais iniciativas ou negam a existência delas é elevado.

5. O PTDRS define as principais ações a serem adotadas no território, conforme já abordado anteriormente.

capítulo 3

Logo, em razão da importância dos Colegiados Territoriais como espaços de articulação, torna-se fundamental que os mesmos adotem estratégias para efetivar as políticas com abordagem de gênero já conhecidas. Em relação às mulheres e aos grupos produtivos de mulheres, verifica-se que os mesmos já têm uma tendência à participação social, tornando-se oportuna a canalização dessa participação e articulação para os próprios colegiados. Com base nesta constatação desenhou-se a estratégia de formação e/ou consolidação de Comitês e/ou Câmaras de Mulheres nessas instâncias durante a execução do projeto.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Os resultados a seguir dão uma mostra do quadro de informação e acesso das mulheres rurais às políticas do MDA de promoção da igualdade de gênero quando do início das atividades do projeto SOF-CF8. Os percentuais são agrupados em quatro categorias de entrevistadas: mulheres assentadas, mulheres da agricultura familiar, Grupos Produtivos de Mulheres Assentadas (GPM-A) e Grupos Produtivos de Mulheres da Agricultura Familiar (GPM-AF). Quando relevante, são apresentadas também as respostas das/os gestores.

ACESSO À CIDADANIA Os resultados do *Diagnóstico* mostraram que, ao lado do Pronaf-Mulher, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural PNDTR é a política pública do MDA mais conhecida entre as mulheres e os grupos produtivos de mulheres rurais. O percentual das que a conhecem é maior entre as assentadas, com 53,4% das mulheres assentadas e 77,8% dos GPM-A, frente a 48,3% das mulheres na agricultura familiar e 57% dos GPM-AF. Já os *Mutirões da Documentação* são conhecidos por mais da metade de todas as mulheres rurais entrevistadas.

O acesso das mulheres rurais ao PNDTR foi considerado muito baixo e baixo por 28% das agricultoras familiares e assentadas. Isto reflete a existência de demandas não atendidas, apontada por 70,4% das agricultoras familiares e 68,3% das assentadas em comunidade/assentamento/aldeia/reserva.

O PNDTR deve ser o mais identificado pela sua extensão: entre 2004 e 2013 o programa atendeu a mais de 1,2 milhão de mulheres. Mas também, possivelmente, por ser um dos primeiros programas iniciados pela DPMR, enquanto a maioria de suas outras ações já começa como transversal a políticas do conjunto do MDA, como a de crédito e a de ATER. Ainda assim, o *Diagnóstico* revela demandas não atendidas e a necessidade de que o programa se mantenha como uma política pública permanente. As mulheres elencaram a necessidade de documentos de identificação civil, como a carteira de identidade (RG), o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a certidão de nascimento, que são porta de entrada para o acesso a serviços públicos como o cartão do SUS – Sistema Único de Saúde, bem como a políticas de fortalecimento das atividades econômicas, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A despeito da identificação da existência de demanda por documentação nos TCs – apontada pelos assessores territoriais e coordenadores/as de Núcleo Diretivo dos Colegiados – isso não se refletiu na presença desse tema nos processos do PTDRS dos territórios (inclusive pela baixa participação das mulheres nesses espaços)⁶ nem no envolvimento mais efetivo e generalizado de instâncias dos Colegiados nos processos dos mutirões de documentação.

POLÍTICAS PARA MULHERES NA REFORMA AGRÁRIA⁷

DIREITO IGUALITÁRIO À TERRA O diagnóstico revela que 55,5% das mulheres assentadas conhecem o direito ao acesso igualitário à terra, que se efetiva na titulação conjunta e obrigatória da propriedade. Contudo, mesmo conhecendo o direito igualitário, apenas 24,8% das mulheres assentadas afirmam que o registro está em seu nome e do marido; 16,8% indicam que o título está apenas no nome do marido; 34,7% apontam outras condições para o título (como o título em nome de outro membro da família) e 23,8% não sabem ou não responderam⁸.

Se, por um lado, as mulheres conhecem o direito ao acesso igualitário à terra, por outro, 21,7% afirmam que não usufruem tal direito e 37,0% dizem que o mesmo só é válido para os títulos novos. Este percentual é ainda maior entre os/as técnicos/as da ATEs⁹. Para os/as técnicos/as, 30,4% indicam que as mulheres não usufruem esse direito e 43,5% atribuem o usufruto apenas para os títulos novos¹⁰.

6. No *Diagnóstico*, ver item: 4.2 Participação Social e Política das Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania, sobre participação das mulheres no desenvolvimento territorial.

7. Importante destacar que, neste item, algumas opiniões da Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária foram desagregadas segundo instituição de origem (Incra ou ONG), quando as opiniões eram distintas.

8. Alerta-se para o fato do *Diagnóstico* não ter levantado o ano de criação do assentamento, não permitindo identificar se se trata de assentamento novo ou antigo, posse coletiva ou concessão real de uso.

9. Foram entrevistados/as 46 técnicos/as da ATEs, sendo 12 vinculados ao Incra e 34 a diferentes ONGs. São técnicos/as cuja maioria (43,5%) têm até 30 anos e estão distribuídos equitativamente entre homens e mulheres tanto para os/as do Incra quanto das ONGs.

10. Os contratos dos assentamentos criados depois de 2003 já têm a titulação conjunta, atendendo à portaria nº 981, de outubro de 2003. Nos projetos criados anteriormente, é possível assinar um termo aditivo que garante a titulação conjunta.

capítulo 3

Dentre as dificuldades levantadas para que elas não usufruam esse direito está a ausência de informações. Esta é a opinião de 28,6% das mulheres assentadas e 43,6% dos/as técnicos/as de ATEs (Incrá ou ONGs). Entre os/as gestores territoriais, 50,0% dos/as coordenadores/as de Núcleos Diretivos têm esta percepção, bem como 82,1% dos/as assessores/as territoriais. O segundo motivo mais destacado foi o medo de solicitar a revisão do título por causa da discordância do marido, representando 22,1% das mulheres assentadas, 33,3% dos técnicos de ATEs-ONG¹¹, 30,0% de coordenadores/as e 59,0% de assessores/as.

As respostas às entrevistas demonstram uma distância entre o conhecimento, a informação sobre o direito e sua efetivação. Curiosamente, a principal razão apontada para o não exercício do direito é a falta de informação. Isto pode indicar a necessidade de informação qualificada, ou seja, a de que o direito não se refere unicamente a títulos novos, o que implica a revisão do título de modo a desfazer insegurança quanto a um hipotético risco de perda da terra para ambos. Mas pode também recobrir percepções injustas sobre as relações de gênero que seriam traduzidas pela falta de informação. Neste caso, o marido não está “informado” de que a mulher tem direito à terra. Esta análise orientou atividades de sensibilização realizadas durante os projetos e pode orientar materiais de sensibilização em áreas de assentamento. Quanto à condição legal do produtor, o Censo Agropecuário 2015 prevê como opções: “casal, condomínio, consórcio ou união de pessoas”. Sendo auto-declaratório, pode ser comparado aos dados oficiais do Incra e revelar a percepção que agricultores têm sobre o direito das mulheres à terra como titulares e com capacidade de decisão sobre seu manejo.

O ACESSO À ACESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA (ATES)

As mulheres assentadas que já ouviram falar ou conhecem o programa de ATEs em detalhes representam 58,6% do total de entrevistadas. Segundo 64,4% delas, a família recebe algum tipo de assistência técnica às vezes ou frequentemente, sendo que 42,6% dizem que estes serviços não são constantes contra 21,8% que afirmam que ele ocorre com frequência. As mulheres cujas famílias se beneficiam da ATEs avaliam que o acesso ao serviço é baixo a muito baixo em 28,7% dos casos, e apenas 2% avaliam o acesso como bom.

11. Os/as técnicos/as do Incra não indicaram esta opção.

Em relação aos grupos produtivos de mulheres assentadas, 50,8% destes já ouviram falar ou conhecem detalhes da política de ATES. Segundo aqueles que recebem os serviços de ATES, os mais mencionados foram: 65,2% recebem assistência no acesso à informação (em ações de apoio); 51,2% têm apoio na elaboração de projetos (em atividades de assistência e/ou assessoria técnica) e 53,5% recebem atividades de capacitação¹².

Entre as mulheres assentadas, os serviços são prestados de forma variada. Das 49 entre as 65 que indicaram receber algum tipo de ação de ATES, 34,7% informaram que eles são prestados individualmente; 26,5% coletivamente; 8,2% somente na presença do marido ou filho e 30,6% indicaram outras formas. Já para 60,9% dos/as técnicos/as da ATES¹³ a condição de participação das mulheres nas conversas dá-se na presença de maridos. A relação direta com a ATES, sem a presença da figura masculina, é identificada por 17,4% dos/as técnicos/as e 10,9% informam que as mulheres não participam das conversas nas visitas técnicas. A percepção de técnicos e técnicas de ATES é mais conservadora do que a das assentadas quanto à necessidade da presença de outros homens da família. Este é um dado importante para desfazer argumentos correntes, expressos majoritariamente pelos técnicos, de que não é culturalmente aceito um técnico homem atuar com uma mulher agricultora.

Nos processos de planejamento que se relacionam com a vida produtiva do assentamento e requerem, de alguma maneira, o apoio da ATES – tais como no plano de exploração anual (PEA), plano de desenvolvimento do assentamento (PDA), plano de recuperação do assentamento (PRA), plano de aplicação para acesso do Crédito Apoio Mulher (PA) – verifica-se a baixa participação das mulheres nas diferentes fases (elaboração, acompanhamento e implementação), à exceção do PDA. Entretanto, é no PDA que ocorre maior queda de participação nas fases seguintes (acompanhamento e implementação), indicando que, ao longo do processo as mulheres vão se afastando.

Em relação ao PEA, PRA e PA, apesar da participação das mulheres não ultrapassar 25% das respostas válidas tanto entre os/as técnicos quanto entre as assentadas, observa-se maior constância na participação delas ao longo do processo. Tais informações alertam para a necessidade de se averiguar a efetividade dos serviços de ATES no que se refere à inclusão das mulheres na vida produtiva dos assentamentos após definição das linhas produtivas gerais pelos diferentes Planos.

12. Trata-se de uma questão de múltipla escolha.

13. Número de técnicos que responderam a esta questão.

capítulo 3

Pode-se supor que os momentos da ATES com as mulheres são insuficientes para atendimento, exclusivamente, das demandas delas, uma vez que tanto os planos/processos, quanto as “visitas” nos lotes não atendem as suas especificidades. Isto é reconhecido pela própria ATES quando 76,1% deles/as informam que existem demandas (não atendidas) de projetos direcionados às mulheres ou suas organizações, cujos temas estão relacionados a diferentes cadeias da produção agrícola e não agrícola. Em relação às dificuldades enfrentadas, registrou-se a falta de continuidade nos serviços como a mais destacada pelos/as os/as atores/atrizes, representando 34,8% dos GPM-A e 46,5% dos/as técnicos da ATES.

CRÉDITO APOIO MULHER Por se tratar de uma política recente (a modalidade Apoio Mulher do Crédito Instalação foi criada em 2008), no momento de levantamento dos dados ela era ainda desconhecida e, conseqüentemente, sua aplicação era baixa. Em relação ao nível de conhecimento sobre o Crédito Apoio Mulher, 52,2% dos/as da ATES afirmou conhecer em linhas gerais ou detalhadamente o programa. Dos/as que conhecem o programa, apenas quatro indicaram conhecer grupos que acessaram a modalidade. Porém, 43,9% de técnicos/as afirmaram que há demandas para esta modalidade de crédito no território. Os demais não sabem e/ou não responderam a esta pergunta.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES RURAIS

A ATER E AS MULHERES As ações de ATER ocorriam em todos os Territórios da Cidadania, coordenadas por diferentes instituições públicas, privadas e da sociedade civil¹⁴. No entanto, nem todas as ações e/ou instituições trabalham uma abordagem que reconheça e reverta as desigualdades de gênero. Para a maioria (75%) dos/as técnicos/as de ATER, existem atividades destinadas, especificamente, para mulheres nos projetos desenvolvidos pela instituição às quais estão vinculados. São atividades de capacitação e formação para beneficiamento da produção e agregação de valor (panificação, produção de doces, compotas, conservas, artesanato etc.), ações de apoio à organização produtiva, à comercialização e geração de renda, além de cursos de capacitação e formação para promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia.

14. Foram entrevistados/as 24 técnicos/as localizados/as nas regiões Nordeste (75%), Sudeste (12,5%), Centro-Oeste (8,3%) e Norte (4,2%). Possuem idade predominante de até 40 anos, representando 60,8%, sendo que, 43,5% são mulheres e 56,5% homens. Trabalham em diferentes instituições, sendo 21 provenientes de organizações não governamentais (ONGs) diversas, destacando-se: associações e cooperativas de técnicos/as, empresas privadas, sindicatos rurais e três (3) oriundos de agências de ATER e instituições de ensino.

Parte dessas atividades origina-se de projetos financiados pelo próprio MDA, que a entidade acessou por meio de convênios e editais públicos. Dentre os/as entrevistados, nove técnicos/as afirmaram ter executado alguma atividade específica para atender as demandas das mulheres com recursos do MDA. São projetos com foco em capacitação de atividades produtivas e gestão econômica, comercialização e formação em gênero em torno às mesmas ações listadas acima, incluindo ainda a promoção da transição agroecológica e a segurança alimentar.

As atividades realizadas procuravam valorizar o papel da mulher e problematizar sua condição social na sociedade. Mais de 50% dos casos registraram ações voltadas para: organização dos grupos produtivos; valorização do conhecimento das mulheres; identificação de grupos produtivos; indicação de participantes para atuarem como multiplicadoras de conhecimentos; envolvimento das mulheres no processo de elaboração da proposta e compartilhamento das responsabilidades de gestão (planejamento, avaliação, monitoramento) do projeto com as participantes.

O envio de *convites específicos* para mulheres nas comunidades e a *definição de datas e horários* que viabilizassem a participação delas foram as principais estratégias realizadas para garantir a participação nos projetos, seguidas da identificação de temas que as mobilizassem. Além disso, o estabelecimento de cotas e a disponibilização de cirandas e/ou atividades educativas para crianças foram citadas como medidas de estímulo à participação das mulheres por até 40% dos/as entrevistados/as, principalmente em projetos voltados para públicos mistos.

De forma geral, os/as técnicos/as acreditam que as atividades de formação contribuem para a preparação das mulheres e sua participação em espaços de poder e instâncias decisórias. Apesar disso, apenas 25,0% afirmam que há projetos em execução no território específicos para elas¹⁵ e 75,0% afirmam haver demandas específicas não atendidas no território.

A percepção das e dos técnicos indica que programas, como o POPMR, desenhados em âmbito nacional com uma perspectiva de justiça de gênero e com recursos específicos, têm a capacidade de influir na dinâmica local e orientar ações qualificadas de ATER.

A OPINIÃO DAS MULHERES E GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES SOBRE A ATER Se a ação da ATER atestada pelos/as técnicos/as nas ações e atividades desenvolvidas em projetos nos indicam uma

¹⁵ Esta informação deve ser relativizada uma vez que podem existir projetos que não são do conhecimento dos/as técnicos/as entrevistados/as.

capítulo 3

mudança em curso na prestação dos serviços, as mulheres rurais falam que ainda há um longo caminho a se percorrer.

Os serviços de ATER são prestados junto às famílias das mulheres da agricultura familiar, eventual ou frequentemente, em 41,1% dos casos. No entanto 22,4% afirmam que o serviço prestado atende seus interesses. As atividades são realizadas coletivamente (36 casos) e individualmente (35 casos); outros dez casos afirmam que são atendidas na presença do marido ou filho. Entre os GPM-AF, 53,0% informam que recebem algum tipo de assistência técnica, em torno a : capacitação (predominando temas voltados para a gestão do grupo produtivo); apoio material e financeiro; apoio à informação; apoio político; assessoria na elaboração de projetos e captação de recursos.

Apesar das atividades enunciadas, 57,7% dos GPM-AF encontram dificuldades para acessar os serviços de assistência técnica. Segundo 58,1% deles, faltam informações de como proceder ou onde ir e 43,0% afirmam que falta continuidade na oferta dos serviços. Considerando tais aspectos, 77,9% dos GPM-AF apontam que existem demandas não atendidas nos territórios, destacando-se demandas de formação e capacitação (75,9%) e de comercialização (61,2%).

Ainda assim, a situação de acesso à assistência técnica relatada pelas mulheres participantes dos grupos produtivos é bem melhor do que a do conjunto dos agricultores. Segundo o Censo Agropecuário 2006, considerando os estabelecimentos dirigidos por mulheres, 87,33% não recebeu orientação técnica, 7,95% recebeu ocasionalmente e apenas 4,72%, regularmente. Isto indica que os grupos produtivos identificados nos TCs têm um grau de articulação com movimentos sociais, ONGs e gestores públicos que permite relativo acesso a políticas públicas e serve como referência para o aprimoramento e universalização das mesmas. Entretanto, destaca-se que 25% dos grupos entrevistados avaliam que a realidade e o saber das mulheres não são considerados na elaboração dos projetos. Isto, certamente, tem influência na continuidade do trabalho realizado pelo grupo e no envolvimento das mulheres com o mesmo.

PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES RURAIS (POPMPR) Entre os/as técnicos/as, 45,8% da ATER e

30,44% da ATES, respectivamente, conhecem em detalhes ou já ouviram falar do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (PO-PMR). Tantos eles/as quanto os/as gestores/as afirmam existir iniciativas de apoio à organização produtiva de mulheres nos territórios, muitas das quais desenvolvidas pelas instituições entrevistadas, segundo 60,9% da ATES, 77,8% da ATER e 54,0% dos/as gestores/as. Os grupos produtivos de mulheres, também, são identificados e conhecidos pelos/as diferentes agentes de ATER/ATES, representando 70,8% da ATER e 76,1% da ATES. Entre as mulheres rurais, 37,6% das assentadas e 40,1% das agricultoras familiares indicam conhecer grupos produtivos de mulheres nos territórios.

Esta informação foi bastante trabalhada durante a execução do projeto SOF-CF8 com a ampliação do mapeamento dos grupos produtivos. Foram identificados ao longo do trabalho 972 grupos produtivos de mulheres, frente a 267 identificados nos TCs pelo Mapeamento Nacional da Economia Solidária de 2007 ou 122 grupos identificados na pesquisa “Perfil dos grupos produtivos e mulheres localizados em áreas de reforma agrária nos TCs”, coordenada por Regina Bruno (Bruno et al, 2011).

APOIO À COMERCIALIZAÇÃO: FEIRAS E PAA O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das políticas mais conhecidas pelos atores e atrizes entrevistados. Foi citada por 81% dos GPM-A e 59,7% dos GPM-AF. Quanto aos gestores públicos, esta política foi nomeada por 95,6% das/dos técnicos de ATES e 91,7% de ATER. Sobre as feiras, 69,3% dos grupos produtivos de mulheres rurais afirmam existir feiras da agricultura familiar, de agroecologia, de economia solidária e de economia feminista e solidária nos territórios e 59,7% dizem que há participação do grupo nas feiras de Economia Feminista e Solidária existentes no território.

Neste caso, o conhecimento da política pode se relacionar ao acesso. Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão apontam para uma significativa participação das mulheres agricultoras no PAA (Siliprandi e Cintrão, 2011). Porém esta participação se dá muitas vezes de forma “anônima”, como dizem as autoras, utilizando o CPF do marido, ou com o registro dele como titular da DAP. O percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras nas diferentes modalidades do PAA ainda é aquém da participação das mulheres na produção agropecuária. (Siliprandi e Cintrão, 2011)

capítulo 3

CRÉDITO PRONAF MULHER O Pronaf Mulher é conhecido por mais de 70% das mulheres lideranças e participantes dos grupos produtivos. Em termos de acesso, verifica-se maior participação das agricultoras familiares em relação às assentadas, mas em ambos os casos o acesso ainda é baixo. Entre os grupos produtivos, apenas seis acessos foram registrados.

Os projetos foram elaborados, na maioria dos casos, pela Empresa Estadual de ATER. Nos demais casos, foram indicados a prefeitura, o sindicato dos trabalhadores/as, ONGs e outros. As atividades indicadas para o financiamento foram: aquisição de animais de pequeno porte, roça, artesanato, beneficiamento de alimentos (biscoitos, queijos, pães, doces), maquinaria e equipamentos agrícolas. A horta foi citada em um caso. O crédito foi concedido em 35 dos 42 casos investigados. Nos projetos coletivos, o financiamento foi solicitado para aquisição de animais de pequeno porte, hortas, maquinaria e equipamentos agrícolas.

As dificuldades mais citadas em relação ao acesso ao Pronaf Mulher, na opinião dos grupos produtivos, foram: falta de informação sobre como proceder ou aonde ir (47,6%), acharam informações prestadas pelo atendimento confusas e desistiram de acessar (12,7%), medo de não conseguir pagar a dívida (18,4%), falta de quem elabore o projeto (15,1%), descoberta de que os maridos já haviam pedido crédito e não podem contrair outra dívida (14,2%). Em relação às dificuldades, 50,0% dos técnicas/os de ATER e 88,1% dos gestores/as citaram a falta de informação de como proceder ou aonde ir e a ausência de documentos como principais entraves. Apesar das dificuldades encontradas no acesso, 71,1% das mulheres rurais; 91,7% dos técnicas/os de ATER e 78,2% dos gestores/as territoriais afirmam haver demandas para o Pronaf Mulher.

A percepção que considera a falta de informação ou a qualidade da informação como motivos centrais para o não acesso contrasta com o motivo identificado pelo Censo Agropecuário 2006: o medo de contrair dívidas (mencionado por 25% dos estabelecimentos em que a mulher é responsável e que não obtiveram financiamento), também presente em relatos das Cirandas do Pronaf de quatro estados (Nobre, 2012). Esta indicação foi trabalhada pelo projeto SOF-CF8 com atividades de capacitação sobre crédito. No entanto, tendo resolvido

o acesso à informação qualificada, é possível que se confronte com as demais dificuldades apontadas: o endividamento das famílias, a relação com a Assistência Técnica para elaboração de projetos e seu seguimento de modo a evitar o risco de inadimplência, e a necessidade de formalização, no caso dos grupos produtivos.

CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES

Os Grupos Produtivos de Mulheres são mulheres que se reúnem para a realização de uma atividade econômica em busca de um rendimento monetário. Integram um conjunto de iniciativas designadas como Empreendimentos de Economia Solidária (EES), que se caracterizam pela livre associação de trabalhadoras(es) e pelos princípios de autogestão, cooperação e viabilidade. Combinam suas atividades econômicas com ações de sensibilização educativa e cultural e de fortalecimento das comunidades onde se inserem (Gaiger, 2003).

Conforme já mencionado, o *Diagnóstico* ouviu mulheres assentadas e da agricultura familiar integrantes de um total de 212 grupos produtivos. O foco das entrevistas foi a caracterização das atividades realizadas e as formas organizativas adotadas. A especial atenção aos grupos produtivos partiu de uma avaliação prévia de que as iniciativas econômicas das mulheres rurais realizadas de forma coletiva tendem a apresentar um melhor resultado, combinando tanto critérios financeiros como de autonomia pessoal.

As entrevistas foram realizadas, na maioria dos casos, coletivamente. Apesar de não haver um registro preciso de quantas pessoas por grupo estavam presentes, estima-se que mais de 2.000 tenham participado desta consulta. Os grupos foram, inicialmente, identificados por cadastro da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR). Posteriormente, foram complementados por indicação das mulheres entrevistadas nos TCs.

Abaixo, serão analisadas questões referentes a: período de criação; tamanho; atividades econômicas que realizam; formalização e funcionamento; e participação dos homens. Ajuda-nos a problematizar os resultados apontados relacionando-os com os grupos compostos por mulheres rurais nos TCs, identificados no Mapeamento da Economia Solidária realizado pela Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do

capítulo 3

Trabalho e Emprego) em 2005 e 2007 (Faria, 2011). Da mesma forma, tomamos como referência a pesquisa “Perfil dos grupos produtivos de mulheres localizados em áreas de reforma agrária nos TCs”, coordenada por Regina Bruno (CPDA/UFRRJ). O estudo qualitativo enfocou cinco grupos produtivos em diferentes regiões do país e entrevistas a 17 mulheres assentadas (Bruno et al, 2011)

Os Grupos Produtivos de Mulheres da Agricultura Familiar (GPM-AF) foram criados nos últimos 10 anos, sendo que 73,8% surgiram a partir de 1999, concentrando-se no período de 1999-2004 com 51,7% grupos fundados. Os Grupos Produtivos de Mulheres Assentadas (GPM-A) seguiram tendência similar: foram criados nos últimos 10 anos, sendo que 88,89% surgiram a partir de 1999, mas concentrando-se no período de 2002-2007, com 61,90% de grupos fundados. Ou seja, os GPM-A tendem a ser mais recentes que os GPM-AF. Isso pode se relacionar à própria constituição dos assentamentos, já que o período de maior criação de grupos produtivos recobre o período de maior instalação de assentamentos de trabalhadores rurais (Incrá, s/d)¹⁶.

O período de criação é um indicativo da estabilidade do grupo ao longo do tempo. Sabe-se que é uma característica dos empreendimentos de economia solidária certo grau de intermitência, ainda mais forte nos grupos de mulheres. Para isto, no entanto, seria necessário um mapeamento atual para verificar a permanência dos mesmos.

Nalu Faria, ao analisar o Mapeamento da Senaes, encontrou 267 empreendimentos solidários de mulheres rurais em Territórios da Cidadania. Destes, 39% foram criados no período entre 2002 e 2004 (Faria, 2011). Motivações para a participação nos grupos produtivos de mulheres assentadas como melhoria da renda, a sociabilidade, o aprendizado e o fortalecimento do assentamento podem, também, ser lidas como motivações para a própria criação dos grupos (Bruno et al, 2011). Esses fatores, que remetem ao protagonismo das mulheres, traçam para os grupos uma trajetória diferente daquela impulsionada pelas políticas de ajuste estrutural e de inserção subordinada das mulheres na economia globalizada (Guérin e Nobre, 2014; Saussey, 2011).

Os grupos produtivos entrevistados se caracterizavam por serem pequenos e informais. Ambos, tanto aqueles provenientes de assentamentos,

16. http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/91/Análise_territorial_da_produção_nos_assentamentos.pdf, consultado em 11 de março de 2014.

quanto os da agricultura familiar, têm até 5 membros na sua composição, representando mais de 90% do total investigado. O tamanho dos grupos sugere que estão em uma fase inicial. No Mapeamento da Senaes, Nalu Faria identificou que 43,4% dos grupos de mulheres rurais nos TCs tinham de 6 a 15 sócias (Faria, 2011). Isso pode indicar que o *Diagnóstico* alcançou um número maior de grupos e que estes estavam em fase de constituição.

Apesar de serem considerados grupos com fragilidades, esses fatores também podem ser lidos como um caminho, onde se começa pequeno e o grupo vai crescendo a partir da decisão das suas integrantes. Estas decisões nem sempre são fáceis e podem mesmo implicar em rupturas. Por isto é que a leitura da intermitência não pode se restringir à trajetória de um grupo. Muitas vezes uma participante volta a participar, cria outros grupos, ou grupos se fundem.

Interessante notar que a participação na produção dos grupos segue caminhos distintos. Os GPM-A se reuniam em torno às seguintes atividades econômicas¹⁷: roça / agricultura (42,9%); artesanato (39,7%); beneficiamento e/ou processamento de carnes (33,3%) e beneficiamento e/ou processamento da produção (25,4%). No caso dos GPM-AF, as atividades econômicas desenvolvidas¹⁸ eram: artesanato (59,1%); beneficiamento e/ou processamento da produção (32,2%); beneficiamento e/ou processamento de carnes (24,8%) e roça / agricultura (20,8%).

O tipo de atividade realizada pelos grupos combina as possibilidades existentes com projetos individuais. Na atuação em campo, percebe-se que o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, estimula a produção de alimentos por grupos que antes produziam artesanato. A disponibilidade de acesso a recursos naturais (fibras, sementes etc.), atividades aprendidas na socialização de gênero feminina, o acesso a cursos e capacitações, as distintas formas de produção (individual e/ou coletiva), os diversos meios de comercialização e aceitação do produto são fatores que delineiam as iniciativas dos grupos (Bruno et al, 2011).

O número maior de grupos identificados no *Diagnóstico* em relação às pesquisas anteriormente citadas permitiu revelar uma diferenciação entre assentadas e agricultoras familiares quanto às atividades realizadas. Roça/agricultura é a atividade mais comum segundo as assentadas, o que aponta para um maior poder de decisão delas sobre o manejo da terra. Já as mulheres da agricultura familiar contariam menos com os ativos familiares na hora de decidir seus projetos produtivos, já que o artesanato

17. Trata-se de uma questão de múltipla escolha.

18. Trata-se de uma questão de múltipla escolha.

capítulo 3

to – atividade mais citada – muitas vezes utiliza recursos não valorizados economicamente ou mesmo recursos externos. Neste caso, confirma-se a hipótese de Cheryl Doss e Carmen Deere (2012) de que as formas de posse de ativos (terra, animais, implementos), a decisão sobre eles e a resolução de conflitos quanto aos mesmos são fundamentais na autonomia econômica das mulheres.

Pouco mais da metade dos grupos produtivos da agricultura familiar e de assentadas não é formalizada. A necessidade de se formalizar é apresentada por quase 80% dos grupos, porém quase a metade deles relatou dificuldades para este processo. O principal motivo para a não formalização, apontado por mais de 70% dos grupos, é o grau de exigência legal e seus custos. Provavelmente a necessidade de legalização está associada aos canais de comercialização abertos e à perspectiva de melhoria da renda monetária, uma vez que quase 90% dos grupos apontam o desejo de ampliar a produção. Ainda assim, o alto interesse na formalização contrasta com outras análises, como as citadas por Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão em sua avaliação do acesso das mulheres rurais ao PAA. Para elas, “Algumas lideranças femininas consideram que pode não valer a pena investir na formalização dos empreendimentos, uma vez que os grupos de mulheres são pequenos e nem sempre têm produção constante ao longo do ano, enquanto os custos de formalização são altos e permanentes. Esta questão é tão mais problemática quanto mais pobre é a região na qual os grupos estão inseridos” (Siliprandi e Cintrão, 2011).

É possível que o interesse na formalização, relacionado às dificuldades encontradas, remeta a soluções alternativas como a reunião de mais grupos em uma associação ou cooperativa, compartilhando custos e com maior capacidade de resposta a demandas. Esta, por exemplo, é a experiência da rede de alimentação de Osasco, no estado de São Paulo, formada após a passagem da ação internacional de 2010 da Marcha Mundial das Mulheres. A Prefeitura Municipal atuou para organizar vários grupos de mulheres do setor de alimentação, de modo a responder o desafio de produzir 3.000 refeições e distribuí-las em um curto espaço de tempo.

Os grupos são muito diversificados quanto à existência e frequência de assembleias e reuniões. Esta flexibilidade muitas vezes é decorrente da in-

formalidade. Em geral, não possuem definida a periodicidade dos encontros; quando definem, tanto as reuniões, quanto as assembleias costumam ser mensais. Ambas acontecem no turno da tarde no maior número de casos registrados e o local com maior frequência é a sede do próprio grupo ou associação. Chama atenção o baixo percentual de relatos sobre a existência de recreação infantil para facilitar a participação das mulheres com crianças, representando apenas três casos entre os GPM-A nas atividades de assembleia e nove casos nas reuniões.

Embora os grupos produtivos sejam organizações que potencializam os vínculos produtivos das mulheres entre si, percebe-se a presença de homens no desenvolvimento de suas atividades. Isto foi observado em 46 GPM-A (73,0%) e 93 GPM-AF (62,4%). Eles são, na maioria, maridos das associadas, seguidos dos filhos e demais parentes ou amigos. Em 24,7% dos GPM-AF, esses homens são sócios dos grupos e, em 48,4%, não. As decisões são tomadas exclusivamente pelas mulheres em 41,9% dos grupos; mas 21,5% afirmam que homens e mulheres tomam decisões conjuntas em relação a temas da produção e comercialização.

Muitas vezes, nas experiências de economia solidária, sobretudo na área rural, percebe-se que os grupos se iniciam com a participação das mulheres e, conforme vão conseguindo ter resultados econômicos, vão atraindo o interesse dos homens, primeiro o dos filhos e depois o dos maridos. Na perspectiva de darem continuidade ao seu trabalho e a suas atividades de capacitação, as mulheres acabam aceitando ou toleram a presença deles nestes momentos como um mecanismo de autorização e/ou testemunha de que, de fato, estão envolvidas em atividades produtivas (Hora, 2008 e Butto e Hora, 2008). Participantes do grupo Decididas a Vencer, que produz hortaliças agroecológicas e mel no Rio Grande do Norte, relatam como a consciência feminista lhes permitiu lidar com o interesse dos homens em juntar-se ao grupo. Elas os incentivaram a formar outros grupos e, mesmo que contassem com sua contribuição em algumas tarefas produtivas mediante o pagamento de diárias, as mulheres mantinham a decisão sobre a produção e a gestão do trabalho.

LIÇÕES APRENDIDAS

O *Diagnóstico* forneceu uma primeira visão abrangente sobre a situação de acesso no âmbito local, quais eram as demandas das mulheres rurais

capítulo 3



Caraúbas, Rio Grande do Norte

e quais eram os principais obstáculos que elas enfrentavam no acesso às políticas públicas. Com isso, foi possível definir uma linha de base que orientou os passos seguintes do trabalho das equipes. Estratégias desenhadas como a formação de comitês de mulheres nos Colegiados Territoriais foram reafirmadas. Foram também definidos temas e/ou conteúdos a aprofundar no debate em oficinas e seminários.

O *Diagnóstico* qualificou hipóteses que merecem ser verificadas com levantamentos estatísticos como o Censo Agropecuário e a Pesquisa Nacional da Atividade Agropecuária. Ao perguntar sobre o conhecimento das políticas e seu acesso, ele demonstrou que ter a informação é necessário, mas não suficiente para a efetivação de direitos. O *Diagnóstico* também orientou a qualificação de informações e a sensibilização sobre temas de maneira concomitante a ações para garantir o acesso às políticas, reorientando o desenho das mesmas, a ação de gestores públicos e as ações conjuntas com movimentos e organizações da sociedade para enfrentar as desigualdades de gênero no âmbito das famílias e das comunidades. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, Regina e outros: Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres na Reforma Agrária no Brasil. In.: MDA/NEAD. *Mulheres na Reforma Agrária*. Brasília, 2008.
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla. ATER para Mulheres: a experiência recente do governo federal. In: *Cadernos Feministas de Economia e Política* ed. Recife : CMN, 2008, v.1.
- DOSS, Cheryl; DEERE, Diana e outros: Las brechas de gênero em los activos y en la riqueza: evidencia en Ecuador, Ghana y Karnataka, India. In BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla: *As Mulheres nas estatísticas agropecuárias: Experiências em países do Sul*. Brasília: MDA, 2012.
- DEERE, Carmen: Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. In *Revista Estudos Feministas* vol. 12 n° 1. Florianópolis: UFSC, 2004.
- FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- GAIGER, Luiz Inacio: Empreendimentos econômicos solidários. In Cattani, Antônio (org.): *A Outra Economia*. Porto Alegre: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003.
- GUÉRIN, Isabelle; NOBRE: Miriam. L'économie solidaire revisitée à la lumière du genre : outil de changement social ou reproduction de la subordination féminine ? In VERSCHUUR, Christine; GUERIN, Isabelle; GUETAT-BERNARD, Héléne (eds). *Sous le développement, le genre ?* Marseille: IRD, 2014.
- HORA, Karla. Sistematização de Experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres Rurais. Produto de Consultoria. FAO/MDA/PPIGRE, 2008. (mimeo).
- HORA, K. E. R. *Diagnóstico sobre Implementação de Políticas Públicas Para Mulheres nos Territórios da Cidadania*. Produto de Consultoria. São Paulo: SOF/CF8, 2010. (mimeo).
- NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla: *As mulheres nas estatísticas agropecuárias: Experiências em países do Sul*. Brasília: MDA, 2012.
- SAUSSEY, Magalie: Le barattage des savoirs. Circulations des ressources et apprentissages des artisans burkinabè dans un contexte de mondialisation. In *Revue d'anthropologie des connaissances*, vol 5 n° 3, 2011.
- SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011

capítulo 4

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: CAMINHO PARA A CIDADANIA

Os projetos executados pelo CF8 e pela SOF foram desenvolvidos a partir de sua longa experiência com práticas educativas e fortalecimento de grupos de mulheres como parte do processo de auto-organização e articulação em um movimento. A metodologia desenvolvida teve como foco uma proposta de formação fundamentada nos princípios da educação popular com uma perspectiva feminista. Essa visão tem como ponto de partida a convicção sobre a importância da auto-organização das mulheres para sua constituição como sujeitos políticos. É a partir desse processo que haverá mudanças nas relações desiguais de gênero, inclusive a superação da invisibilidade e exclusão das mulheres em relação às políticas públicas.

METODOLOGIA COMO EXPRESSÃO DE UMA VISÃO DE MUNDO

Na escolha de um método de trabalho, de fazer algo de uma maneira ou de outra, estão presentes os princípios e pressupostos de como vemos o mundo em que vivemos, como agimos nele e o que queremos transformar ou não. Essa visão determina quais os conteúdos a serem desenvolvidos e quais as técnicas ou dinâmicas a serem utilizadas. Assim, em nossa abordagem metodológica, o elemento de partida é a concepção de que as mulheres são os sujeitos de transformação de sua realidade e de que esta é marcada pelo sistema patriarcal, que tenta naturalizar a desigualdade que existe entre homens e mulheres.



Upanema, Rio Grande do Norte



Maranhão



Mato Grosso

Um segundo elemento é a crítica ao método de formação tradicional, que parte do princípio de que os indivíduos devem se adaptar à situação, e de que o conhecimento e o poder estão concentrados em quem coordena a atividade. Como contraponto, adotamos a metodologia da educação popular e feminista, que questiona as relações de poder estabelecidas e parte da valorização da realidade de cada pessoa, de seus conhecimentos, das percepções e das perguntas que traz.

Assim, o primeiro momento de cada atividade que realizamos é o levantamento de experiências das participantes. Isso permite perceber como é a vivência de cada mulher e qual sua percepção do tema tratado, inclusive em nível subjetivo. Consideramos que não há um conhecimento ou análise objetiva separada da relação de cada participante com o assunto em questão. Toda informação que recebemos será assimilada

capítulo 4

e compreendida a partir de como nos sentimos e também do momento que estamos vivendo.

Faz parte do processo de formação a necessidade de auto-conhecimento, para que possamos cada vez mais entender a relação que temos com o que estamos discutindo ou estudando. A isso chamamos de incorporar a subjetividade, que é base para alcançar a integralidade do conhecimento ao romper com a falsa dicotomia entre razão e emoção. Mas também para trabalhar e desconstruir os estereótipos, tabus e preconceitos, processo fundamental nesse debate sobre o patriarcado e as práticas que este sistema organiza. Construir uma visão crítica exige que se busque também romper com as falsas dicotomias entre público e privado, razão e emoção, produção e reprodução, cultura e natureza, que são estruturantes das representações de masculino e feminino

Os problemas vividos pelas mulheres nos dão os caminhos para refletir sobre o conjunto de relações que atravessa o todo da sociedade. Os grupos de autoconsciência desenvolvidos pelo feminismo nos anos 1960/70, nos quais as mulheres contavam suas experiências de vida, foram determinantes para que elas percebessem que suas vivências eram comuns, fruto de determinações sociais e não, como parecia, de problemas individuais de cada uma. Esse elemento continua atual até hoje no debate sobre desigualdade das mulheres, justamente porque continua vigente o mecanismo de naturalização que biologiza e essencializa essas relações de poder e hierarquia.

REFLEXÃO CRÍTICA

Com esses princípios, o desenvolvimento metodológico dos projetos estabeleceu como diretrizes a reflexão crítica sobre a realidade da vida das mulheres, a ampliação do processo de auto-organização das mulheres como forma de fortalecimento da ação e o impulso à articulação entre as mulheres e os demais atores dos Territórios da Cidadania.

Para a construção da reflexão crítica, o ponto de partida foi a análise da divisão sexual do trabalho, uma abordagem da construção social das relações entre mulheres e homens e uma ampliação do conceito de trabalho e de economia para incorporar o trabalho doméstico e de cuidados. A análise da desigualdade de usos do tempo masculino e feminino e a

compreensão da produção e reprodução como parte de um único processo são decorrências desse debate. As ações desenvolvidas problematizaram também a visão da família como uma unidade homogênea, sem conflitos, representada pelo homem como chefe.

Por fim, a desnaturalização da divisão sexual do trabalho e da desigualdade de gênero e o debate sobre autonomia econômica das mulheres orientaram quais devem ser os elementos da estratégia de ação para o enfrentamento dessa desigualdade.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO

A visão de que a construção do conhecimento é um processo coletivo pressupõe romper com a hierarquia nos processos de formação, onde há uma pessoa que ensina e outras que aprendem. Num primeiro momento, o processo de formação envolveu as próprias educadoras do projeto, com as quais trabalhamos a perspectiva de que elas não deveriam ser vistas como as detentoras de um conhecimento a ser repassado. Partir da experiência do grupo de educadoras e de seus conhecimentos permitiu organizar o conjunto das atividades de formação de forma horizontal e participativa, construindo coletivamente as perguntas, mas também as respostas.

A constituição do grupo é outro aspecto importante para a construção coletiva e participativa do processo de formação. O grupo não é apenas uma soma de indivíduos, mas sim um conjunto, com dinâmicas e relações com as quais temos que construir vínculos afetivos e de confiança. Atuar considerando o grupo e as relações que se estabelecem é fundamental para desenvolver a visão da integralidade, que é outro aspecto da formação. Ou seja, a atividade de formação não é apenas um lugar para assimilação de conceitos teóricos, mas um processo que leva à construção de várias habilidades necessárias para a ação de cada pessoa. Isso compreende o desenvolvimento de capacidades como a empatia, a espontaneidade e a comunicação. Enfim, habilidades que favorecem as relações humanas e o trabalho coletivo.

ROMPER HIERARQUIA RAZÃO-EMOÇÃO

Essa dimensão se articula e complementa o que foi citado antes sobre incorporar a dimensão subjetiva nos processos de formação e romper com

capítulo 4

a hierarquia entre razão e emoção. Nas atividades desenvolvidas nos territórios isso se concretizou em diversos momentos. Podemos citar o exemplo de uma ação educativa sobre as políticas públicas para as mulheres, realizada durante um dos Mutirões da Cidadania do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR), na qual as educadoras tinham o compromisso de apresentar o conjunto das políticas para as mulheres. Inicialmente, isso era feito com palestras expositivas. Porém, buscando formas de aumentar o interesse e o envolvimento das mulheres, o CF8 escreveu um texto base para que grupos teatrais da região pudessem apresentá-los. Em uma destas apresentações, uma das mulheres que assistia à peça dirigiu-se ao marido publicamente e disse que ele nunca mais bateria nela. Houve várias situações em que mulheres se deram conta que viviam em uma situação de violência e se autodenominaram como livres da violência doméstica e sexual. Isto demonstra que a razão e a emoção se misturaram em nossas atividades.

DIVERSIDADE DE LINGUAGENS

O olhar sobre a dinâmica do grupo e sobre como se estabelecem as relações interpessoais contribui para o auto-conhecimento, para compreender como se organiza a ação coletiva e quais desafios existem para avançar. Frente aos objetivos desta abordagem, consideramos importante utilizar outras linguagens além da fala, para facilitar a participação do conjunto, mas também para trazer as representações, contribuir para o desenvolvimento de algumas habilidades e para desenvolver a criatividade.

As dinâmicas utilizadas no trabalho com os grupos combinam um rico e diverso acervo acumulado no âmbito da educação popular com a utilização de linguagens plásticas, como a colagem, o desenho, a modelagem e a construção com sucata, jogos dramáticos, trabalhos corporais e técnicas teatrais, entre outras expressões. É fundamental atuar, também, sobre o sentir e a consciência corporal, por meio de alguns exercícios e da reflexão após sua vivência. Participar de algumas dinâmicas permite olhar para si mesma, ver o que nos incomoda, desvendar possibilidades e tensões desencadeadas a partir desta experiência e repensar o próprio fazer formativo. Todos esses elementos são experimentados tanto nas ações educativas como nas diversas oficinas.

REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA

Uma metodologia que coloca com centralidade a constituição dos sujeitos coletivos e individuais incorpora também a reflexão sobre a prática, ou seja, sobre a ação necessária para transformar a realidade.

Um ponto de partida para orientar esse debate é tratar a realidade do grupo em um contexto mais geral, para que haja a percepção de que estamos em um sistema, um modelo. No feminismo, isso se coloca como a necessidade de que as questões não sejam tratadas de forma fragmentada ou como problemas individuais das mulheres. Assim, ao mesmo tempo, busca-se compreender o que se passa na realidade cotidiana de cada uma e pensar sobre a conexão desta com o contexto mais amplo. Isso permite refletir sobre a construção histórica e os determinantes de cada situação. Por exemplo, o tema de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) foi abordado a partir da construção de uma linha do tempo de seu histórico, o que permitiu que nas atividades as mulheres fossem complementando como este havia se concretizado em suas realidades. Ao mesmo tempo, elas debatiam que a assessoria técnica para as mulheres deve considerar que a produção e a reprodução são uma unidade. Isso significa que tudo o que é pensado para a produção deve questionar a divisão sexual do trabalho e o uso diferenciado do tempo entre homens e mulheres. Por exemplo, muitas vezes, no cálculo de tempo disponível em homens-hora para iniciar uma atividade produtiva, considera-se a disponibilidade das mulheres como se fosse igual à dos homens, sem contabilizar o tempo que elas dedicam ao trabalho doméstico.

A reflexão sobre as práticas deve ter coerência com a análise da realidade e do que se quer transformar. Dessa forma, é importante ter momentos para trabalhar o papel de cada pessoa, seja como educadora, liderança, gestora, assessora etc. Ser capaz de se colocar no lugar de outra pessoa é a base para a construção de vínculos e, quanto mais espontânea essa inserção é, mais criatividade ela pode gerar e certamente permitirá a cada pessoa mais facilidade de se colocar e atuar coletivamente. Uma intervenção que amplie o autoconhecimento pode contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos e preconceitos que no processo de socialização e formação da personalidade na sociedade atual somos levadas a repetir e ritualizar, a partir dos valores dominantes e da imposição das regras e normas vigentes.

capítulo 4

Outro elemento sobre as práticas diz respeito a como transformar o que refletimos na formação em propostas de ação. Não se trata de passar receitas, mas de criar um momento para o grupo pensar sobre como levará para o seu local de atuação os temas trabalhados no processo de formação. Por exemplo, nas oficinas de formação em políticas públicas uma tarefa concreta identificada foi a de elaborar projetos para mulheres de grupos produtivos nas chamadas públicas do Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais.

MULHERES COMO SUJEITO DE SUA EMANCIPAÇÃO

Como já mencionado, a abordagem metodológica desenvolvida nos projetos parte da compreensão de que a constituição das mulheres como sujeitos políticos é o fator determinante para alterar as relações de exclusão e discriminação e que isso se dá a partir de um processo de auto-organização.

Frente a isso, dois elementos foram determinantes na metodologia. O primeiro foi recuperar o papel do feminismo e da luta das mulheres como aspecto fundamental para a constituição de uma visão crítica ao patriarcado, de uma agenda e de uma força política na sociedade capaz de protagonizar as ações por mudanças.

O segundo foi a análise a partir das experiências de organização e de luta dos movimentos de mulheres do campo e da floresta. Nela se evidenciou a mobilização das mulheres em torno às políticas públicas, ao seu reconhecimento como sujeito de direitos e no questionamento da divisão sexual do trabalho e das relações patriarcais. Suas práticas de resistência foram visibilizadas, assim como suas formas de organização produtiva, que deveriam ser fortalecidas e ampliadas. Os debates recuperaram, por exemplo, que a atuação organizada das mulheres ao longo dos anos resultou em várias redefinições no campo da agricultura familiar e camponesa como as que dizem respeito ao manejo sustentável e à soberania sobre os territórios. Um exemplo é a compreensão do papel importante que os quintais cumprem na produção diversificada, que é fundamental para a garantia de soberania alimentar. Resgataram ainda o conhecimento histórico das mulheres na seleção de sementes e sua contribuição para a existência de uma grande biodiversidade, práticas

que têm um papel importante na resistência à tentativa da agricultura de mercado de homogeneizar a produção no campo.

Esse debate trouxe ainda a reflexão sobre o trabalho produtivo das mulheres e reforçou sua posição como sujeito com poder de decisão sobre a propriedade da terra e o conjunto produção-reprodução e não apenas como mãe ou esposa. Nos Territórios da Cidadania, o fortalecimento da organização coletiva se materializou na experiência de formação dos Comitês Territoriais de Mulheres (*ver box*).

CONSTITUIÇÃO DOS COMITÊS TERRITORIAIS DE MULHERES

No início das ações dos projetos, observou-se que em alguns territórios havia participação de algumas lideranças de mulheres no Colegiado Territorial, representando seus movimentos sociais ou organizações da sociedade civil. Apesar dessa pequena participação, notou-se que elas tinham pouco conhecimento sobre a política de desenvolvimento territorial, a estrutura do Colegiado e sua dinâmica de funcionamento. Havia, por exemplo, mulheres que não sabiam que seus municípios faziam parte de um Território da Cidadania e que as organizações nas quais elas atuavam tinham representantes no Colegiado Territorial.

Com esse cenário em vista, as 92 oficinas sobre *Políticas Territoriais e a Participação das Mulheres* foram os primeiros momentos de encontro entre as diversas mulheres dos territórios abrangidos pelo projeto. Essas atividades tinham como objetivo apresentar o Programa Territórios da Cidadania e a sua estrutura de funcionamento, bem como as possibilidades de captação de recursos através de projetos territoriais que poderiam apoiar organizações produtivas de mulheres.

Nesse processo, estavam presentes tanto mulheres que detinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a política de desenvolvimento territorial, quanto aquelas que já participavam do Colegiado Territorial e que contribuíram, muitas vezes, com relatos de suas experiências de participação nessas instâncias. Essa etapa incluiu também atividades de articulação com lideranças dos movimentos sociais, gestores e membros do Colegiado.

O conjunto de oficinas e reuniões de articulação foi um espaço fundamental para debater a auto-organização das mulheres rurais como estratégia de luta pelos seus direitos e para discutir e definir estratégias de inclusão de suas demandas nos planos de desenvolvimento territorial. Ao longo das atividades, as mulheres rurais foram reconhecendo a necessidade de constituir um espaço comum para debater questões específicas e se articularem de forma planejada e contínua dentro do território. A partir daí elas passaram a se articular previamente para participar das reuniões do Colegiado Territorial e acompanhar o processo de readequação das instâncias territoriais. Como resultado desse processo, e com o amadurecimento das discussões entre as mulheres, foram formados os Comitês Territoriais de Mulheres. Estes possuem várias maneiras de atuação. Alguns participam das reuniões do Colegiado Territorial e outros não, mas atuam nos territórios buscando e articulando os direitos das mulheres rurais.

Antes desse processo já existiam algumas organizações territoriais de mulheres que se fortaleceram ou se rearticularam a partir das atividades realizadas pelo projeto. Por exemplo, no estado do Rio Grande do Norte, dos quatros territórios atendidos pelo projeto, três já tinha uma forte organização de mulheres, inclusive com instancia que articulava as políticas territoriais como é o caso da Coordenação Oeste de Trabalhadoras Rurais que articulava as mulheres do Sertão do Apodi e Açú Mossoró. Em alguns lugares onde havia uma importante auto-organização das mulheres, os Comitês Territoriais apenas reforçaram o que vinha sendo feito. Um exemplo é o fortalecimento da Rede Xique-Xique e a defesa de sua representação no Núcleo Diretivo do colegiado. Experiência neste formato também ocorreu no Sertão do Cariri (Paraíba) e no Sertão do Pajeú (em Pernambuco). Esses exemplos demonstram que as ações desenvolvidas para fortalecer as agendas das mulheres nos territórios não se sobrepõem às dinâmicas já existentes.

Em alguns casos, os Comitês Territoriais de Mulheres se constituíram logo no início das atividades do projeto. Em outros, eles se formaram após as ações de articulação, em função da maior compreensão por parte das mulheres do funcionamento da dinâmica do território e da maior relação com os gestores públicos e com os membros do colegiado.

capítulo 4

AUTONOMIA ECONÔMICA E FORTALECIMENTO COLETIVO

A constituição das mulheres como sujeito político resulta também da reflexão sobre a importância da autonomia pessoal, econômica e política, que inclui o resgate e construção de sua auto-estima, além do fortalecimento de sua organização coletiva em grupos produtivos. Esse foi outro aspecto da abordagem metodológica e se relaciona também ao tema do trabalho doméstico e de cuidados. Daí resulta a reflexão de que é necessário conquistar políticas de socialização dos cuidados com o Estado e ir além, buscando outras formas de organizar e dividir o trabalho doméstico e de cuidados, que incluam a outros membros da família.

Ainda é muito difícil para as mulheres negociarem as tarefas domésticas e de cuidado com seus cônjuges assim como ter poder de fato na tomada de decisões sobre a produção. Há um grande caminho a percorrer também no sentido de se transitar a um modelo em que as mulheres tenham garantida sua autonomia econômica independente de seu estatuto conjugal. Ou seja, que elas possam ser vistas e tratadas como sujeito de direitos, independente de sua situação familiar. Essas reflexões reforçam as iniciativas de formação de grupos coletivos de produção como um aspecto fundamental para a autonomia das mulheres.

A METODOLOGIA NA FORMAÇÃO COM AS EDUCADORAS

O primeiro momento para viabilizar a execução das ações se deu com a formação sobre as dimensões da metodologia popular e feminista realizada com a própria equipe de educadoras que atuou no projeto.

As educadoras eram as responsáveis em assegurar o cumprimento dos objetivos das atividades com as mulheres rurais, já que sabiam a proposta do conteúdo que seria apresentado e construído coletivamente. Seu grande desafio era o de facilitar o processo, trazendo as contribuições teóricas, mas sem ficar na posição de quem detinha o conhecimento. A consciência desse lugar momentâneo permite lidar com essa posição de poder, já que a preocupação é não reproduzir relações de poder assistencialistas, mas contribuir para a construção da autonomia do grupo, sentindo o tempo necessário a cada um.

A formação inicial com as educadoras buscou construir com elas o conhecimento de maneira coletiva, com ênfase na compreensão sobre a divisão sexual do trabalho e o caráter androcêntrico de nossa cultura, que está enraizado nas instituições e práticas sociais. Nesse processo, as educadoras compreenderam a importância de fortalecer as mulheres rurais como sujeitos políticos e o que isso implicava em termos de protagonismo nas ações e de articulação com os diversos atores que atuam no território. Conforme os princípios da abordagem metodológica descritos inicialmente, tais conteúdos foram construídos coletivamente, partindo da realidade do grupo de educadoras e em conexão com o contexto histórico no qual o grupo estava inserido.

Diálogo, escuta, troca de informações, interação de saberes e respeito ao conhecimento compartilhado se apresentam como chaves para o processo de aprendizagem mútua e construção coletiva de conhecimento entre as educadoras e as mulheres rurais. A vivência na atividade de formação das educadoras contribuiu para que estas compreendessem o que cada uma delas tinha em comum com todas as mulheres, permitiu que se colocassem no lugar das outras e que as percebessem como indivíduos capazes de conduzir seus desejos e sonhos. A formação das educadoras aguçou o interesse em escutar e de fato ouvir o que o grupo de mulheres tinha a apresentar, respeitando seus conhecimentos. Respeitar o conhecimento não significa aceitá-los, mas processá-los com novas informações de forma a desconstruir preconceitos e abrir uma reflexão mais ampla sobre as mudanças necessárias para se construir igualdade e justiça.

MONITORAMENTO E CAPACITAÇÃO PERMANENTE

O monitoramento das ações do projeto foi estruturado como um processo contínuo de capacitação das educadoras, que incluía também o debate sobre as dificuldades encontradas por elas nos territórios. Esses momentos se constituíram como um importante espaço de intercâmbio e de aprendizado coletivo e propiciaram ainda a construção de um forte vínculo de equipe entre todas as educadoras.

A socialização de avanços e dificuldades vivenciadas nos diversos territórios contribuiu para a superação dos vários desafios que surgiram na execução das ações. Por meio do planejamento realizado durante as capacitações era possível construir em conjunto as atividades seguintes de maneira

capítulo 4

a obter os resultados esperados. As capacitações das educadoras ocorreram durante todo o período de desenvolvimento do projeto. Nessas atividades, os conteúdos abordados foram as políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), questões relacionadas ao feminismo, desigualdades de gênero, divisão sexual do trabalho, a história agrária e os direitos à terra no Brasil, além de metodologias de educação popular.

Ademais das atividades realizadas pelo CF8 e pela SOF, também houve atividades de formação sobre as políticas públicas do MDA organizadas pela Diretoria de Políticas das Mulheres Rurais (DPMR), a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A METODOLOGIA NO TRABALHO COM AS MULHERES RURAIS

Após a formação das educadoras, seu primeiro contato com as mulheres rurais dos Territórios da Cidadania aconteceu durante as visitas realizadas para a elaboração do *Diagnóstico sobre Implementação das Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero do MDA na Reforma Agrária e Agricultura Familiar* (ver mais informações sobre esse processo no capítulo 3). Além dos vários resultados identificados pelo *Diagnóstico*, essas entrevistas despertaram o interesse das mulheres rurais sobre as políticas públicas do MDA e, posteriormente, ajudaram a convocá-las para participar da primeira atividade de formação do projeto.

As visitas aos territórios chamaram a atenção também para vários aspectos importantes que tinham que ser considerados na preparação das atividades de maneira a assegurar a presença das participantes. Observou-se, por exemplo, que as mulheres rurais têm jornadas de trabalho intensas em que combinam, ao mesmo tempo, tarefas da produção e dos cuidados. Assim, as reuniões com elas nunca eram organizadas no período manhã, que é o de maior intensidade de afazeres, tais como: a rega das plantas, a alimentação dos animais, o envio das crianças para a escola e a preparação do almoço. Nas atividades de formação ou articulação realizadas fora de suas comunidades, todos esses aspectos tinham que ser organizados previamente.

Outros cuidados incluíam a garantia do espaço de ciranda ou de recreação infantil para as mulheres que não tinham como deixar seus filhos em casa e a organização de transporte já que elas também vivenciam uma menor mobilidade em comparação com os homens.

Por fim, as educadoras também se preocupavam em buscar espaços adequados para o trabalho nas oficinas, que são organizadas a partir de dinâmicas de grupo participativas, com as mulheres sentadas em círculo. Portanto, os locais escolhidos tinham que ter cadeiras móveis (e não auditórios com assentos fixos).

As atividades buscavam ajustar-se a essa realidade das mulheres e, ao mesmo tempo, construir elementos para questioná-la. Assim os temas eram apresentados de maneira que as mulheres pudessem perceber a conexão entre o seu cotidiano e os problemas que queriam resolver.

PROCESSO DE FORMAÇÃO COM AS MULHERES As mulheres nos territórios foram receptivas à metodologia aplicada pelas educadoras. Em alguns casos, as dinâmicas participativas foram recebidas com surpresa. Isto acontecia em especial quando as mulheres não participavam de grupos de base de movimentos sociais e estavam mais habituadas a atividades com metodologia tradicional, onde apenas eram repassadas informações sobre um determinado tema, sem muita oportunidade de intercâmbio.

São vários os relatos de mulheres que, ao longo do processo, foram percebendo que a dinâmica das atividades ajudava a entender melhor os temas trazidos e tornava mais leve o processo de troca de informações. Muitas mulheres não estavam acostumadas, por exemplo, a trabalhar com desenho ou a fazer teatro em atividades de formação. Em alguns casos, como consequência dessa forma de trabalhar, elas perceberam que conseguiam colocar suas demandas e suas inquietações em espaços coletivos e, principalmente, que suas reivindicações não eram únicas, mas sim, comuns a muitas outras mulheres. Isso permitiu que se reconhecessem como sujeitos coletivos, com uma identidade política: a demanda de uma era a demanda de todas. Exemplos de elementos comuns que apareceram nessas dinâmicas são a falta de infra-estruturas de trabalho para os grupos coletivos de mulheres e a sobrecarga de trabalho que elas vivenciam, uma vez que devem organizar o tempo para combinar os afazeres doméstico e os da produção.

capítulo 4

DINÂMICAS DE INTEGRAÇÃO E AUTO-CONHECIMENTO

As dinâmicas iniciais de apresentação nas oficinas e reuniões de articulação eram vistas como oportunidades para que as mulheres se sentissem mais à vontade, para que pudessem integrar-se entre elas mesmas e com as educadoras e gestores presentes. Um exemplo de estratégia utilizada em um grupo onde as mulheres não se conheciam é aquela em que as participantes apresentavam as companheiras que se encontravam a seu lado. Além das mulheres conversarem entre si, isso facilitava no momento da apresentação em grupo, já que algumas têm dificuldade em falar de si mesmas.

Outra dinâmica muito utilizada nas atividades era a “dinâmica do barbante”, onde as participantes ficavam em roda, faziam sua apresentação com o rolo de barbante na mão e, em seguida, passavam o barbante para outra mulher, que fazia o mesmo. No final, a roda transformava-se em uma espécie de teia, momento que a educadora aproveitava para conversar sobre a importância da relação entre as mulheres e a formação de uma rede entre elas. Algumas repetiam essa dinâmica no final da atividade, pois o formato da rede muitas vezes mudava, ficando mais justa e uniforme, mostrando o aprofundamento da integração entre as mulheres. Nesse processo, as mulheres foram se percebendo compreendendo a própria transformação, participando mais das atividades, sentindo maior facilidade de interagir com as outras e também nas reuniões de seus grupos produtivos e de suas comunidades.

Exemplos de dinâmicas que promovem o autoconhecimento e o debate sobre a autonomia das mulheres são a do relógio e a de “o que é ser homem e o que é ser mulher”. Nesta última, eram utilizadas colagens ou desenhos em que as mulheres montavam painéis em que representavam o que é ser homem e mulher na sociedade de hoje. Os mesmos eram debatidos nas apresentações dos trabalhos em grupos. Para as mulheres, apareciam muitos elementos ligados à casa, aos filhos, à saúde, à educação. Para os homens, assuntos ligados ao trabalho, carro, mecânica, etc. Após o debate, era realizada outra dinâmica para desconstruir o que foi apresentado nos painéis. Esse momento era muito importante pois era quando as participantes percebiam que poderiam mudar a sociedade em que viviam.

Já na dinâmica do relógio, elas construíam o dia a dia da mulher e o do homem num relógio no qual elas deviam colocar as horas dedicadas a

diferentes tarefas desenvolvidas desde o momento em que acordavam até o momento de dormir. Nas apresentações e nos debates as mulheres percebiam como seu dia era mais longo e que a parte dos trabalhos domésticos, da educação dos filhos e dos cuidados aparecia somente como responsabilidade delas. Esse processo se completa quando dividimos as horas do dia de acordo com o uso do tempo, ou seja, quanto tempo gastamos com as atividades mercantis, com as tarefas do trabalho doméstico e do cuidado, com nossas próprias necessidades e com o lazer. Na maioria das vezes, esse exercício leva as mulheres a perceberem o pouco tempo que elas têm pra si mesmas e para a produção e o lazer. Além disso, permite a elas compreender que, diferente das mulheres urbanas, as rurais estão em contínuo trânsito entre o trabalho doméstico e o produtivo ou entre a casa e o roçado.

Esses tipos de dinâmicas trazem a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e como se estrutura a socialização das mulheres e dos homens na sociedade. E, a partir daí, mostram que essa realidade pode ser desconstruída.

Algumas educadoras utilizavam pequenos questionários para avaliar as atividades, com perguntas sobre o conteúdo, a linguagem e o material didático utilizados, a logística de organização, a importância daquela atividade para as mulheres e o que mudou a partir do intercâmbio de conhecimento. Isso facilitou a aproximação entre as educadoras e as mulheres rurais, pois estas conseguiram colocar suas opiniões e as atividades acabavam sendo construídas de maneira participativa, o que resultou no aumento do sentimento de pertinência ao processo.

TEMAS DEBATIDOS E ARTICULAÇÃO COM GESTORES

As relações de gênero no meio rural, a divisão sexual do trabalho e a importância das mulheres ocuparem espaços da esfera pública, de decisão e de poder na sociedade, com ênfase na participação delas nos Territórios da Cidadania, foram os principais temas debatidos nas formações. Nessas atividades, as mulheres passaram a entender como é importante se organizar coletivamente para acessar os direitos e reivindicar suas demandas. Após esse debate eram apresentadas e discutidas as políticas públicas escolhidas pelas mulheres rurais nas articulações e na mobilização para as oficinas. Com o passar do tempo, elas passaram a demandar oficinas com temas específicos, que variavam de território pra território, como agroecologia e violência contra as mulheres, dentre outros.

capítulo 4

Muitas vezes, essas atividades eram acompanhadas por gestores públicos, o que facilitava no debate e no momento dos encaminhamentos. Mesmo frente a apresentações às vezes muito técnicas ou expositivas por parte dos gestores, a relação de confiança estabelecida nos grupos de mulheres fazia com que estas se sentissem à vontade para explicitar suas opiniões, desacordos ou dúvidas.

Já no âmbito da articulação, a discussão de como conceber uma estratégia capaz de referendar as demandas das mulheres nos planos territoriais foi um tema presente em todas as reuniões dos Comitês Territoriais de Mulheres, além do questionamento do ideário de família presente nas elaborações e execuções das políticas públicas para o meio rural, na qual não se questiona a figura masculina e a divisão sexual do trabalho.

As agendas das reuniões também incluíam discussões sobre o que o comitê representava para as mulheres, sobre a auto-organização das mulheres como forma de superação da opressão; e a importância da organização das mulheres na dinâmica territorial. Além, é claro, da discussão sobre a pauta das instâncias colegiadas territoriais, como o plano de desenvolvimento territorial, a matriz dos Territórios da Cidadania, e as demandas das mulheres nos programas.

CAMINHO PARA A CIDADANIA

A desigualdade vivida pelas mulheres e sua exclusão dos espaços públicos e de poder é a expressão de um sistema patriarcal que confina as mulheres a determinadas atividades e ao espaço privado e ainda desvaloriza estas mesmas atividades e sua importância para o funcionamento da sociedade. Este sistema se baseia em relações de poder dos homens como grupo social sobre as mulheres. Portanto, reverter essas desigualdades implica em mudar a correlação de forças que as sustentam.

Quando as mulheres se organizam e se colocam como um sujeito político coletivo, elas desafiam as estruturas hierárquicas e inventam novas possibilidades não só para elas, mas para toda a sociedade, pois trazem para o campo da política importantes questões que estavam invisibilizadas, tratadas como sendo do aspecto pessoal ou do privado, como as relações de afeto, a relação com o corpo ou a sexualidade, além do trabalho doméstico e de cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os espaços de auto-organização das mulheres, seja em grupos autônomos, seja em coletivos de mulheres rurais dentro de organizações mistas, permitem a elaboração a partir das experiências pessoais situadas no contexto definido pelo sistema patriarcal e capitalista e a ampliação do escopo do que é objeto da política, expandindo as análises e formas de ação.

Por meio da abordagem metodológica utilizada nas atividades do projeto, as mulheres rurais puderam analisar, refletir e se conscientizar sobre as particularidades da dimensão patriarcal, portanto, do poder masculino e da desigualdade das mulheres.

Com as atividades de formação e reuniões de articulação, as mulheres passaram a sentir-se mais seguras para buscar sua autonomia individual e econômica que se revela, por exemplo, no aumento do número de grupos produtivos de mulheres nos Territórios da Cidadania no período dos projetos. O trabalho realizado com esses grupos e com as mulheres rurais fez com que elas se articulassem e buscassem informações com outros grupos produtivos, aumentando assim o número de intercâmbios entre os grupos e as trocas de experiências, dentro dos próprios territórios e entre os territórios. Após os intercâmbios, houve várias ações construídas diretamente pelas mulheres, para melhorar suas produções e comercializar seus produtos, obter financiamento e terem suas demandas de assistência técnica atendidas.

Muitas mulheres tinham pouca experiência com a livre circulação entre os municípios. Sair de suas casas e ter vivido experiências fora do seu habitat, em diálogo com outras mulheres, gerou conhecimento, independência e crescimento individual.

O processo de fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos e sociais refletiu para além das atividades executadas pelo CF8 e pela SOF. A partir do momento em que elas tomaram o conhecimento da existência das políticas públicas, de como acessá-las e das dinâmicas territoriais, começaram a participar desses espaços ativamente, independente da educadora estar presente.

A metodologia que utilizamos teve o cuidado ainda de pensar como seria a continuidade da atuação das mulheres nos territórios após a finalização do projeto. A formação dos Comitês Territoriais de Mulheres como processo de auto-organização é uma resposta a essa preocupação. Ou seja: construir ou fortalecer espaços de articulação das mulheres nos territórios com capacidade de intervenção nas dinâmicas territoriais é algo que aponta para a continuidade, para além das ações desenvolvidas em período determinados. ■

CF8. *Mulheres e autonomia: Fortalecendo o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos Territórios da Cidadania no nordeste brasileiro.* Relatório Final de Atividades. Convênio nº 701362/2008. Mossoró: CF8, agosto de 2013.

FARIA, Nalu. La formación como instrumento para la construcción de un abordaje antipatriarcal. In NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *En busca de la igualdad.* Textos para la acción feminista. São Paulo: SOF, 2013.

SOF. *Projeto: Capacitação, monitoramento e articulação das políticas públicas do MDA nos Territórios da Cidadania: fortalecendo as mulheres como sujeitos políticos e sociais.* Relatório Final de Atividades. Convênio Nº 700427/2008. São Paulo: SOF, agosto de 2013.

capítulo 5

AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES RURAIS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

INTRODUÇÃO

A ideia de que mulheres e homens nascem com capacidades distintas para realizar determinadas atividades é uma construção histórica que oculta o trabalho das mulheres e institui a noção de superioridade do trabalho masculino. No meio rural, a vida das mulheres é ainda marcada por uma realidade de relações patriarcais. Na grande maioria das situações, os homens determinam os rumos da família, que se organiza a partir do poder hierárquico masculino, centrado na figura do pai, cujos interesses são apresentados como sendo hegemônicos. Nesse cenário, os desejos e opiniões das mulheres são oprimidos e o trabalho produtivo e reprodutivo que realizam é invisibilizado.

Durante o desenvolvimento do projeto realizado pela SOF e o CF8, os Territórios da Cidadania (TC) experimentaram uma outra forma de construção de atividades territoriais e de organização da produção, pautada na igualdade entre homens e mulheres. Este texto busca explicitar as experiências de produção realizadas pelas mulheres e sua luta por autonomia econômica em um contexto de rígida divisão sexual do trabalho.

O capítulo vai apresentar as mudanças na vida das mulheres após o reconhecimento do seu trabalho produtivo, tanto em suas casas quanto em sua comunidade, e a busca por sua legitimidade social como agentes capazes de transformar suas vidas e a sociedade. Antes iniciaremos o debate sobre como se apresenta a divisão sexual do trabalho no meio rural e suas relações com a valorização do trabalho das mulheres.



Tocantins



Pará



Apodi, Rio Grande do Norte

TRABALHO E NÃO-TRABALHO NO IMAGINÁRIO SOCIAL RURAL

No campo, a divisão sexual do trabalho se estrutura a partir da separação entre as tarefas da casa e as do roçado e na hierarquia entre as tarefas realizadas por mulheres e homens nesses espaços. A separação entre os espaços do roçado e da casa define o que é considerado trabalho pesado e trabalho leve ou ainda, trabalho e não-trabalho (Paulilo, 1987; Woortmann, 1991).

O roçado é o local de produção em grande quantidade, onde se planta mandioca, feijão, milho e cereais, considerados essenciais para a sobrevivência da família e, por isso, é tratado como local de trabalho. Por demandar o uso de ferramentas mecânicas de grande porte, como a broca, o arado e a limpa, é tido como espaço de um trabalho pesado. No imaginário social do meio rural, as tarefas nesse espaço são uma obrigação masculina, realizadas pelos homens da família, em especial o pai. Quando as mulheres executam atividades nesse lugar, o seu trabalho é considerado como uma “ajuda”, um complemento ao trabalho masculino.

capítulo 5

Por outro lado, a casa é colocada como o local da mulher, onde as atividades realizadas são consideradas o não-trabalho. A criação de pequenos animais, a plantação de fruteiras e a reprodução social da família têm valor social menor se comparadas às tarefas masculinas. Mesmo sendo atividades essenciais para o autoconsumo familiar e para o abastecimento do comércio local, as tarefas das mulheres são entendidas como trabalho leve ou como um não-trabalho. Essa oposição ou separação se expande nas diversas tarefas realizadas por elas no meio rural. Mesmo tarefas feitas no roçado - como a colocação de sementes nas covas ou até mesmo o pastoreio do gado - são consideradas trabalho leve, já que em muitos casos estas são realizadas por mulheres e jovens.

O LADO PESADO DO TRABALHO LEVE

As análises de estudos a partir da realidade das mulheres definem outro significado para o que sejam as tarefas desenvolvidas na casa, ao seu redor ou no roçado. A ideia de hierarquia entre os produtos e as atividades realizadas por homens e mulheres tem como argumento o esforço físico como balizador do seu valor social. Porém, as mulheres rurais, quando descrevem as tarefas domésticas e o não-reconhecimento do seu trabalho, falam de muito trabalho.

No preparo dos alimentos, por exemplo, elas explicam a necessidade de mais pessoas. E citam como exemplo a preparação da pamonha e da canjica, comidas típicas, principalmente nos festejos juninos, que necessitam de muitas horas de trabalho das mulheres pois em seu processo de preparação não há divisão dessas tarefas com os homens da casa. Atividades como buscar água para o consumo, extrair a castanha do Pará, buscar e quebrar o coco babaçu são exemplos de trabalhos que exigem muito esforço físico. No entanto, pela representação social, são considerados leves ou um não-trabalho, já que são realizados por mulheres e, portanto, têm um valor social menor.

Superar a divisão sexual de trabalho no campo significa romper com a hierarquia existente entre as tarefas de homens e de mulheres, reconhecendo que essa resulta de construções sociais que visam a perpetuação do patriarcado na sociedade. Significa também visibilizar e valorizar o trabalho

produtivo e reprodutivo feito pelas mulheres na casa ou no roçado e aceitar que tanto homens quanto mulheres podem realizar ambas as tarefas.

Considerando a realidade encontrada nos Territórios da Cidadania, enxergamos na agricultura familiar camponesa as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, percebemos a importância do trabalho das mulheres. As mulheres, com seu conhecimento, têm realizado tarefas fundamentais para a autonomia no campo, como a gestão da água, o cuidado com a saúde e a alimentação. Todas essas atividades são muito importantes na permanência das populações no meio rural e na convivência com o semiárido e com os demais biomas brasileiros.

AUTONOMIA ECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DAS MULHERES

As políticas públicas se constituem como importantes mecanismos do Estado de intervenção na realidade social das mulheres rurais. Igualmente importante é implementar ações que dinamizem as políticas criadas, para que estas consigam de fato atingir os objetivos almejados. Os projetos da SOF e do CF8 nasceram da necessidade de construir ações afirmativas capazes de incorporar as mulheres no processo político vivenciado nos Territórios da Cidadania no Brasil e estimular sua articulação para o acesso às políticas públicas.

No caso das mulheres rurais, a implementação das políticas públicas enfrenta muitas barreiras, como as dificuldades de acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica para garantir as suas várias formas de produção. A vivência desses direitos requer construir com elas processos organizativos que gerem autonomia e possam romper com as desigualdades existentes. Desse modo, fortalecer a autonomia econômica das mulheres rurais foi um objetivo central dos projetos.

Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade delas de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira. A remuneração não é a única fonte de autonomia; esta depende de nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. As mulheres produzem riqueza não monetária que é redistribuída diretamente (sem passar pelo sistema financeiro formal): desde pequenas elas dedicam

capítulo 5

uma grande parte de seu tempo para a satisfação das necessidades da sociedade, dos membros de suas famílias e de suas comunidades.

Apesar da criatividade das mulheres em luta por sua autonomia, muitas encontram restrições para consegui-la. Em geral, seu acesso a uma atividade remunerada é restrito seja pelos costumes, que impõem a autorização de algum homem da família (pai, marido, tio ou irmão), seja porque são menos escolarizadas, seja porque as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos. Em sua busca por autonomia econômica, as mulheres sempre têm que administrar o tempo e a disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado.

EXPERIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA VIVENCIADAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Uma das primeiras ações desenvolvidas no marco desses projetos foi o mapeamento dos grupos produtivos de mulheres existentes nos 86 Territórios da Cidadania cobertos pelo projeto (*ver mais info no capítulo 2, p. 57*). Com 972 grupos mapeados, iniciamos as ações visibilizando a produção das mulheres, em contraposição ao silêncio e ao anonimato que persistia em diversos territórios. Com as ações executadas ao longo do projeto, não apenas ficou visível a contribuição das mulheres no processo produtivo, como também o modo como organizam a esfera reprodutiva e qual era sua ação política nas diversas regiões do Brasil.

Nas atividades realizadas, observou-se que as mulheres rurais centram sua produção no quintal e isso se deve a vários fatores. Um deles é que essa é a terra que elas podem acessar. O outro é que esse é o espaço onde elas conseguem dar conta de conciliar o trabalho doméstico e de cuidados com o produtivo. O resultado histórico dessas práticas demonstra a grande capacidade de resiliência das mulheres: de uma realidade que pode parecer limitada, elas conseguiram desenvolver um conjunto de práticas hoje reconhecidas como importantes não só para garantir a alimentação e boa parte do sustento das famílias, mas também para a garantia de uma grande biodiversidade.

Seja na preservação e convivência com seus biomas, seja na conquista de sua autonomia econômica ou na participação política nas dinâmicas

territoriais, ao longo do projeto as mulheres vivenciaram ações que potencializaram seu papel como sujeito político. São várias as experiências que demonstram os avanços obtidos na visibilização e reconhecimento do trabalho e dos saberes das mulheres, como veremos nos casos relatados.

CONVIVÊNCIA COM O BIOMA Na região Nordeste, o cultivo, seleção e preservação das sementes e das plantas nos quintais, trabalho realizado pelas mulheres, resulta na conservação das espécies frutíferas resistentes ao clima semiárido, como a cajaraneira, imbuzeiro, goiabeira, cajueiro e muitos outros. Já a criação de pequenos animais, como galinha, bode e ovelhas, amplia a capacidade de alimentação familiar e permite uma alimentação enriquecida de proteínas.

No TC do Alto Sertão (Sergipe), as ações desenvolvidas potencializaram os aspectos da preservação e convivência dos biomas, na conquista de sua autonomia econômica e na participação política nas dinâmicas territoriais. A Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, criada em 2007, constroi sua produção coletiva para fortalecer a auto-organização das mulheres e o princípio agroecológico e trabalha na perspectiva de preservação de seus quintais, com base no aprendizado secular e no enriquecimento da alimentação da família. As mulheres da Associação têm, hoje, uma plantação coletiva de culturas de milho, feijão, sorgo, soja, ervas medicinais, além de criação de galinha caipira, produção de mel, doces, geleias e conservas de legumes. Por meio das ações realizadas, esta associação ampliou suas atividades, sua visibilidade e atuação política nas dinâmicas territoriais.

PRESERVAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS As mulheres do Semiárido nordestino também acumulam saberes na manutenção de plantas nativas para a preservação da saúde. Os conhecimentos transmitidos e socializados pelos saberes populares constroem o que se chama de medicina alternativa: casca de ameixa serve pra cicatrizar; barro (argila) tem múltiplos usos, desde no tratamento do câncer de pele ou como anti-inflamatório; romã é antibiótico para curar inflamação de diversas ordens; muçambê é regulador intestinal. Na experiência coletiva da organização e produção das mulheres nos territórios Sertão do Apodi e Açú Mossoró, do Rio Grande do Norte, é comum nas atividades de agroecologia as mulheres trocarem saberes medicinais. Assim, por meio de intercâmbios e feiras realizadas ao longo do projeto, houve muita troca

capítulo 5

de conhecimento e capacitações sobre as plantas medicinais e a medicina alternativa praticada pelas mulheres.

EXPERIÊNCIAS COM MATRIZ TECNOLÓGICA Além de potencializar as experiências já existentes, as ações desenvolvidas promoveram experiências inovadoras. Um exemplo é o do território da Mata Sul e Agreste Meridional (em Pernambuco), onde, a partir das ações desenvolvidas, as mulheres rurais começaram a acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para investir na criação de galinha caipira, tendo a agroecologia como matriz tecnológica.

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL Na Região Norte, as ações desenvolvidas pelos projetos aliam preservação ambiental e autonomia econômica das mulheres, além de permitir construir espaços de comercialização dos produtos, fortalecendo sua auto-organização. No TC Sul do Amapá, por exemplo, a Associação de Mulheres Agroextrativista do assentamento do Maracá (AMAAM) realiza o extrativismo ao mesmo tempo em que preserva a floresta e amplia a renda das mulheres com a venda de alimentos à base de castanha do Pará. Os alimentos e artesanatos produzidos pela associação são destinados aos hotéis da região para comercialização. Em 2009 e 2010, as mulheres da associação conseguiram introduzir o biscoito de castanha no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹ como resultado de um processo de formação e articulação para o acesso às políticas públicas.

VISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO DAS MULHERES No TC do Cariri Ocidental (Paraíba), as ações realizadas para o fortalecimento da organização produtiva das mulheres deram maior visibilidade ao trabalho das mulheres pescadoras e as trouxeram para as discussões do território. Como em outras regiões do país, quase sempre o trabalho da pesca visibiliza o trabalho masculino e não destaca a participação das mulheres. No Cariri Ocidental, são as mulheres que tecem as redes, pescam o peixe e o comercializam, mas, muitas vezes, o mérito é dado apenas à figura masculina. As pescadoras da região passaram a ser também referência nas ações territoriais, inclusive animando outras mulheres a se engajar nas lutas em seus municípios. Hoje elas se somam às demais mulheres que

1. A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (conforme seu artigo 14).

defendem o desenvolvimento do Cariri Ocidental, participando dos processos desenvolvidos a partir dos Territórios da Cidadania.

NOVOS ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO Para além dos programas de compras governamentais, a ampliação dos espaços de comercialização também se deu por meio de feiras locais, estaduais ou nacionais. Exemplos desta natureza se multiplicam em várias regiões do país, em experiências que foram fortalecidas e referendadas pelas ações de organização, formação e articulação para o acesso das mulheres às políticas públicas.

No TC Planalto Norte, no Rio Grande do Sul (Região Sul), foi realizada atividade de formação com os grupos produtivos de mulheres em assentamentos da reforma agrária. Após essas ações, as assentadas se organizaram para a produção de macarrão e outros derivados para a comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)². Este processo estimulou outras mulheres a se organizarem em grupos produtivos.

Na região Sudeste, a partir das formações e do apoio oferecido ao Território da Cidadania Noroeste do Rio de Janeiro, 10 grupos acessaram o PAA, o PNAE e outros espaços de comercialização. Já no TC Vale do Mucuri, em Minas Gerais, as mulheres indígenas formalizaram uma associação que ficou denominada “Associação de Mulheres dos Três Córregos”.

As ações ajudaram a articular os grupos produtivos de mulheres e a rede de assistência técnica para que esta última elaborasse os projetos partindo da demanda apresentada por elas. Em alguns casos, como o da Rede Xique-Xique, do Rio Grande do Norte, e o da Rede de Mulheres Produtoras da Bahia, esse apoio não era necessário já que as próprias mulheres, ao longo de sua história de auto-organização, tinham acumulado experiência na elaboração de projetos.

IMPACTO DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS NA ESFERA PRODUTIVA

Os relatos e relatórios das atividades desenvolvidas nos Territórios da Cidadania apontam que, entre 2009 e 2010, as mulheres trabalhavam até 17 horas por dia, iniciando sua jornada às 4h da manhã e concluindo às 21 horas. Quando se analisa a divisão dessas horas diárias entre os tempos da produção, do trabalho doméstico e de cuidado, da participação política e do lazer, em todos os casos, observa-se que o maior tempo é dedicado à esfera re-

2. O artigo 19 da Lei nº 10.696/2003 instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. O programa prevê a aquisição (compra) de produtos diretamente da agricultura familiar, sem a necessidade de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; equipamentos públicos de alimentação e nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

capítulo 5

produtiva. Neste sentido, o total de horas dedicadas à esfera reprodutiva condiciona a ampliação das atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres.

As mulheres que participaram das atividades de formação e articulação consideram o debate sobre o trabalho doméstico como necessário, já que permite explicitar que o acúmulo de tarefas nesse âmbito é que dificulta a manutenção da produção coletiva nos grupos. De acordo com os depoimentos, existe uma relação inversamente proporcional entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. Quanto mais alguém se dedica às tarefas domésticas e ao cuidado, menor sua condição de assumir as atividades de produção e de comercialização. Este mesmo raciocínio encontra-se nas reflexões das educadoras populares dos territórios, quando afirmam que o trabalho remunerado das mulheres é influenciado pelo trabalho doméstico, seja na sua quantidade, seja na sua qualidade.

Foi nos espaços das oficinas que as mulheres se deram conta do número de horas trabalhadas na esfera reprodutiva e foi na quantificação das horas dedicadas ao trabalho doméstico que perceberam como isso interfere na dedicação ao trabalho produtivo. O trabalho doméstico impede as mulheres de ampliarem sua produção e de se organizarem em novas tarefas produtivas e, também, de terem mais tempo pra si e para as atividades de participação política. Geralmente, quando é dia de atividade da produção ou de organização política, elas têm que acordar ainda mais cedo para realizar as tarefas domésticas e sacrificam o horário de descanso pra poder ir ao espaço público.

REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADOS

Com o fortalecimento da organização produtiva das mulheres ocorreu um tensionamento da dinâmica instalada no âmbito doméstico que, em algumas realidades, significou uma reorganização no interior da família das responsabilidades com o trabalho doméstico e do cuidado. Entretanto, essa reorganização é compreendida como as mulheres assumindo tarefas no mundo público, seja nas tarefas de produção, seja nos espaços políticos.

Segundo os relatos das mulheres, não existe uma certeza se houve redução das horas trabalhadas no mundo doméstico. Ao mesmo tempo, elas contam que reduziram o tempo de horas dedicadas a cada tarefa. Ou seja:

elas ainda realizam todas as tarefas domésticas, de cuidado e de afeto; no entanto, reorganizaram o tempo dedicado a elas e o horário de realização. Pelos depoimentos, observa-se também que, quando as mulheres assumem mais tarefas no mundo público, criam-se as condições para ocorrer uma alteração na divisão das tarefas domésticas que apontam para a socialização do trabalho cotidiano da casa.

Entretanto, pesquisas mostram que a reorganização do trabalho doméstico e de cuidados e sua divisão entre mulheres e homens ainda é um processo muito lento (Hirata; Kergoat, 2007). Na França, por exemplo, em um período de 13 anos (entre 1986 e 1999), os homens passaram a realizar apenas 10 minutos a mais de trabalho doméstico diariamente. Isso significa dizer que as mulheres reduziram em apenas poucos minutos sua responsabilidade.

Olhando para a realidade brasileira, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), em 2012 a jornada média dos homens em afazeres domésticos era de 10 horas semanais e a das mulheres, 20,8 horas semanais (IBGE: 2013). Comparado aos dados de 2002, a jornada masculina praticamente não se alterou e a das mulheres reduziu pouco mais de 2 horas semanais.

ALTERNATIVAS DE SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADOS

Os grupos produtivos de mulheres são os que mais elaboram alternativas de socialização do trabalho doméstico coletivamente. Frente à ausência do Estado na construção de equipamentos sociais, elas organizam sua própria solidariedade. Por exemplo: a ação promovida pela Marcha Mundial das Mulheres, realizada em São Paulo, em 2010, manteve as participantes distantes de suas casas durante pelo menos 15 dias (considerando-se o tempo da viagem de ida e volta). Nesse período, as mulheres do Rio Grande do Norte e da Paraíba que não iriam participar da atividade se colocaram à disposição para cuidar das crianças das demais mulheres que tomaram parte da ação.

Outro exemplo: em todas as atividades dos grupos produtivos de mulheres há um cuidado coletivo com as crianças de suas integrantes que se expressa, por exemplo, nas cirandas do MST, espalhadas nos assentamentos em todo o Brasil. Essas experiências foram convencendo as mulheres

capítulo 5

da grande necessidade de debater o tema da creche no meio rural. Esse debate ainda está em andamento; não há conclusões sobre qual o modelo mais adequado. Mesmo assim, os grupos auto-organizados de mulheres continuam a reivindicar dos gestores municipais as creches no meio rural. Como resposta a essa demanda, a DPMM tem provocado a obrigatoriedade da oferta de espaços de recreação infantil durante as atividades realizadas no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). As organizações que realizam ATER, têm respondido, mesmo que pontualmente, à demanda apresentada.

CONSTRUINDO UMA AVALIAÇÃO, VISUALIZANDO MUDANÇAS

Durante as atividades de avaliação realizadas ao final dos projetos, foi possível reconstruir o trajeto desenvolvido e os fatos ocorridos nos Territórios da Cidadania e, assim, identificar os resultados para a vida das mulheres. O acesso às políticas públicas, desencadeado ou fortalecido pelos projetos, é parte de um conjunto de mudanças socioeconômicas que vêm ocorrendo na vida das mulheres rurais nos últimos dez anos e que tem propiciado uma alteração nas relações sociais dos assentamentos e comunidades rurais e no controle dos territórios.

Seja nas relações entre homens e mulheres, entre as mulheres e sua comunidade e, ainda, na relação destas com o meio ambiente, as mulheres atestam que ocorreram mudanças e que estas têm uma profunda relação com a sua auto-organização em movimentos. Assim, percebe-se que nos territórios onde há maior organização das mulheres, amplia-se sua capacidade de intervenção social e de acesso à renda e às políticas públicas.

Nos Territórios da Cidadania abrangidos pelos projetos ocorreu a vinculação de um conjunto de atores sociais entre si, em articulação com organização de mulheres de base e com demais organizações sociais e coletivos, como redes de economia solidária, a Articulação do Semiárido (ASA), Colegiados Territoriais, movimentos sindicais e populares, entre outros. As ações do projeto impulsionaram essa articulação. Essa dinâmica de vinculação ajudou a criar contextos regionais e territoriais em que as motivações iam além do trabalho produtivo, o que propiciou que os grupos se mantivessem organizados para acessar as políticas públicas e experimentar a construção

de alternativas de socializar os cuidados e a produção. Facilitou também a execução das políticas públicas e o aperfeiçoamento das mesmas.

Com as atividades nos territórios, as redes de pessoas e organizações já existentes foram impulsionadas a apoiar e fortalecer as demandas produtivas das mulheres. Isso significa que é possível afirmar que, como resultado das ações, existe uma rede de organização social nos territórios que ancora a experiência de organização das mulheres.

Mesmo considerando que as mudanças na vida das mulheres são cumulativas e processuais, pode-se afirmar também que as ações realizadas nos Territórios da Cidadania aceleraram o processo de transformações que vive a sociedade brasileira ao potencializar a organização produtiva das mulheres rurais e sua participação política, bem como o aumento dos espaços de comercialização de sua produção e o conseqüente aumento de renda.

Dimensionar o significado do acesso à renda passa por analisar a participação das mulheres na divisão das despesas familiares. A conquista da autonomia influenciou em seu bem-estar, aqui entendido como mudanças que interferem positivamente nas condições individuais das pessoas e reposicionam seu poder de negociação no interior da família. Já que as decisões familiares são balizadas por fatores externos, neste caso específico, houve reposicionamento das mulheres a partir da conquista da renda.

Como afirmam Helena Hirata (2007) e Nalu Faria (2010), as relações familiares são permeadas de conflitos provenientes da divisão sexual do trabalho. Sendo assim, valorizar o trabalho das mulheres também pode ter ocasionado o reposicionamento destas no interior da família. Se olharmos a realidade das mulheres com as quais trabalhamos nestes dois anos, houve um reposicionamento nas relações a partir do acesso à renda. O depoimento de uma trabalhadora rural do Sertão do Apodi que acessou o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais reforça essa constatação:

“A renda ajudou os maridos a entender por que a gente sai de casa pra ir para as reuniões. Aí a gente negocia tudo”.³

Podemos afirmar que a renda é o principal motivo apresentado pelas mulheres para convencer seus maridos e seus vizinhos da importância de participar do grupo produtivo. Nesse “tudo” está contida a sua vida, desde a ida para realizar atividades produtivas em seu grupo até o direito de visitar os familiares nos finais de semana, ter direito à circulação livre. A renda é a porta de entrada para as mulheres buscarem sua autonomia.

Mulheres que antes eram privadas de liberdade nas decisões da vida reconquistaram esse direito com condições objetivas ou ampliando suas

3. Esse depoimento foi retirado de uma oficina de avaliação do acesso ao Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais no território Sertão do Apodi (RN), em dezembro de 2012.

capítulo 5



Mato Grosso do Sul

capacidades. Essa ocorrência revela que a renda é importante, no entanto, não é o único elemento que define o bem-estar das mulheres do grupo, é apenas uma porta de entrada.

No momento em que as mulheres percebem que a renda é o caminho para o convencimento dos maridos, elas a utilizam como pretexto e ampliam suas reivindicações. Se a renda fosse suficiente, a busca por acesso a ela se encerraria com a venda de seus produtos. Porém, no período das atividades, em nenhum território em que as mulheres estavam organizadas foram detectadas experiências em que a luta por conquistas se encerrou com o acesso à renda. Nos casos em que isso acontece, é por ausência de organização das mulheres ou porque as decisões dos grupos produtivos tornaram-se centralizadas em uma ou poucas pessoas.

Podemos afirmar que a organização produtiva, ancorada na autonomia econômica, sem perder de vista a divisão sexual do trabalho e o processo de participação política pautado na auto-organização e na construção de agentes e lideranças mulheres foi o maior legado do trabalho realizado pela SOF e o CF8 durante a execução do projeto em parceria com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPRM) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.947/2009. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>. Acessado em: 10 fev 2014.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO. *Mulheres e Autonomia: Fortalecendo o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos Territórios da Cidadania no Nordeste Brasileiro*. Convênio Nº 701362/2008. Relatório Final de Atividades. Mossoró: 2013.

FARIA, Nalu. *A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero*. SP: 2010. Disponível em: <http://www.sof.org.br/textos>, Acessado em: 28 jan 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set.-dez, 2007.

IBGE. Síntese de indicadores sociais 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

MOURA, Maria da Conceição Dantas; MORENO Renata Faleiros Camargo. “A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no Sertão do Apodi”. In: *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 18, nº 2, 2013, UEL, Londrina, 2013

PAULILO, Maria Ignez: O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje*, vol. 5 nº 28. Rio de Janeiro: SBPC, 1987.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Cooperativismo/3RO/App_Conab_Cooperativismo.pdf.

Acesso em: 10 fev 2013.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Capacitação, monitoramento e articulação das Políticas Públicas do MDA nos Territórios da Cidadania: fortalecendo as mulheres como sujeitos políticos e sociais*. Convênio nº 700427/2008. Relatório Final de Atividades. São Paulo: 2013.

WOORTMANN, Ellen. *Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste*. Série Antropologia, Brasília: s.n, 1991. Disponível em: <https://mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-de-contas/Relat_SE_MDA.pdf> Acesso em: 10 fev 2013.

capítulo 6

PARTICIPAÇÃO, ACESSO À RENDA E QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PARA SUPERAR DESIGUALDADES ENTRE MULHERES E HOMENS*

As mulheres que vivem no campo e na floresta têm protagonizado fortes processos de mobilização e construção de alternativas para a superação das desigualdades de gênero. Suas ações dialogam e reforçam a orientação das políticas públicas formuladas no âmbito da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Estas políticas rompem com a visão de neutralidade do Estado, mostrando que uma vontade política explícita é necessária para elaborar propostas e ações com vistas à real construção de igualdade entre mulheres e homens.

Ainda assim, são vários os obstáculos que impedem as mulheres de acessar tais políticas e vencer as desigualdades. Entre eles, destacamos que ainda subsistem práticas de caráter patriarcal na gestão pública, que se expressam, por exemplo, quando avaliam as propostas e demandas das mulheres de maneira preconceituosa ou não se interessam em resolver as questões trazidas por elas. Outro entrave é a continuidade da divisão sexual do trabalho e do caráter patriarcal da família, que considera os homens como os chefes, com poder de decisão, e sobrecarrega as mulheres com as atividades produtivas somadas à sua responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidados.

A convicção sobre a importância da auto-organização das mulheres e de sua constituição como sujeitos políticos é o que estrutura a atua-

* Com contribuições de Isolda Dantas e Selma Gomes.



Apodi, Rio Grande do Norte



Roraima



Apodi, Rio Grande do Norte

ção do CF8 e da SOF. É a partir desse processo que haverá mudanças nas relações desiguais de gênero, inclusive a superação da invisibilidade e exclusão das mulheres em relação às políticas públicas. Os projetos realizados em parceria com a DPMR/MDA combinaram de forma permanente estratégias de formação e articulação e, desse modo, contribuíram para uma maior institucionalização das políticas para as mulheres no desenvolvimento territorial. Sem desconsiderar as inúmeras iniciativas de formação e capacitação desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo, este processo permitiu uma atuação de largo alcance: abrangeu todos os estados brasileiros e envolveu diretamente mais de 47 mil pessoas, a grande maioria mulheres, inclusive aproximando aquelas que naquele momento não tinham ou tinham pouca relação com movimentos estruturados nacionalmente. A sintonia construída com o conjunto de atores e atrizes sociais dos territórios possibilitou que o desenvolvimento das ações do projeto não se configurasse em uma substituição das dinâmicas já existentes no local, mas, sim, no

capítulo 6

reforço e fortalecimento das dinâmicas já construídas nos territórios. As mulheres organizadas em rede e em relação com as educadoras criaram um canal ativo de comunicação e de mobilização que favoreceu a implementação de políticas territoriais.

A avaliação das participantes e das responsáveis pela execução dos projetos é de que os mesmos contribuíram para ampliar a participação política das mulheres rurais nos Territórios da Cidadania (TCs), melhorar os rendimentos e qualificar as políticas públicas do MDA, em especial aquelas desenvolvidas pela DPRM, permitindo maior acesso às mesmas por parte das mulheres assentadas e da agricultura familiar. Esses serão os pontos analisados abaixo. Porém, destacam-se também como resultados importantes promovidos pelo projeto a maior institucionalização das políticas para as mulheres rurais no âmbito dos governos estaduais e a maior inserção da agenda das mulheres rurais na Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

A metodologia de formação desenvolvida pelo CF8 e pela SOF teve o cuidado ainda de capacitar as mulheres rurais pensando como seria a continuidade de sua atuação nos territórios depois de finalizados os trabalhos e alcançadas as metas estabelecidas. Mesmo após o encerramento das atividades do projeto seus resultados continuam a ser vistos, especialmente no que diz respeito à participação e contribuição das mulheres na dinâmica territorial. As ações realizadas impulsionaram as redes de pessoas e organizações já existentes nos TCs a apoiar e fortalecer as demandas das mulheres. Com isso, é possível afirmar que, como resultado do projeto, existe uma rede de organização social nos territórios que ancora a experiência de autoorganização das mulheres rurais e dá suporte à sua continuação.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NOS TCs

O despertar das mulheres para sua participação política nos Territórios da Cidadania é um primeiro resultado do projeto. Muitas mulheres tinham pouca experiência com a livre circulação entre os municípios. Sair de suas casas e ter vivido experiências fora do seu domicílio, em diálogo com outras mulheres, gerou conhecimento, independência e crescimento individual. Os debates e discussões sobre as questões e problemas viven-

ciados pelas mulheres desde uma perspectiva feminista promoveram seu fortalecimento como sujeito político. Ao mesmo tempo se evidenciou que a ausência das mulheres dos espaços de participação política nos territórios fragilizava sua legitimidade.

Conscientes da importância de estar nesses espaços, o passo seguinte foi a constituição dos Comitês Territoriais de Mulheres. No total, o projeto resultou na criação de 80 comitês. Somente em seis territórios abrangidos pelo projeto eles não se formaram por diferentes motivos como, por exemplo, a pouca organização territorial das mulheres ou a distância entre os municípios do território, que dificultou que elas conseguissem manter a continuidade dos encontros e discussões. Cada Comitê criado tem sua trajetória e escolhas estratégicas próprias, que variavam segundo suas realidades. Em alguns casos, as participantes avaliaram ser mais adequado constituir-se como movimento de mulheres, com objetivos mais amplos. Em outros, a maioria deles, os comitês se constituíram formalmente e foram reconhecidos como instância dos Colegiados Territoriais. Esses comitês foram avaliados como instrumento-chave para o alcance dos resultados dentro das instâncias territoriais.

Os Colegiados debatiam os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e analisavam demandas de financiamento para projetos produtivos. As mulheres uniram-se para construir demandas comuns, discuti-las previamente e definir como apresentá-las. Ao propiciar encontros preparatórios um dia antes das reuniões dos Colegiados, os projetos facilitaram o acesso das mulheres às mesmas.

A construção das demandas comuns se inseria em um debate mais amplo sobre desenvolvimento. Em alguns momentos, utilizou-se o mapa que mostrava os municípios componentes do território e onde ocorreriam as atividades. Isso permitia às mulheres visualizarem seus espaços e aprenderem sobre sua região e suas políticas territoriais.

A formação de novas lideranças foi um processo contínuo, resultado dos momentos de avaliação crítica e coletiva sobre como havia sido a reunião, como elas haviam atuado e como melhorar. Em muitos casos, as agricultoras passaram a participar das instâncias territoriais ativamente, independente da educadora estar presente. Como elas mesmas diziam: perderam o “medo”. Assim, os comitês de mulheres se tornaram espaços de construção, monitoramento e avaliação das políticas nos territórios.

capítulo 6

O impacto da atuação desse comitês nos Colegiados é percebido também pela maior frequência da temática de gênero na pauta das reuniões nos territórios que, em muitos casos, resultaram na definição de ações específicas para mulheres, em especial, de apoio à organização produtiva, capacitação técnica, formação e articulação. Em alguns territórios as mulheres construíram um eixo temático de gênero, articulado com geração e/ou comunidades tradicionais nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). As agricultoras e educadoras também acompanhavam a sistematização dos Planos para garantir que suas propostas permanecessem como prioridade.

Foram aprovados projetos de organização produtiva das mulheres rurais no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) nos TCs de Vale do Mucuri (Minas Gerais), Grande Dourados (Mato Grosso do Sul), Sertão Central (Ceará), dentre outros. No âmbito da qualificação das políticas, o Colegiado de Baixo Tocantins (Tocantins) aprovou a realização de consultas públicas para reestruturação da política de crédito da agricultura familiar para as mulheres, com a finalidade de estabelecer procedimentos que ampliassem e garantissem tratamento diferenciado para as agricultoras no acesso ao crédito.

O desenvolvimento territorial e as políticas públicas que o permeiam não são mais desconhecidos às mulheres rurais. Alguns comitês de mulheres não continuaram sua atuação após a conclusão dos projetos ou permanecem de forma fragilizada. Contudo, é possível afirmar que, em todos os territórios onde houve ações dos projetos, há referência de mulheres que compreendem e contribuem com o desenvolvimento territorial.

A constituição dos Comitês Territoriais de Mulheres e as diversas capacitações que ocorreram, relacionadas aos mais variados temas tratados nos colegiados contribuíram para que, em 2013, houvesse um ambiente favorável à participação das mulheres nas etapas territoriais e estaduais preparatórias à II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS). Foram, justamente, as participantes dos diferentes Comitês Territoriais de Mulheres que se envolveram nas atividades de mobilização e de qualificação da sua participação na II CNDRSS, como as conferências setoriais de mulheres e plenária de delegadas preparatórias à conferência, possibilitando o alcance da meta

obrigatória de paridade de gênero definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). A participação ativa das mulheres na II CNDRSS resultou na aprovação de várias de suas propostas, dentre as quais, a paridade de gênero nos Colegiados Territoriais. Estas propostas integrarão as ações do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, cuja concretização possibilitará transformações significativas na vida das mulheres.

MELHORIA NOS RENDIMENTOS

Propiciar a ampliação da produção e o espaço de comercialização de seus produtos foi a principal conquista relatada pelas mulheres como resultado dos projetos. A difusão de informações sobre as políticas do MDA contribuiu para que a sociedade, em particular as agricultoras, assim como gestoras e gestores assimilassem o direito das mulheres ao crédito, à orientação técnica e à comercialização.

O projeto foi além, investindo na organização das mulheres em grupos produtivos. Entre 2009 e 2011, foram identificados 972 grupos produtivos de mulheres rurais nos 86 Territórios da Cidadania. Este número indica que os critérios para definição de grupo produtivo utilizados pelo CF-8 e pela SOF foram mais amplos que outros levantamentos existentes, mas revela também que grupos foram criados durante a vigência do projeto, decorrentes das ações do mesmo.

O trabalho realizado com esses grupos e com as mulheres rurais fez com que elas buscassem informações com outros grupos produtivos, aumentando assim o número de intercâmbios entre eles e as trocas de experiências dentro dos próprios territórios e entre os territórios. Após os intercâmbios, houve várias ações construídas diretamente pelas mulheres para melhorar suas produções e comercializar seus produtos, obter financiamento e atendimento de suas demandas de assistência técnica. Ainda hoje existem grupos que se mantiveram organizados, produzindo e fornecendo produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e atuando como multiplicadores desse processo. É o caso do grupo Doçura Cooperar, do Amapá, que envolveu um grupo de mulheres da reserva extrativista do município mais próximo num trabalho conjunto. As produtoras do assentamento capacitaram às mulheres

capítulo 6

da reserva e hoje, junto com a cooperativa, elas entregam biscoitos para a merenda escolar.

Muitos grupos produtivos ajudaram a divulgar o acesso ao PAA e ao PNAE após a participação nas atividades desenvolvidas pelo projeto, bem como a participação na Fenafr (Feira Nacional da Agricultura Familiar), nas Feiras de Economia Feminista e Solidária e em feiras locais. Os grupos que conseguiram comercializar seus produtos animavam aos demais. Acreditar que é possível concretizar o acesso a tais políticas contribuiu para que as mulheres enfrentassem as barreiras, na família e na relação com o Estado, para ampliar suas atividades geradoras de renda.

As ações contribuíram nesse processo também com a realização de oficinas de elaboração de projetos para mulheres de grupos produtivos e assessorias técnicas. O Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais realizou em 2008, 2009 e 2010 chamadas públicas para apoio a projetos em três modalidades: apoio a grupos produtivos, a redes e organizações produtivas e a feiras ou mostras de economia feminista e solidária. Muitos projetos foram desqualificados na fase de seleção. Em 2009, foram apresentados 163 projetos sendo aprovados quase 15% deles. Já, em 2010, foram apresentados 167, com um índice de aprovação superior a 22%. As gestoras do programa consideraram este fato um resultado direto das 55 oficinas de elaboração de projetos para grupos produtivos realizadas durante o projeto (Mourão, 2011).

QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo de fortalecimento das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e sociais vai render resultados para além dos projetos desenvolvidos, pois as mulheres tomaram conhecimento da existência das políticas e do passo a passo para acessá-las. Ao mesmo tempo, naquele período a DPMP passou a ter um suporte para implementação de política finalista, o que fortaleceu sua atuação e o reconhecimento pelo Estado e pela sociedade da importância das políticas dirigidas às mulheres.

O projeto potencializou a execução e a formulação de políticas públicas, já que estas passaram a ser implementadas de maneira mais satisfatória a partir da auto-organização das mulheres e da mobilização social

nos territórios. Um exemplo é o Pronaf: sem a organização dos grupos e a mobilização local, essa política de crédito não teria o impacto que teve em termos de números de acesso e de apoio à autonomia das mulheres. Ao mesmo tempo, as dificuldades e facilidades vivenciadas pelas mulheres no momento do acesso servem de subsídio para a elaboração e reelaboração desta política pública e de outras.

Outro exemplo é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O projeto previa a realização de seminários estaduais de formação e esse foi o tema priorizado pelas educadoras. Os seminários foram realizados logo em seguida da promulgação da nova Lei de ATER (Lei nº 12.188/2010), em janeiro de 2010. Esse momento foi uma oportunidade para apresentar as potencialidades abertas e qualificar a demanda das mulheres, o que orientou as chamadas específicas tanto de ATER como de organização produtiva realizadas pela DPMR/MDA.

As atividades de formação com a participação de gestores permitiram enfrentar a afirmação de que “não há demandas das mulheres”. Os gestores e gestoras ouviram das próprias agricultoras os desafios que elas enfrentam quando chegam ao banco para que sua solicitação do Pronaf seja considerada e levada adiante. No caso da ATER, as mulheres puseram em cheque a divisão sexual do trabalho. Questionaram que para elas só são oferecidas atividades de cunho social e capacitação relacionadas ao processamento de alimentos e ao artesanato. Embora estas capacitações sejam importantes e respondam a demandas das mulheres, levantamentos realizados nos projetos mostraram que suas reivindicações eram bastante diversificadas. Junto com as atividades tradicionalmente realizadas por elas surgiram demandas de orientação técnica para o manejo de frutos da floresta e do cerrado, piscicultura, produtos do roçado, entre outros.

DESAFIOS

As participantes das atividades do projeto e as educadoras se confrontaram todo o tempo com os limites do mesmo. Embora não fosse objetivo do projeto atuar com todas as mulheres do território e conseguir ampliar e qualificar sua participação nas organizações de base, algumas educadoras e lideranças mostraram sua inquietação em relação a como descobrir formas de incluir as que estavam fora da área de cobertura.

capítulo 6



Pará

Outro limite era o tempo de duração do projeto. Nas oficinas de avaliação nos territórios as participantes demonstravam preocupação com o término das atividades por acreditar que um acompanhamento ainda era necessário. Elas citavam a necessidade de continuar um apoio logístico e financeiro para as reuniões dos Comitês Territoriais de Mulheres, em particular, para o transporte e para as atividades de recreação para as crianças. A DPMR deu continuidade às ações em parceria com organismos de políticas para as mulheres de governos estaduais, além de chamadas do POPMR e ATER Mulheres, que permitem o acompanhamento de grupos produtivos.

Em 2013, quando da retomada de contato com alguns desses grupos, percebeu-se que vários haviam suspenso seu funcionamento. Neste caso, a paralisação das atividades dirigidas à participação das mulheres nos Territórios da Cidadania pode também ter resultado em descontinuidade ou menor atividade dos grupos produtivos. É uma indicação que o tempo

de acompanhamento direto dos mesmos deve ser maior do que o que foi possível mediante estes projetos.

Avaliou-se que, mesmo tendo aumentado, o acesso efetivo às políticas ainda deve ser muito ampliado na maioria dos territórios. Se por um lado percebemos mudanças na vida das mulheres e na participação, por outro ainda existem desafios do ponto de vista estrutural a serem enfrentados para ampliar as transformações. O trabalho doméstico, relacionado à atenção com os filhos e com os parentes que compartilham o mesmo lar, além das atividades diárias de gestão doméstica são, ainda, um condicionante para o avanço das conquistas das mulheres rurais.

A ausência de infra-estrutura, seja para produção, ou para a reprodução, é uma realidade limitadora. Na grande maioria dos territórios as iniciativas do Estado para a socialização do trabalho doméstico no campo são insuficientes. Análise dos dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) e Censo Escolar 2010 (INEP) revelam a precariedade da oferta de educação infantil em termos de cobertura e qualidade para as crianças residentes em áreas rurais, particularmente para as crianças de 0 a 3 anos (Rosemberg e Artes, 2012). Enquanto as políticas estatais vêm contribuindo para a esfera produtiva e a participação política, elas estão praticamente ausentes no que diz respeito ao trabalho de reprodução no meio rural.

Também pode ser considerada como desafio a universalidade dos direitos. É preciso avançar na capilaridade das políticas, combinando ações dos governos federal, estaduais e municipais, bem como ações complementares de organizações não governamentais, de modo a garantir o acesso das mulheres rurais mesmo em pequenas localidades.

Diante disso, percebe-se que as políticas territoriais e as que promovem a participação política das mulheres nas dinâmicas territoriais ainda necessitam ser complementadas com demais políticas estatais, de apoio à reprodução, como educação infantil, creches, políticas de infra-estrutura (acesso à água, saneamento, energia elétrica e transporte). São também necessárias mudanças na legislação e nas normas, por exemplo, ampliando a recente conquista da resolução da Agência Sanitária de Vigilância Sanitária (Anvisa), que simplifica procedimentos e requisitos de regularização dos empreendimentos de economia solidária e de agricultura familiar junto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. A resolução de tais entraves são fatores essenciais para que os Territórios da Cidadania continuem ampliando as capacidades das mulheres rurais. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO (CF8).

Mulheres e autonomia:

Fortalecendo o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos Territórios da Cidadania no nordeste brasileiro. Relatório Final de Atividades. Convênio nº 701362/2008. Mossoró: CF8, agosto de 2013.

MOURÃO, Patrícia:

Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, IICA, Brasília: 2011, <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Documentos/TecnicosAbertos/Attachments/390/Artigo%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20produtiva%20de%20mulheres%20rurais%20-%20Patr%C3%ADcia%20Mour%C3%A3o%20-%20NEAD.pdf> consultado em 05 de março de 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia e ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmem Silveira [et al.]: *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre: Ministério da Educação e UFRGS, 2012.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Projeto: Capacitação, monitoramento e articulação das Políticas Públicas do MDA nos territórios da cidadania: fortalecendo as mulheres como sujeitos políticos e sociais*. Relatório Final de Atividades. Convênio Nº 700427/2008. São Paulo: SOF, agosto de 2013.

Este livro foi produzido em São Paulo, em março de 2014.
O texto foi composto em Adobe Garamond Pro e Gill Sans.
A capa foi impressa em Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g
pela Ideal Gráfica. A tiragem foi de 2.000 exemplares



CADERNO DE FORMAÇÃO
DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

CADERNO DE FORMAÇÃO
PREVIDÊNCIA SOCIAL

CADERNO DE FORMAÇÃO
PREVIDÊNCIA SOCIAL

CADERNO DE FORMAÇÃO

ACÃO
ON
GRARIA



Diretoria de
Políticas para Mulheres Rurais

Secretaria de
Desenvolvimento Territorial

Ministério do
Desenvolvimento Agrário